

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA CAROLINA VAZ DOS SANTOS

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**ANA CAROLINA VAZ DOS SANTOS**

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Ensino e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel

Porto Alegre  
2022

## **Ficha Catalográfica**

S237t Santos, Ana Carolina Vaz dos

O Trabalho do(a) Assistente Social em Organizações da Sociedade Civil / Ana Carolina Vaz dos Santos. – 2022.

146 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profª. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel.

1. Trabalho do(a) Assistente Social. 2. Organizações da Sociedade Civil. 3. Serviço Social. 4. Terceiro Setor. I. Maciel, Ana Lúcia Suárez. II. Título.

**ANA CAROLINA VAZ DOS SANTOS**

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Linha de Pesquisa: Serviço Social, Ensino e Formação.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel – PUCRS

---

Profa. Dra. Érica Monteiro do Bomfim Bordin – PUCRS

---

Profa. Dra. Solange Emilene Berwig – UNIPAMPA

Porto Alegre  
2022

## AGRADECIMENTOS

*Sou grata a vida.*

*Sou grata aos caminhos e possibilidades que nela se abriram.*

*Sou grata a Ana Carolina que seguiu em frente e fez boas escolhas para si.*

*Sou grata a quantidade de beleza e carinho que me rodeiam.*

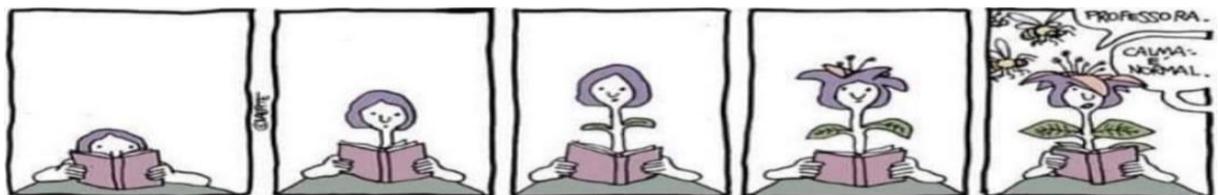
*O tempo e a vida, tem me ensinado sobre os afetos e os sentidos de se sentir bem acompanhada ao longo das jornadas.*

*Assim, sou extremamente grata aos meus pais, trabalhadores que sempre acreditaram no poder transformador da educação e por isso, apoiam-me totalmente nos meus processos formativos. E, também, a minha sorte em ter encontrado amigas e amigos nesse caminho para dividir alguns dos meus momentos mais importantes.*

*Gratidão as todas as pessoas que defendem e lutam pela produção de conhecimento neste país, principalmente, diante das atrocidades do tempo presente. Em especial, aos professores e professoras que na sensibilidade e no incentivo me fizeram questionar e refletir sobre o mundo.*

*O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.*

**Figura 1** - Tirinha Laerte



**Fonte:** LAERTE, 2021.

## RESUMO

A presente dissertação versa sobre o trabalho de assistentes sociais em Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O seu objetivo consiste em desvendar como se conforma o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) nos processos de trabalho dessas instituições, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com o debate e aprimoramento das competências profissionais na perspectiva do atendimento as demandas sociais nestes espaços sócio-ocupacionais. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida metodologicamente com fundamento em um estudo qualitativo, construído sob referencial do método materialista dialético e histórico com destaque para as categorias totalidade, mediação, contradição e historicidade. O seu processo de coleta de dados recorreu a combinação de fontes empíricas, com entrevistas online com assistentes sociais que trabalham em OSCs vinculadas a Política Nacional de Assistência Social; documentais, com análise dos planos de trabalho dos profissionais que compõem a amostra do estudo e bibliográficas, a partir de revisão bibliográfica em interlocução com o mapeamento do estado da arte sobre a temática. Os dados foram tratados e analisados com base na análise de conteúdo. Os principais resultados denotam as contradições entre os limites e as possibilidades ao trabalho dos(as) assistentes sociais nas OSCs pesquisadas, que esbarra em limitações como a frágil mediação entre teoria, instrumentos e técnicas por parte das profissionais e o acentuado processo de precarização das condições de trabalho no âmbito institucional. Mas que encontra possibilidades de contribuir, a partir da inserção profissional, para o fortalecimento dos sujeitos usuários por meio de acesso a direitos e mecanismos de participação popular, impulsionando assim, processos de construção de uma sociedade menos desigual, mais democrática e participativa que coaduna com a direção ética e política da profissão. Os resultados obtidos são importantes para construir conhecimentos que contribuam para o aprimoramento das intervenções nesse espaço sócio-ocupacional considerando a escassez de produções teóricas na área do Serviço Social acerca do tema e a progressiva inserção de profissionais nessas organizações. De modo que, este estudo mostra-se relevante por oportunizar problematizações acerca do trabalho dos(as) assistentes sociais em OSCs a partir dos fundamentos da profissão para fortalecer o *ethos* profissional e a intervenção crítica da categoria.

**Palavras-chave:** Trabalho do(a) Assistente Social. Organizações da Sociedade Civil. Serviço Social. Terceiro Setor.

## **ABSTRACT**

This dissertation is about the work of social workers in Civil Society Organizations (CSOs). Its objective is to unveil how the work of social workers inserted in the work processes of these institutions conforms, in order to offer subsidies that contribute to the debate and improvement of professional skills from the perspective of meeting the demands in these socio-occupational spaces. Therefore, the research was methodologically developed based on a qualitative study, built under the framework of the dialectical and historical materialist method, with emphasis on the categories of totality, mediation, contradiction and historicity. Its data collection process used a combination of empirical sources, with online interviews with social workers working in CSOs linked to the National Social Assistance Policy; documentary, with an analysis of the work plans of the professionals who make up the study sample and bibliographical, based on a bibliographic review in dialogue with the mapping of the state of the art on the subject. Data were processed and analyzed based on content analysis. The main results denote the contradictions between the limits and possibilities of the work of social workers in the CSOs surveyed, which comes up against limitations such as the fragile mediation between theory, instruments and techniques by the professionals and the accentuated process of precarious conditions work at the institutional level. But it finds possibilities to contribute, from professional insertion, to the strengthening of the users through access to rights and mechanisms of popular participation, thus promoting processes of construction of a less unequal, more democratic and participatory society that is consistent with the ethical and political direction of the profession. The results obtained are important to build knowledge that contributes to the improvement of interventions in this socio-occupational space, considering the scarcity of theoretical productions in the area of Social Work on the subject and the progressive inclusion of professionals in these organizations. So, this study is relevant for providing opportunities for problematizations about the work of social workers in CSOs from the foundations of the profession to strengthen the professional ethos and critical intervention of the category.

**KEYWORDS:** Work of the Social Worker. Civil Society Organizations. Social Work. Third Sector.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tirinha Laerte .....	5
Figura 2 - Diagrama: Participação das OSCs no Ciclo de Políticas Públicas .....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Metodológico da Pesquisa .....	18
Quadro 2 -Caracterização das Participantes da Pesquisa .....	24
Quadro 3 -Descritores Utilizados na Pesquisa .....	29
Quadro 4 -Demonstrativo de produções mapeadas na BDTD sobre Trabalho do(a) Assistente Social e Organizações da Sociedade Civil no período de 2005 a 2020. ....	30
Quadro 5 -Produções acadêmicas referentes a Trabalho do(a) Assistente Social e Organizações da Sociedade Civil .....	31
Quadro 6 - Organizações da Sociedade Civil e sua Caracterização Jurídica .....	46
Quadro 7 - Organizações da Sociedade Civil e suas Certificações/Qualificações .....	47
Quadro 8 - Demandas de Trabalho citadas pelos Sujeitos da Pesquisa .....	90
Quadro 9 - - Sistematização Geral dos Planos de Trabalho .....	103

## LISTA DE SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação  
CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social  
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social  
Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COVID-19 – (co)rona (vi)rus (d)isease ou doença do coronavírus  
FASFIL – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
Mapa das OSCs – Mapa das Organizações da Sociedade Civil  
MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil  
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSCs – Organizações da Sociedade Civil  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPA – Plano Plurianual  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
STF – Supremo Tribunal Federal  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: estrutura e desenvolvimento .....	17
1.2	PRESSUPOSTOS ÉTICOS E SOCIALIZAÇÃO .....	26
1.3	MAPEAMENTO DO ESTADO DA ARTE SOBRE A TEMÁTICA .....	28
1.4	FORMA E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO.....	31
<b>2</b>	<b>ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: caracterização geral e especificidades no processo de trabalho institucional</b> .....	33
2.1	A CONCEPÇÃO MARXIANA DE PROCESSO DE TRABALHO .....	33
2.2	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: contextualização histórica e conformação .....	36
2.3.	AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o processo de trabalho institucional na Política de Assistência Social.....	56
<b>3</b>	<b>O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: mediações na realidade de trabalho</b> .....	76
3.1	AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	84
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126
	<b>APÊNDICE A</b> – roteiro de entrevista com assistente social .....	137
	<b>APÊNDICE B</b> – roteiro análise documental.....	138
	<b>APÊNDICE C</b> – roteiro para o processo de consentimento livre e esclarecido .....	139
	<b>ANEXO A</b> – parecer de aprovação CEP .....	141

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um dos produtos do processo de formação de mestrado, elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A pesquisa desenvolvida que se formaliza neste documento possui como foco desvendar como se conforma o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) nos espaços sócio-ocupacionais de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), compreendendo este espaço como um campo de atuação profissional e de atendimento as demandas sociais da população.

A escolha dessa temática possibilita reflexões acerca dos processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem, oportunizando a construção de subsídios para qualificar intervenções profissionais baseadas na articulação dos conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos que orientam a profissão e assim, proporcionam o atendimento das demandas da população usuária e a possibilidade de enfrentamento as diversas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano de trabalho nesse espaço sócio-ocupacional. Desse modo, justifica-se a relevância do estudo para o Serviço Social tendo em vista que é uma demanda da própria categoria o aprofundamento da compreensão dos fundamentos teóricos, éticos e operativos no trabalho cotidiano realizado nas instituições empregadoras. Conforme, reitera o estudo de Mendes e Almeida (2014) sobre as tendências das pesquisas do Serviço Social, que aponta para a escassez de análises investigativas da área que se referem ao campo dos fundamentos e do trabalho dos(as) assistentes sociais.

Investigações que são de suma importância na trama do trabalho com políticas públicas no capitalismo, onde existem relações assimétricas de poder que perpassam a esfera pública no âmbito da correlação orgânica entre Estado e Sociedade Civil, para produzir mediações funcionais aos ditames do capital. Considerando nestes termos, que a Sociedade Civil não é homogênea, pois é um campo de lutas e de interesses contraditórios. As lutas não representam um antagonismo ao Estado, mas sim a união de setores da população que podem representar interesses do capital ou da classe trabalhadora. Assim, a Sociedade Civil integra a totalidade social e por isso, tem um potencial transformador ao produzir processos de organização popular que representam interesses das classes subalternas.

É nesse sentido, que se demarca que as OSCs são entendidas nessa pesquisa como organizações sem fins lucrativos, no sentido mercantil de obtenção de lucros, que não são estatais, mas desenvolvem ações de interesse público e social, mantendo assim, vínculos com o poder público. São compreendidas como uma esfera que compõe a Sociedade Civil no campo

da promoção e defesa de direitos e na inserção social através de atuação em diferentes áreas como saúde, educação, assistência social, direitos humanos, cultura, moradia, entre outras. Logo, revelam sua heterogeneidade e vivenciam desafios e potencialidades na complexidade dos processos que marcam a constituição das esferas públicas, como será possível visualizar no decorrer dessa pesquisa.

As OSCs por meio de sua inserção social reproduzem na sociedade valores e ideologias que contribuem para a construção de uma direção político-ideológica, que pode subsidiar processos democráticos e emancipatórios que contribuam com a superação da ordem capitalista, do mesmo modo que, podem fortalecer a ordem social vigente. Nessa ótica, as diferentes formas de governo e suas gestões ora de direitos, ora de concessões podem estabelecer uma relação de cooptação das OSCs, de seus processos históricos de resistência na linha da defesa, garantia e ampliação de direitos. Logo, esse espaço sócio-ocupacional pode impor requisições profissionais que reafirmam uma tendência conservadora no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais. Da mesma maneira, que pode possibilitar insumos para efetivação da cultura profissional crítica e vinculada a um projeto societário emancipatório, que objetiva a afirmação dos direitos, dos valores de cidadania e de justiça social para a classe trabalhadora.

É difícil de determinar um escopo unânime sobre as organizações que compõem a Sociedade Civil organizada no Brasil. Com base em dados agregados oficiais, o estudo sobre Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que no ano de 2016 havia cerca de 237 mil entidades sem fins lucrativos no país, representando 4,3% das instituições do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Nesse ano, tais entidades empregaram um contingente de 2,3 milhões de trabalhadores assalariados, distribuídos com maior ênfase em instituições da área da saúde, educação e pesquisa. Já de acordo com o banco de dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (Mapa das OSCs)<sup>1</sup>, realizado pelo Instituto de Pesquisa

---

<sup>1</sup> A pesquisa da FASFIL e o Mapa das OSCs, principais estudos brasileiros sobre a temática, utilizam critérios internacionais desenvolvidos pela ONU e pela universidade americana John Hopkins para definir as organizações da sociedade civil. Assim, são consideradas apenas entidades que se enquadram, simultaneamente, nos seguintes critérios: 1 – **privadas**, não integrantes da estrutura estatal; 2 – **sem fins lucrativos**, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros, podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; 3 – **institucionalizadas**, que são legalmente constituídas; 4 – **autoadministradas**, capazes de gerenciar suas próprias atividades e, 5 – **voluntárias**, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (IPEA, 2021).

Econômica Aplicada (IPEA), o quantitativo de OSCs no país corresponde ao montante de 815.676 organizações.

Ainda com base no Mapa das OSCs, trazendo a cena para o estado *lócus* da realização da pesquisa, o Rio Grande do Sul abarca um número significativo de instituições que integram as OSCs, que corresponde a um total de 55.042 organizações que contemplam um conjunto de 197.467 pessoas assalariadas e desenvolvem uma quantia de 5.058 projetos. Sendo o quinto estado no ranking nacional de quantidades de OSCs, dentre as suas particularidades destaca-se que 35,7% das organizações do estado atuam na área do desenvolvimento e defesa de direitos, enquanto a média nacional nesta categoria é 33,93%. Pelos dados supracitados, as OSCs contêm um expressivo conjunto de instituições privadas com fins públicos, se constituindo como um campo que apresenta demandas aos assistentes sociais, com relação a base fundante do seu trabalho com as diferentes expressões da questão social e na sua contribuição para a efetivação e ampliação de direitos fundamentais e conquistas sociais.

Diante disso, o trabalho dos(as) assistentes sociais nesse âmbito devem representar os interesses públicos dessas organizações e o desenvolvimento de projetos vinculados as políticas públicas igualitárias no contexto contemporâneo independentemente de “inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, s/p). Portanto, é importante problematizar o trabalho com base nos fundamentos do Serviço Social no cotidiano das OSCs, observando as particularidades deste espaço ocupacional no cenário atual. Dado que, os processos de trabalho das instituições em geral, podem ampliar ou reduzir as possibilidades de exercício da autonomia relativa no planejamento e manejo de instrumentos de trabalho. Assim, a relevância social do estudo está em oferecer subsídios que contribuam com a qualificação do trabalho de modo a aperfeiçoar os serviços prestados neste espaço sócio-ocupacional com significativo atendimento as necessidades sociais a partir de políticas públicas, com a mediação do trabalho dos(as) assistentes sociais.

Ademais, discorrer sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais no âmbito das OSCs, é discutir acerca do trabalho profissional nas tramas das relações sociais em uma sociedade capitalista. É revisar dialeticamente os ciclos históricos da profissão, mergulhar no cotidiano em que os sujeitos que a compõem estão imersos para assim (re) pensar o significado social do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, possuindo como pano de fundo reflexões teóricas, éticas e operativas. Levando em consideração, a atual conjuntura socioprofissional no capitalismo contemporâneo – mundializado, sob hegemonia do capital financeiro e regulado pelo modelo de gestão estatal neoliberal – que submete assistentes sociais, assim como toda a

classe trabalhadora, a processos profissionais de precarização, supressão de direitos sociais, reafirmação do conservadorismo e moralização no trato com as expressões da questão social. Elementos esses que trazem implicações para vida cotidiana dos(as) assistentes sociais, sobretudo, para os sujeitos usuários.

Soma-se a isso, desde o ano de 2020, o mundo inteiro tem vivenciado uma crise sanitária sem precedentes, devido à pandemia causada pela disseminação do (co)rona (vi)rus (d)isease ou doença do coronavírus<sup>2</sup> (COVID-19). A pandemia intensificou os processos de precarização do trabalho e aumentou os níveis de pobreza da população, até a segunda metade do mês de dezembro de 2021 – já com o avanço da vacinação – o país contabilizava, aproximadamente, mais de 22,2 milhões de casos de contaminação e mais de 619 mil mortes em decorrência do COVID-19<sup>3</sup>.

Esse quadro de alto índice de pessoas infectadas e óbitos, retrata a crônica desigualdade no Brasil acentuada com os efeitos da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, já que no contexto pré-pandemia o país já possuía patamares alarmantes de desigualdades sociais que afetava as condições mínimas de sobrevivência da população<sup>4</sup>. No atual período pandêmico, a população convive com a letalidade do vírus sobreposta com a insegurança alimentar e com o desemprego, conforme o IBGE (2021) a taxa de desemprego no primeiro semestre do ano de 2021 atingiu 14,7%, foi a maior da série desde 2012, sendo que, 15,3 milhões de pessoas não buscaram emprego em razão da pandemia ou pela falta de trabalho na localidade em que moram. Todavia, temos em contraste o acúmulo de riqueza no país, já que de acordo com a Revista Forbes<sup>5</sup>, cresceu o número de bilionários brasileiros que dobraram o seu patrimônio em plena pandemia, no ano de 2021 o Brasil teve 40 novos bilionários.

Diante desse contexto, de intensificação das desigualdades sociais na pandemia, o Estado Brasileiro implementou algumas medidas no sentido de conter os seus efeitos econômicos e sociais, contudo, a gestão federal do governo Bolsonaro interveio de forma negacionista em relação ao vírus, sem a condução de ações eficazes, até mesmo, com um discurso contrário, em certos momentos, as recomendações da OMS. Por outro lado, uma série

---

<sup>2</sup> No contexto brasileiro, a datar da primeira providência legal estabelecida através da Portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020, que declarou estado de emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo COVID-19.

<sup>3</sup> Dados das secretarias estaduais de saúde do país, sistematizados pelo site: <https://covid19br.wcota.me/>.

<sup>4</sup> Dados disponibilizados na Síntese de Indicadores Sociais e Análise das Condições de Vida da população brasileira (IBGE, 2019) no ano de 2019, os 10% da população mais rica se apoderaram sozinhos de 43% de toda a renda do país, alcançando o maior nível histórico de concentração desde o ano de 1998.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>.

de ações foram realizadas pela Sociedade Civil Organizada para contribuir com a proteção da população à doença.

O cenário pandêmico retratou formas de gerir o social, sendo possível perceber que as políticas de proteção social são essenciais para ofertar serviços e benefícios à população. Evidenciou que o discurso individualista e concorrencial das políticas neoliberais é ineficiente e incapaz de dar conta das demandas postas na realidade objetiva. Como afirma Laval (2020, p. 282), a pandemia revela que, “a sociedade real, a sociedade realmente útil, não funciona por concorrência, mas, totalmente ao contrário, por cooperação social, interdependência geral de funções e “solidariedade social”. Assim, durante a pandemia foi visto a potência do senso de comunidade entre os indivíduos, países e instituições, que pode auxiliar no redescobrimto do quanto precisamos um dos outros e apontar para novas possibilidades de mudanças numa perspectiva coletiva de bem comum. Elementos conjunturais que perpassam a processualidade histórica da correlação entre o Estado Brasileiro e a Sociedade Civil Organizada no atendimento as demandas sociais.

Outrossim, pede uma análise mais consistente do trabalho dos(as) assistentes sociais em seus respectivos espaços ocupacionais, uma vez que as profissões não podem ser pensadas distantes da sociedade onde se materializam. Demandam, portanto, a necessidade do debate e do reforço do Serviço Social, cuja concepção profissional incide em um perfil crítico e propositivo. Além de estratégias político profissionais de resistência à ofensiva do capitalismo contemporâneo coadunadas com o projeto ético-político emancipatório inserido em processos de trabalho de espaços sócio-ocupacionais de OSCs, no confronto das condições laborais objetivas e subjetivas nesse espaço que impõem limites e possibilidades à transformação da realidade.

Cabe destacar ainda, que a presente proposta de estudo despontou dialeticamente a partir das reflexões tecidas nas orientações e em diferentes componentes curriculares da pós-graduação. Nesse sentido, tais reflexões que constituem esta dissertação são fruto do processo de formação que levaram a pesquisadora a se debruçar sobre a temática, bem como através das aproximações sucessivas com os diversos conhecimentos que conduzem a formação em Serviço Social. Desde o período da graduação, na medida em que foi consolidando seu processo de aprendizado sobre a profissão e constituindo suas próprias inquietações, que conduzem a formulação de novos saberes, a autora se debruça em refletir e desenvolver produções acadêmicas sobre o trabalho do(a) assistente social. Sobretudo, por enxergar a potência da singularidade das relações da profissão com a classe trabalhadora e com a recusa da aceitação, como sendo natural, de uma sociedade destrutiva e desigual. A presente investigação também

foi motivada pelas vivências da autora no estágio curricular em Serviço Social em uma OSC vinculada a política de Assistência Social, que propiciou importantes indagações em relação a realidade de trabalho nesse espaço

A pesquisa desenvolvida está vinculada à linha de pesquisa Serviço Social, Ensino e Formação, de forma que está alinhada aos estudos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Levando em consideração que este espaço acadêmico é um *lócus* da produção de conhecimento científico mediado pelo pensamento crítico e comprometido com a classe trabalhadora, que subsidia possibilidades interventivas nas particularidades dos distintos espaços sócio-ocupacionais. Por essa razão, a pesquisa, a produção de conhecimento e a pós-graduação em Serviço Social são indissociáveis para formação de um acúmulo teórico e metodológico crítico para o trabalho da categoria.

## 1. 1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: estrutura e desenvolvimento

Para atender os objetivos propostos por essa dissertação, desenvolve-se nesse item o percurso metodológico do estudo. Entende-se que a definição rigorosa e criteriosa desses elementos foi fundamental para a qualidade do desenvolvimento da pesquisa. O método e a metodologia traçados, possibilitaram o desvendamento do fenômeno estudado.

Destaca-se que a demarcação do método e dos procedimentos metodológicos não são atos neutros, carregam consigo o posicionamento ético e político da pesquisadora. Em face disso, reconhece-se a importância do ato de pesquisar e da produção intelectual como um catalisador de transformações, conforme nos lembra Hooks (2017), a teoria como uma prática social que pode ser libertadora. Parte do concreto, do esforço e da coragem de buscar compreender as experiências da vida cotidiana e com isso, intervir criticamente na realidade e na vida das pessoas (HOOKS, 2017).

Por esse motivo, a opção pelo método materialista dialético e histórico como orientação metodológica dessa pesquisa expressa o comprometimento com a corrente hegemônica da categoria profissional e com propósitos voltados para a transformação do real. A pesquisa situa suas análises na ideia de que a superação de uma realidade só se realiza quando ingressa na “contradição, em que se revela ligada com seu contraditório. Então os dois termos se negam em sua própria luta, livrando-se mutuamente de suas estreitezas e unilateralidades. Da negação recíproca, surge a ‘negação da negação’: a superação” (LEFEBVRE, 1975, p. 231).

Com base na delimitação do objeto de pesquisa e na sua elaboração metodológica para a coleta de dados – definição de técnicas e instrumentos – foram formulados o desenho do universo e da amostragem de modo que deem subsídios a responder as questões orientadoras do estudo. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, os elementos constitutivos da dissertação, através do quadro metodológico sistematizado:

Quadro 1 - Quadro Metodológico da Pesquisa

<b>Tema</b>		
Trabalho do(a) Assistente Social e Organizações da Sociedade Civil.		
<b>Delimitação do Tema</b>		
O trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) nos espaços sócio-ocupacionais de Organizações da Sociedade Civil, no período de 2005 a 2021.		
<b>Problema</b>	<b>Objetivo Geral</b>	
Como está conformado o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em processos de trabalho de Organizações da Sociedade Civil?	Desvendar a conformação do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em processos de trabalho de Organizações da Sociedade Civil, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com o debate e aprimoramento das competências profissionais na perspectiva do atendimento as demandas sociais nestes espaços sócio-ocupacionais.	
<b>Tipo de Estudo</b>		
Pesquisa qualitativa, contemplando análise, criação e sistematização de dados empíricos, documentais e bibliográficos.		
<b>Questões Norteadoras</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Instrumentos/Técnica de Coleta de Dados</b>
1) Como são as condições para o desenvolvimento do trabalho dos(as) assistentes sociais nas Organizações da Sociedade Civil?	- Aprender as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais em Organizações da Sociedade Civil;	<b>1)Técnica:</b> Entrevista <b>Instrumento:</b> Roteiro de entrevista semiestruturado com questões abertas e fechadas; <b>Universo:</b> Assistentes Sociais que trabalham em OSCs na cidade de São Borja/RS; <b>Amostra intencional e não-probabilística:</b> 03 Assistentes Sociais de OSCs de São Borja/RS.  <b>2)Técnica:</b> Análise Documental <b>Instrumento:</b> Roteiro de Análise <b>Fontes:</b> Planos de Trabalho das assistentes sociais entrevistadas.  <b>3)Técnica:</b> Revisão Bibliográfica e Mapeamento do Estado da Arte sobre Trabalho dos(as) Assistentes Sociais nas OSCs <b>Fontes:</b> Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações e bibliográficos em interlocução com a literatura já produzida na área.
2) Como está constituído os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem em Organizações da Sociedade Civil?	- Analisar os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem em Organizações da Sociedade Civil;	
3) Qual o produto do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em Organizações da Sociedade Civil?	- Desvendar o produto do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em Organizações da Sociedade Civil.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2021.

O estudo, aqui apresentado, se constitui como uma pesquisa de natureza exploratória e de caráter qualitativo. Conforme Bauer e Gaskell (2002, p. 68), “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões, ou pessoas, mas ao contrário, extrapolar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Nessa ótica, a finalidade da pesquisa qualitativa nesse estudo é apreender a realidade de trabalho dos sujeitos pesquisados para desvendar o trabalho dos(as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais das OSCs. Destaca-se ainda, que a participação dos profissionais sempre é uma temática necessária ao debate do Serviço Social. A pesquisa qualitativa possibilita um mergulho na realidade social estudada, penetrá-la para conhecê-la, é voltada para os significados e interpretações atribuídos ao objeto de estudo a partir de experiências em determinadas condições objetivas (MARTINELLI, 1999). Por isso, a pesquisa qualitativa contribui para este estudo, por apontar elementos em evidência num processo em permanente construção, produzindo conhecimento acerca das nuances do trabalho cotidiano dos(as) assistentes sociais.

Os estudos exploratórios, segundo Gil (2007), residem na possibilidade do(a) pesquisador(a) desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, bem como, aumentar sua experiência em torno de determinado problema em uma realidade específica. O estudo exploratório nesta pesquisa busca aprofundar o conhecimento acerca do tema pesquisado, aproximando-se dos fatos e fenômenos em uma certa realidade para assim compreendê-la e posteriormente auxiliar uma investigação mais aprofundada, isto é, partir de subsídios fornecidos pela realidade concreta. Diante do exposto, é possível afirmar que existe relação paralela entre a pesquisa de cunho exploratório e do tipo qualitativa, posto que em ambas a centralidade da pesquisa não é o sujeito de modo individual, mas a sua experiência em dada realidade, ou seja, como o sujeito vivencia e reproduz cotidianamente o objeto de estudo.

Essa pesquisa possui três categorias teórico-temáticas que forneceram subsídios e funcionaram como elemento norteador para coleta e análise dos dados, definidas anteriormente no projeto de pesquisa da dissertação. São elas: a) Processo de Trabalho, possuindo como base o referencial teórico marxiano para a sua definição e discussão, buscou-se subsídios na obra “O Capital” para refletir sobre essa categoria no modo de produção vigente. B) Trabalho do(a) Assistente Social, discute o que literatura da área tem definido para o exercício profissional, competências, atendimentos e gestão das demandas laborais, elaboradas a partir da apreensão da realidade social e intervenções nas expressões da questão social e c) Organizações da Sociedade Civil, que discute as particularidades constitutivas desse espaço sócio-ocupacional e os desafios e as possibilidades que se abrem para o trabalho dos(as) assistentes sociais nesse âmbito.

O método adotado para a realização do estudo é o Método Materialista Dialético e Histórico, a partir das seguintes categorias: totalidade, mediação, contradição e historicidade. Esse método corresponde a uma forma de trilhar o caminho para a análise da realidade, embaçada teórica e cientificamente pela teoria social de Marx, por meio de investigação realizada a partir de sucessivas aproximações ao objeto de estudo em determinada realidade concreta. Os estudos a partir desse vetor teórico possuem finalidades voltadas para a transformação do real, por isso, o processo de desvendamento da realidade social tem o intuito de subsidiar transformações (NETTO, 2011; PRATES, 2016).

O método materialista dialético e histórico compreende a realidade como um todo estruturado, onde aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais estão interligados. Sob esta ótica, a realidade é compreendida enquanto uma totalidade concreta, isto é, ela é constituída por fatos ou conjunto de fatos que possuem conexões estruturais que os dão significados. Nessa acepção, Kosik (1976) conceitua totalidade como,

[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade (p. 35-6).

Assim, a categoria totalidade é importante para desvendar o trabalho dos(as) assistentes sociais em suas múltiplas determinações, porque os fenômenos econômicos, políticos e culturais impõem limites e possibilidades ao seu trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nos quais se vinculam como trabalhadores assalariados. Nos termos de Kosik (1976), tais condicionalidades expressam e ocultam os processos universais nas complexas e confusas relações cotidianas nas quais o trabalho se realiza.

A categoria mediação oportuniza a construção e a reconstrução do objeto de análise da pesquisa. Possibilita um caminho para a apreensão do real a partir do movimento da razão, mediante sucessivas aproximações no intuito de ultrapassar o plano da imediatez na busca pela essência do objeto estudado. Mais do que um processo reflexivo, a mediação consiste também e, necessariamente, neste estudo em um processo prático-concreto. Operado no movimento de apreender reflexivamente as categorias histórico-sociais que envolvem e rebatem em torno do Serviço Social enquanto profissão nos espaços ocupacionais das OSCs, o conectando como uma profissão inserida no âmbito da sociabilidade capitalista (PONTES, 1999).

A categoria contradição auxilia na compreensão da realidade concreta na qual ocorre o trabalho do(a) assistente social, eis que a realidade em sua totalidade não aparece imediatamente, portanto, é preciso negar a sua apreensão imediata. Essa negação configura-se como um movimento contraditório que impulsiona o pensamento para o planejamento e execução do estudo. A partir do reconhecimento de que o fenômeno estudado se apresenta despido de mediações que lhe dão significados totalizantes, a pesquisadora inicia o movimento de sucessivas aproximações para apreender o objeto a partir da relação que ele estabelece com a totalidade. No tocante a isso, Konder (2008, p. 43-4) afirma que,

para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada (em vez de inventar totalidades e procurar enquadrar nelas a realidade), o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade.

Historicizar o objeto de estudo é necessário para apreender suas particularidades no período em que a pesquisa é realizada, por meio de um recorte temporal. Portanto, a categoria historicidade possibilita compreender o movimento dialético da história que permeia o trabalho dos(as) assistentes sociais, dado que

[...] é necessário estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem (MARX; ENGELS, 2010, p. 107 apud NETTO, 2011, p. 13).

Nesse aspecto, é preciso apreender o trabalho do(a) assistente social inserido na processualidade histórica, por meio do movimento impulsionado pela contradição que permeia os processos sociais e determina as configurações da gestão dos espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais se vinculam através do trabalho assalariado. Evidencia-se da mesma forma, a importância de resgatar o percurso histórico da profissão por meio de um olhar crítico e complexo, resgatando o que ele traz para o presente, seus acúmulos e avanços. Uma vez que, o curso da história possui intersecção com o caminho percorrido nos processos de ressignificação e construção da identidade profissional do Serviço Social.

Os procedimentos metodológicos contemplam, a realização de uma pesquisa de campo para o aprofundamento sobre a realidade estudada, através de uma investigação empírica, na qual realizou-se coleta de dados junto aos sujeitos (GIL, 2007). Nesse sentido, com a finalidade de coletar dados trabalhamos com a técnica de triangulação (TRIVIÑOS, 2011) de fontes, a qual compõem um conjunto de dados capazes de fornecer informações que convergem, ou

mesmo, demonstrem a contradição dos processos estudados. O uso de três fontes para a coleta de dados se caracteriza como técnica de triangulação, tendo em vista que, “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social [...]” (TRIVIÑOS, 2011, p.138).

Com base em Triviños (2011), a técnica de triangulação engloba três aspectos combinados que possibilitam a ampla descrição, explicação e compreensão do tema investigado, que são: 1) *Processos e Produtos Elaborados pelo Pesquisador, averiguando as percepções dos sujeitos de pesquisa*, que nesse estudo corresponde as fontes empíricas de escuta dos sujeitos; 2) *Elementos Produzidos pelo Meio*, que contempla as fontes documentais dessa pesquisa e 3) *Processos e Produtos Originados pela Estrutura Socioeconômica e Cultural do Macroorganismo Social*, análise realizada através das fontes bibliográficas do estudo que tecem todo o resgate teórico que fundamenta as categorias centrais do trabalho.

Levando em conta também, as considerações de Minayo (2017), de não restringir a pesquisa a apenas uma fonte de dados para multiplicar as tentativas de aproximação ao real. A triangulação pauta-se pela inferência da construção do processo de coleta e análise dos dados, na busca de uma amplitude de fontes que possibilitem uma maior aproximação com o objeto de estudo, ao contemplar distintas fontes para o acesso de informações.

No que tange as fontes empíricas, foi utilizada a técnica de entrevista online semiestruturada. Para Gil (2007, p. 109), a entrevista consiste em uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. O instrumento que norteou a coleta de dados em campo foi o roteiro de entrevista semiestruturada (apêndice a), planejado com questões abertas que privilegiaram o ponto de vista dos sujeitos entrevistados. A técnica e o instrumento foram aplicados a partir do contato com assistentes sociais que compõe a amostra da pesquisa. Desse modo, convergem com a finalidade da pesquisa qualitativa ao investigar e desvendar os significados atribuídos pelos sujeitos em relação ao objeto de estudo (BAUER; GASKELL, 2002).

O território escolhido para a pesquisa empírica foi o município de São Borja<sup>6</sup>, situado na região da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, o município foi fundado no ano

---

<sup>6</sup> A escolha da cidade se justifica por ser o *locus* de moradia da autora. De modo que, no decorrer da análise de dados não será citado os nomes das organizações onde as assistentes sociais participantes da pesquisa trabalham, para não incorrer em possível identificação das profissionais e em respeito ao sigilo e ética na condução dos dados.

de 1682 e integra os Sete Povos das Missões. É uma cidade de economia voltada para a agropecuária e comércio, tem uma população de aproximadamente 60.5572 habitantes – população estimada para 2021 pelo IBGE – dos quais cerca de 13.000, residem no interior do município. A cidade faz fronteira com a Argentina com o rio Uruguai funcionando como limite geográfico o município possui uma área de extensão territorial de 3.616 km<sup>2</sup> e é composto pelos distritos de Rincão do Meio, Timbaúva, Nhú-Porã, São Miguel, Samburá, Mercedes e Sarandi (IBGE, 2021).

As entrevistas on-line<sup>7</sup> foram realizadas através de plataformas digitais que permitiram a realização de reuniões virtuais tanto pelo celular como pelo computador. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, com o objetivo de transformar as narrativas orais em texto para análise dos dados. Cabe pontuar, que a realização de entrevistas on-line mediadas pelo uso da tecnologia como metodologia de pesquisa, são legitimadas como uma alternativa séria e viável para a coleta de dados (NICOLACI-DA-COSTA; ROMAO-DIAS; DI LUCCIO, 2009). Exigiu um trabalho rigoroso de campo, com a realização de abordagens para contato via telefonemas com as organizações e trocas de mensagens de WhatsApp e envio de e-mails para assistentes sociais. As aproximações com os sujeitos da pesquisa iniciaram-se no mês de agosto de 2021, a fim de apresentar a proposta do estudo, objetivos e metodologia.

Seu universo contempla assistentes sociais que trabalham em OSCs no município de São Borja/RS. De acordo com o IPEA (2021), o município totaliza 254 entidades. Para identificar as que possuem assistentes sociais nos seus quadros (que corresponde ao segundo critério de composição da amostra), foi realizado contato com os conselhos municipais de direito da cidade, onde identificamos a predominância de atuação dessas OSCs na política de Assistência Social.

Após isso, foram coletadas informações diretamente com o Conselho Municipal de Assistência Social<sup>8</sup>, com base em seus registros, foram mapeadas cinco OSCs que possuem trabalhadores(as) assistentes sociais, com identificação dos seus respectivos números de telefones. A partir disso, deu-se início a sondagem com intenção de abranger 100% desse universo, no contato telefônico inicial com as OSC averiguou-se a presença de um único

---

<sup>7</sup> Diante do contexto pandêmico, as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio da doença envolvem, principalmente, evitar aglomerações humanas, já que o vírus é facilmente transmitido através do contato com fluídos de uma pessoa infectada. Nesse sentido, as entrevistas para coletar dados foram realizadas, necessariamente, *de forma on-line por meios virtuais em ambientes de conversação síncrona*. Em consideração a situação de isolamento social em razão da pandemia de COVID-19 e o cumprimento das medidas de segurança em saúde, principalmente, diante do agravamento da propagação do vírus no país.

<sup>8</sup> Via diálogo com a presidenta do conselho, que ocorreu via contato telefônico na data de 26/05/2021, após, os contatos seguiram de forma mais detalhada por mensagens de texto via WhastApp.

profissional assistente social em cada organização, totalizando assim um universo mapeado de cinco assistentes sociais<sup>9</sup>, dos quais, três aceitaram o convite para participar da pesquisa, compondo assim a sua amostra. Portanto, a amostragem utilizada foi do tipo intencional e não probabilística, com base na adesão dos profissionais à pesquisa. Esse tipo de amostra conforme Gil (2007), não possibilita fazer generalizações, o interessa está em conhecer opiniões e experiência vividas de uma parte da população sobre a temática que se propõem investigar, no caso desta pesquisa – o trabalho do(a) assistente social no espaço sócio-profissional de Organizações da Sociedade Civil.

Desse modo, foram realizadas três entrevistas on-line com assistentes sociais, sendo que todas as profissionais eram do gênero feminino<sup>10</sup>, que trabalham em OSCs vinculadas a política de Assistência Social, as quais são certificadas como entidades beneficentes, detentoras de CEBAS – essas OSCs serão caracterizadas em um item específico posteriormente. Todas as entrevistadas graduaram-se em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul, duas em universidades privadas e uma em universidade pública. As características apresentadas pelas participantes, no período em que foram entrevistadas, foi a seguinte:

Quadro 2 -Caracterização das Participantes da Pesquisa

Identificação <sup>11</sup>	Tempo de Trabalho na Instituição	Vínculo Empregatício	Carga Horária	Formação Complementar
<i>Assistente Social 01</i>	03 anos	CLT	30h	Especialização em Gestão de Projetos
<i>Assistente Social 02</i>	14 anos	CLT	40h	Especialização Intervenção Social com Famílias
<i>Assistente Social 03</i>	03 anos	CLT	30h	Especialização (em andamento) Atendimento a Famílias e Comunidades

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2021.

Com relação as fontes documentais da pesquisa, corresponde a três documentos que compõem o plano de trabalho das profissionais participantes da pesquisa. Conformado uma

<sup>9</sup> Foram realizados um total de cinco convites para participação na pesquisa, em todos os diálogos foi orientado sobre os procedimentos metodológicos, bem como dos recursos necessários para a coleta de dados. No contato inicial via telefonema, foi mencionado o vínculo com a instituição de ensino a fim de dar segurança ao processo de pesquisa, bem como os procedimentos éticos, sendo observados os critérios de adesão livre e esclarecida. Posteriormente ao aceite, foram realizadas tratativas de agendamentos das entrevistas via WhatsApp, de acordo com a disponibilidade das profissionais. As entrevistas online ocorreram nos meses de agosto e setembro de 2021, mediadas pelas plataformas digitais Teams e Google Meet, que foram escolhidas pelas participantes.

<sup>10</sup> Como a totalidade de profissionais foram mulheres, por este motivo, no decorrer da dissertação quando nos referirmos aos participantes da pesquisa, será utilizado o substantivo que determina o gênero feminino.

<sup>11</sup> No intuito de preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa, trocou-se o nome desses sujeitos pela palavra “assistente social” seguido do número correspondente a ordem de realização das entrevistas. No decorrer deste capítulo, aparecerão algumas falas, elas serão identificadas através da indicação, entre parênteses, do número respectivo ao participante no final da expressão destacada e em itálico.

análise documental com o objetivo de aprofundar as questões da pesquisa para desocultar o conteúdo expresso nos documentos considerado relevantes para o estudo (PRATES, 2016).

Para isso, foi utilizado o instrumento de roteiro de análise documental (apêndice b), que contemplou duas etapas: 1) identificação e fichamento dos planos de trabalho e 2) análise e interpretação do conteúdo (MARCONI; LAKATOS, 2007). O roteiro foi elaborado com base nos elementos que compõem a proposta de plano de trabalho dos(as) assistentes sociais elaborada por Couto (2009) no artigo intitulado “Formulação de Projeto de Trabalho Profissional”. E possui como pretensão conhecer detalhadamente os elementos importantes de tais documentos que são capazes de dar visibilidade para a organização do trabalho dos profissionais no âmbito das OSCs.

Outro recurso metodológico que foi utilizado para a coleta de informações e dados foram as fontes bibliográficas. Desenvolvidas com base em uma análise teórico reflexiva a partir de revisão bibliográfica, realizada durante todo o processo da pesquisa e constituída a partir de uma revisão da literatura publicada na área das ciências sociais e humanas vinculadas a teoria social crítica que sustentam as categorias analíticas centrais explicativas da realidade da pesquisa. Considerando como fontes livros, artigos científicos, material em meios eletrônicos, entre outros, que contribuíram como arcabouço teórico para dialogar com elementos do estudo. Combinada com o mapeamento do estado da arte sobre o trabalho profissional do Serviço Social nas OSCs em teses e dissertações (que será detalhado no item 1.3 desse capítulo). A qual favorece uma análise teórico reflexiva mais consistente do objeto de estudo, ao possibilitar mapear, organizar e analisar a produção de conhecimento, em um dado período, apontando tendências e lacunas. Segundo Morosini (2015),

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (2015, p. 102),

As técnicas e fontes de pesquisa referidas neste item, foram escolhidas em razão da possibilidade de penetrar na trama cotidiana dos sujeitos pesquisados e por serem profícuas na produção acadêmica para descrever fatos e fenômenos de determinada realidade objetiva. Eis que, tais técnicas estão impregnadas de significados e são percebidas no âmbito coletivo do compartilhamento de percepções, conhecimentos e demandas. Possibilitando assim, uma análise compreensiva, focada nos conteúdos e saberes cotidianos da profissão, que permite desvendá-la a partir do que assistentes sociais fazem e pensam.

A técnica escolhida para a compreensão, interpretação e tratamento dos dados nessa pesquisa foi a análise de conteúdo com base em Bardin (2016). Para a autora, a técnica se constitui como,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 2016, p.3).

Fundamentada em Bardin (2016), a análise de conteúdo dessa pesquisa compreenderá três etapas, a saber: 1) *Pré-Análise*, que se consiste na organização do material coletado com fins de análise de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa, requerendo para isso a necessidade de uma leitura prévia e minuciosa do material, incorporando impressões quanto aos dados obtidas; 2) *Exploração do material*, o momento de aplicar o que foi delimitado na etapa anterior, sendo a fase mais longa exigindo várias leituras de um mesmo material e por fim, 3) *Tratamento dos resultados*, que corresponde ao desvendamento do conteúdo implícito no conjunto de dados coletados, levando em consideração ideologias, tendências e demais determinações características que brotaram de dado fenômeno analisado.

As etapas supracitadas, propostas por Bardin (2016) na metodologia de análise de conteúdo são coerentes com a proposição dessa pesquisa, para conduzir na etapa de análise o desvendamento do que não está aparente. Logo, o processo de análise é muito mais que a simples descrição dos dados coletados, nos conduz a um processo metodológico que demanda os categorizar e correlacionar as diferentes fontes de dados, a fim de responder o problema de pesquisa. Uma vez que, para se identificar os fenômenos estudados, requer metodologicamente como sugere Bardin (2016), observar os dados coletados a partir das etapas da análise do conteúdo, inclusive, para não incorrer no risco de fazer avaliações tendenciosas. Na análise de conteúdo foram realizados cortes de análise frequencial e temático relacionado a menção de um tema e/ou assunto que expressam um significado ou um sentido, geralmente, quanto mais frequentemente o tema for mencionado, maior é a sua relevância.

## 1.2 PRESSUPOSTOS ÉTICOS E SOCIALIZAÇÃO

A ética é uma condição transversal à realização de pesquisa no Serviço Social. Está situada em pressupostos que visam compreender a multiplicidade das mediações que envolvem a pesquisa e seus sujeitos, pois essa deve ser compreendida na totalidade das condições

históricas determinadas socialmente. Desse modo, exige uma orientação ética direcionada para confirmação dos direitos humanos e, obviamente, à direção social da profissão que busca a construção de uma nova sociedade sem processos de exploração, opressão e alienação (BARROCO, 2005).

Nesse escopo, a presente pesquisa atendeu as orientações elencadas na resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras dos cuidados éticos de pesquisas envolvendo seres humanos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Foi realizada em compromisso com uma atitude de pesquisa ética que contemple a preservação dos direitos humanos e a garantia da autonomia dos sujeitos pesquisados em consonância com o Código de Ética do/a Assistente Social que reconhece a liberdade como valor ético central nas relações. O projeto foi aprovado pela Comissão Científica da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e posteriormente submetido e aprovado na Plataforma Brasil – Comitê de Ética em PUC/RS com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética sob o nº 50584721.8.0000.5336 (anexo a). Somente após tais aprovações foi iniciada a coleta dos dados.

Para o processo da coleta de dados foram observados rigorosamente: 1) na técnica de entrevista todos os participantes foram devidamente informados sobre a pesquisa com autonomia quanto a sua participação por intermédio do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice c), o qual foi realizado de forma oral e gravado em áudio, em razão da natureza dessa técnica de coleta de dados ser de modo on-line em decorrência dos protocolos de saúde estabelecidos na pandemia causada pelo COVID-19<sup>12</sup>. Dessa forma, ao iniciar a entrevista mediada pela plataforma digital, a pesquisadora leu na íntegra o termo em que consta todos os aspectos que serão abordados para o processo de consentimento<sup>13</sup>, explicitando ao participante os objetivos do estudo, sua relevância, metodologia e demais cuidados éticos da pesquisa. Também foram elucidados os riscos e possíveis desconfortos decorrentes da participação no estudo.

---

<sup>12</sup> Este procedimento possui respaldo na resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016), a qual prevê que a obtenção do consentimento do participante da pesquisa não precisa necessariamente ser dado de forma escrita, tendo em vista a necessidade de observar as particularidades do método da pesquisa e das características dos participantes. Conforme o seu Cap. III, Art. 5º, que orienta da seguinte maneira: “O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas” (BRASIL, 2016, s/p).

<sup>13</sup> Todas as dúvidas dos sujeitos participantes foram sanadas antes do início das entrevistas, de modo que foram avisados que podem entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo, em qualquer aspecto que desejar. Também, que poderão retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Dando seguimento, 2) cuidados éticos na identificação e 3) a pesquisa se manterá fidedigna às fontes. À vista disso, considerando que “a ética na pesquisa exige respeito aos participantes, a preservação de suas informações e o sigilo profissional para que eles não sofram danos morais, socioeconômicos e políticos” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 104), será preservada a identidade dos sujeitos que participarão das entrevistas, bem como será vetado qualquer tipo de obtenção de vantagem por intermédio de práticas de plágio, adulteração de fontes e de documentos e sem manipulação dos resultados, sendo questões expressamente vedadas pela resolução supracitada e pelo código de ética da profissão.

Nessa lógica, de condução ética da pesquisa, o seu produto igualmente necessita de cuidados éticos, no sentido de buscar atender a sua finalidade e de alguma forma intervir em dada realidade. Por isso, o conhecimento produzido por esta pesquisa científica será compartilhado coletivamente – de forma parcial e total – nos componentes curriculares do programa de pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS e na banca de caráter público de defesa da dissertação. O documento final ficará disponível para acesso no acervo digital de Teses e Dissertações da PUC/RS<sup>14</sup>. Ademais, será socializado em eventos acadêmicos, periódicos e espaços socioprofissionais da categoria, visando não somente a apreensão da realidade, mas sobretudo, a construção de alternativas de enfrentamento aos seus dilemas.

### 1. 3 MAPEAMENTO DO ESTADO DA ARTE SOBRE A TEMÁTICA

No intuito de fundamentar uma análise teórico-reflexiva e explorar referências consistentes e atuais, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico percorrendo dados de teses e dissertações que abordassem sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais em Organizações da Sociedade Civil, publicadas de modo online e vinculadas a área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas – Serviço Social, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD)<sup>15</sup>.

Para isso, inicialmente, foi demarcado como período de análise os anos de 2014 a 2020, o limite teórico para publicações posteriores ao ano de 2014, ocorreu por se tratar do ano

---

<sup>14</sup> Disponível através do link: <http://tede2.pucrs.br/tede2/>

<sup>15</sup> Plataforma digital de busca que dissemina, de forma gratuita, as produções de teses e dissertações apresentadas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Possui como escopo o aumento de conteúdos completos de teses e dissertações brasileiras na internet, proporcionando maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade, bem como a visibilidade do investimento realizado aos programas de pós-graduação no país.

da promulgação da legislação que regulamenta a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a administração pública por meio da Lei 13.019/2014<sup>16</sup>, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Contudo, no período referido foi localizada uma escassa quantidade de trabalhos, motivo que levou a ampliação da definição do período de buscas para abranger produções publicadas nos últimos 15 anos (2005 – 2020). Como descritores principais do mapeamento, foram utilizados: Trabalho do(a) Assistente Social, Organizações da Sociedade Civil, Terceiro Setor e Serviço Social. Conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3 -Descritores Utilizados na Pesquisa

<b>Descritores Principais</b>	<b>Combinados com os Descritores</b>	<b>Variações dos Descritores</b>
Trabalho do(a) Assistente Social	Organizações Não-governamental	Sociedade Civil
Organizações da Sociedade Civil	Organizações Sem Fins Lucrativos	Assistentes Sociais
Terceiro Setor	Fundações Privadas	Atuação/Exercício Profissional
Serviço Social	Associações	Prática Profissional
	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	
	Organização Social	
	Organização Religiosa	
	Entidade Beneficente de Assistência Social	

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Dentro da plataforma eletrônica de buscas, no período elencado, foram encontrados um universo de 28 trabalhos defendidos que articulam de alguma forma os descritores citados. Após uma leitura detalhada das produções mapeadas, conclui-se que dessas, 13 são selecionadas para comporem a amostra da pesquisa. Tendo em vista que dialogavam com a temática desse estudo ao problematizarem em seus objetivos ou fundamentação teórica os fundamentos e competências do Serviço Social articulados com a realidade de trabalho na área das OSCs. As outras 15 produções que ficaram de fora da amostragem do mapeamento da arte possuíam abordagens analíticas voltadas para as especificidades das OSCs de modo geral, sem relacioná-la diretamente com as particularidades do trabalho dos(as) assistentes sociais.

<sup>16</sup> “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n°s 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999” (BRASIL, 2014).

De modo que, tem-se uma porcentagem de menos de um trabalho por ano com relação ao tema, sendo o ano de 2016 o que detém a maior quantidade de produções (03), revelando o baixíssimo número de produções decorrentes dos programas de pós-graduação nesta área temática. Além disso, a totalidade das produções são fruto de dissertações de mestrado, como se sintetiza no quadro a seguir:

Quadro 4 -Demonstrativo de produções mapeadas na BDTD sobre Trabalho do(a) Assistente Social e Organizações da Sociedade Civil no período de 2005 a 2020.

Tipo de Produção	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Total
Teses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	00
Dissertações	-	-	02	01	-	-	-	01	02	01	-	03	01	-	02	-	13
<b>Total de Produções</b>																	<b>13</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As produções se debruçam, sobretudo, em analisar as condições e as relações de trabalho dos(as) assistentes sociais nas OSCs; o processo de reestruturação do capital e suas implicações para o mundo do trabalho, de modo particular para a profissão; a gestão das políticas públicas sob o prisma do ideário neoliberal com a redução da intervenção estatal na área social e a dimensão educativa do trabalho do Serviço Social em OSCS.

Há a concentração de produções em três instituições de ensino, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com quatro produções apresenta o maior quantitativo, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com três e da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com duas produções. Conforme ilustra o quadro que segue, para tornar mais nítida a demonstração dos dados coletados:

Quadro 5 -Produções acadêmicas referentes a Trabalho do(a) Assistente Social e Organizações da Sociedade Civil

<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>
Serviço Social e Terceiro Setor: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o Assistente Social em Natal	Carneiro, Elizangela dos Santos	Dissertação de Mestrado	2005	UFRN
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do município de Porto Alegre: espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais?	Martinelli, Tiago	Dissertação de Mestrado	2007	PUC/RS
O Serviço Social nas organizações não-governamentais: tendências e particularidades	Duarte, Janaína Lopes do Nascimento	Dissertação de Mestrado	2007	UFRN
O Trabalho do Assistente Social no "terceiro setor": a superação das dificuldades e a construção de caminhos	Silva, Lídia Lopes da	Dissertação de Mestrado	2008	PUC/SP
O Trabalho dos Assistentes Sociais nas organizações não governamentais em Juiz de Fora	Santos, Patrícia Jobim	Dissertação de Mestrado	2012	UFJF
Condições de Trabalho e Terceiro Setor: implicações contemporâneas para o Serviço Social	Silva, Kleylenda Linhares da	Dissertação de Mestrado	2013	UFRN
O Assistente Social na Supervisão Técnica de Convênios entre o Poder Público e as Organizações Privadas de Assistência Social	Cardoso, Maria Helena Célia	Dissertação de Mestrado	2014	PUC/SP
A Importância da gestão de pessoas no Terceiro Setor: estudo sobre as instituições na cidade de Passos – MG	Souza, Claudia Fernandes Silva	Dissertação de Mestrado	2016	UNESP
A interface do Serviço Social com o investimento social privado	Milani, Gisele Dayane	Dissertação de Mestrado	2016	PUC/SP
Serviço social e contrarreforma da saúde: racionalidade e instrumentalidade no exercício profissional	Beserra, Ingrid Karla da Nóbrega	Dissertação de Mestrado	2016	UFPE
O Trabalho dos Assistentes Sociais nas organizações não governamentais (ONGs): uma análise a partir da conjuntura de crise do capitalismo contemporâneo	Medeiros, Najara Sousa	Dissertação de Mestrado	2017	UFPB
O Trabalho do Assistente Social em entidades e organizações “vinculadas” à Política de Assistência Social na região do Campo Limpo – São Paulo - SP	Silva, Francisca Tatiana Sousa da	Dissertação de Mestrado	2019	PUC/SP
Serviço Social e Dimensão Educativa: um olhar a partir das OSCS na política de assistência social	Vieira, Camila Barbosa	Dissertação de Mestrado	2019	UNESP

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

#### 1.4 FORMA E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO

Com a finalidade de estruturar esta dissertação de mestrado da forma mais dialética possível, sem deixar de seguir uma estruturação lógica e didática que possibilite sua leitura e compreensão, seu texto busca articular os dados coletados ao longo dos seus capítulos. Levando em consideração, a complementariedade das técnicas e do conjunto de dados para a formulação desse documento, especialmente, o compromisso em dar visibilidade às informações coletadas na pesquisa. Desse modo, foi organizado de maneira que contemplasse respostas ao problema de pesquisa e as questões norteadoras do estudo.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. A presente introdução foi pensada para a apresentação do tema e da metodologia de pesquisa, onde foram elucidados os procedimentos metodológicos e o modo como foram operacionalizados no desenrolar de suas etapas.

O capítulo 2, intitulado: “*ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: Caracterização Geral e Especificidades no Processo de Trabalho Institucional*”, está subdividido em três itens que abordam a concepção marxiana da categoria processo de trabalho e os aspectos constitutivos das particularidades históricas e sociais da consolidação das OSCs no Brasil, com impulso para reflexões sobre o seu processo de trabalho institucional na execução de políticas públicas e como um espaço sócio-ocupacional dos(as) assistentes sociais.

O capítulo 3, denominado: “*O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: mediações na realidade de trabalho*”, se propõe a apresentar análises que se detém, sobretudo, para o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos nos processos de trabalho de OSCs, no intuito de trazer elementos que possam ampliar a produção de conhecimentos e as reflexões acerca desse objeto de estudo.

Por fim, tem-se as considerações finais do estudo, onde foram tecidas algumas considerações e respostas as questões orientadoras e o problema proposto. Sem a pretensão de esgotar a produção de conhecimento nesse trabalho, tampouco estabelecer um ponto de vista único, parte-se do pressuposto de que a realidade estudada está em constante movimento. E, respectivamente seguida pelas referências consultadas para a realização da dissertação e os documentos apêndices.

## **2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO GERAL E ESPECIFICIDADES NO PROCESSO DE TRABALHO INSTITUCIONAL**

O presente capítulo aborda aspectos sobre a conformação das OSCs no Brasil e o seu processo de trabalho institucional. Para tanto, compreende-se, a relevância de conceituar o entendimento de processo de trabalho que norteará este estudo, assim o primeiro item desse capítulo refere-se à concepção marxiana para tal conceito. Seguido do segundo item, que versa sobre a processualidade histórica de elementos que integram o amadurecimento das OSCs no Brasil, percorrendo um breve caminho histórico de construções, significações e ressignificações desse campo, até o desenvolvimento de formas mais complexas da sua atuação institucional na correlação com o Estado no atendimento de demandas públicas. De modo que, ao longo do tempo, os respectivos governos, configurações do Estado, lutas sociais e movimentos organizados da sociedade civil, redimensionaram as organizações que compõem a esfera pública não estatal. O terceiro item desse capítulo, trata especificadamente sobre elementos que compõem o processo de trabalho institucional de OSCs na execução de políticas públicas, em especial, na política de Assistência Social, constituindo-se um espaço sócio-ocupacional dos(as) assistentes sociais.

### **2.1 A CONCEPÇÃO MARXIANA DE PROCESSO DE TRABALHO**

O trabalho na concepção marxiana é toda a produção humana. Em qualquer forma de sociedade o ser humano necessita trabalhar, em razão de ser por meio do trabalho que este domina e transforma a natureza, do mesmo modo em que também se autodesenvolve. Como afirma Marx (2011), o trabalho é o metabolismo da vida, o ser humano ao transformar a natureza criando instrumentos que facilitam o seu processo de desenvolvimento, transforma a própria vida.

Por isso, Marx (2011) refere que o trabalho define o que é premissa humana, pois através do trabalho que o ser humano transforma não apenas os recursos do meio físico, mas as suas potencialidades que fazem parte de sua natureza humana, aprimorando a sua sociabilização e a sua humanização, as quais são de extrema utilidade social, já que permitem a vida em sociedade. Além disso, as relações de trabalho indicam as condições sociais nas quais o trabalho é realizado, “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho” (MARX, 2011, p. 275).

Nesta perspectiva, para Marx (2011) o processo de trabalho ultrapassa os limites de qualquer modo de produção e é composto por três elementos: 1) o trabalho, 2) o objeto de trabalho e 3) os meios de trabalho. Assim, o trabalho propriamente dito é à força de trabalho em ação numa atividade direcionada pelo ser humano sobre algum objeto – matéria-prima<sup>17</sup> – a qual sofrerá o efeito desta ação humana. Os meios de trabalho, que também podem ser denominados como instrumentos de trabalho, estão entre o trabalho e o objeto e tem por função auxiliar na transformação deste último, no alcance do objetivo final da materialização do produto do trabalho se dá por finalizado o processo de trabalho. Como elucidada, “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e em terceiro, seus meios” (MARX, 2011, p. 328).

Nessa direção, o trabalho que o ser humano produz é de cunho teleológico, a sua ação é feita com consciência e possui uma finalidade, através da qual objetiva a sua intencionalidade e cria objetos com valores de uso para satisfazer as suas necessidades e dos demais. Isto quer dizer, que a essência teleológica do trabalho humano<sup>18</sup>, pressupõe traçar um caminho de antemão para chegar até um determinado resultado. Logo,

O processo de trabalho é atividade orientada a um fim – a produção de valores de usos –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular da vida humana, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2011, p. 261).

Sob o modo de produção capitalista, o trabalho humano é reduzido à produção de mercadorias e à valorização do capital, isto é, utilizado para obtenção de mais-valia. De forma que, as relações de trabalho passam a serem qualificadas com características individuais e pré-determinadas, onde os trabalhadores executam funções pela lógica do capital.

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente) (MARX, 2011, p. 228).

<sup>17</sup> “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2011, p. 328).

<sup>18</sup> Este cunho teleológico é o que caracteriza o trabalho humano e o diferencia da forma como os animais produzem. Este último, modifica a natureza para atender suas necessidades biológicas, num processo unilateral e inconsciente (MARX, 2011).

Nesse tocante, para produzir mercadorias portadoras de valor de troca<sup>19</sup> com o objetivo central de gerar lucros, o capitalista precisa planejar a produção de modo a dividir o tempo de trabalho em: 1) tempo socialmente necessário e 2) tempo excedente.

O primeiro é relacionado a determinado tempo necessário para produção das mercadorias, que também correspondem ao preço da força de trabalho e ao custeio dos gastos materiais da produção. O segundo corresponde à produção das mercadorias que depois de comercializadas possibilitam ao capitalista a apropriação da mais-valia, sendo o lucro a mais produzido por meio da exploração da força de trabalho (MARX, 2011).

A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo e conseqüentemente, ao trabalho. É resultante do fato de a força de trabalho ser uma mercadoria comprada por um preço menor do que o seu real valor. O aumento da extração de mais-valia pode ocorrer por duas formas: 1) a intensificação da extração da mais-valia absoluta, que se efetiva com o prolongamento da jornada de trabalho além do necessário para o trabalhador garantir a sua subsistência, com a apropriação pelo capital do trabalho excedente. 2) a intensificação da mais valia relativa, que se realiza com o prolongamento de tempo de trabalho excedente e a condensação do trabalho necessário, por meio do uso da tecnologia que possibilita produzir em menos tempo o equivalente ao salário (MARX 2011; BOTTOMORE, 2001). Desse modo, a força de trabalho se configura como uma mercadoria em particular para o capitalismo, posto que possui uma “qualidade única [...]: ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 100).

Concomitante ao seu processo de produção, o modelo capitalista necessita de mecanismos para reprodução ampliada do capital no intuito de expandir a produção de mais-valor. Desponta assim, sua outra característica constituinte, a acumulação, em razão de o capital ser “[...] valor que se expande a si mesmo, seu valor deve, pelo menos, ser preservado. Por força da concorrência, a mera preservação do capital é impossível sem que ele ao mesmo tempo se expanda” (BOTTOMORE, 2001, p. 13). Logo, com o avanço da acumulação, se acirra a pressão aos capitalistas, tomados individualmente, através da concorrência e da competição. Os quais operam alavancando o aumento da produtividade do trabalho social (capital constante) e a diminuição do trabalho socialmente necessário (capital variável) para a produção, este como já mencionado, refere-se à força de trabalho propriamente dita. Nessa lógica, ocorre o incremento

---

<sup>19</sup> O Valor de troca representa a quantidade necessária de trabalho para produzir uma mercadoria – que possui valor de uso – e assim definir o seu valor (produção + lucro) a partir do quantum deste trabalho (HARVEY, 2016).

da força produtiva via investimento no desenvolvimento tecnológico, com a finalidade de produzir mais em menos tempo e conseqüentemente, com menos trabalhadores<sup>20</sup>. Sendo este o objetivo central do processo capitalista, a busca incessante pela valorização do capital (MARX, 2011).

Esse *ethos* da reprodução da acumulação do capital, denominado por Marx (2011) como “lei geral da acumulação capitalista<sup>21</sup>”, não incide somente no processo produtivo, também gera implicações nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Isto é, “[...] a produção capitalista não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia: é produção e reprodução das relações sociais” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 136).

Nessa lógica, as relações de trabalho se tornam uma força hostil que aprisiona os mais genuínos desejos humanos. Como reitera Polanyi (2000, p. 198), ao afirmar que a separação “[...] do trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo as leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-la por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista”. A classe trabalhadora passa a executar funções que visam estritamente o lucro da classe capitalista, ignora-se assim, as aptidões e preferências profissionais de cada sujeito, promovendo o seu distanciamento e a alienação com relação ao que produzem, caracterizando o trabalho, unicamente, como uma questão de sobrevivência.

No próximo item, trabalhamos a constituição das OSCs no transcurso histórico brasileiro.

## 2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: contextualização histórica e conformação

O período embrionário das OSCs no Brasil possui difícil delimitação, mas de modo histórico, estão associadas a correlação entre Igreja e Estado para o atendimento as demandas sociais, a priori, estabelecido sob uma ótica de assistencialismo e caridade. No século XX

---

<sup>20</sup> “Ou seja, quem permanece trabalhando é mais explorado na intensidade de horas trabalhadas e torna “dispensáveis” outros tantos trabalhadores. Em outra lógica – que não fosse a do processo de valorização – o progresso tecnológico poderia beneficiar a todos que permaneceriam trabalhando, porém num tempo que tenderia a encurtar, dado o aumento da produtividade por ele proporcionado” (SANTOS, 2012, p. 27).

<sup>21</sup> “A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada” (MARX, 2011, p. 724).

podem ser datadas, a partir da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, onde surgem formas mais normatizadas da relação entre o Estado brasileiro e as organizações privadas nas ações de atenção as necessidades da população, como as organizações que atendiam demandas públicas como a saúde, trabalho realizado pelas tradicionais Santas Casas de Misericórdia. Cita-se também o trabalho das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). As quais, inicialmente, constituíam parcerias entre Igreja, Estado e a Sociedade Civil e hoje integram o rol de entidades que fazem parte das OSCs (COSTA, 2005; GOHN, 2013).

A datar da década de 1960, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, período da Ditadura Militar Brasileira, é possível precisar movimentos sociais pela emergência da organização política da Sociedade Civil, no sentido de exercer um papel de oposição e enfrentamento ao que estava posto pelo regime ditatorial no país (GOHN, 2013). O contexto era de forte repressão social, principalmente, a partir da vigência do perverso Ato Institucional nº 5<sup>22</sup>, o qual legitimava a suspensão de direitos civis, perseguição, prisão, tortura e assassinato a aqueles que se opunham contra o regime militar e suas ideologias (GOHN, 2019). Ademais, as condições de sobrevivência para a maioria da população eram mínimas, as desigualdades sociais se acentuavam, fruto de uma estratégica econômica de governo orientada pela concentração de renda, onde “a política governamental elevou acentuadamente a participação dos membros mais ricos da população na renda global diminuindo a dos 80% mais pobres” (ALVES, 2005, p. 145).

Tais elementos, impulsionaram as lutas populares por direitos sociais básicos em uma conjuntura política totalmente desfavorável, por meio de movimentos de resistência a repressão e ao autoritarismo da época. Emergiram movimentos populares e sindicais por meio de um associativismo de militância político-ideológica, com postura reivindicatória pela democratização dos órgãos e aparelhos estatais (GOHN, 2013). Proporcionado assim, o afloramento das OSCs, motivadas pela insatisfação e pelo desejo de um país livre e democrático.

---

<sup>22</sup> O Ato Institucional de nº 5 foi instituído em 13 de dezembro de 1968 durante o governo militar de Arthur Costa e Silva, foi o quinto de dezessete decretos publicados durante a Ditadura Militar e demarca um dos períodos mais nefastos do autoritarismo militar. “Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstauração do ‘Estatuto dos Cassados’; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas-corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5”(ALVES, 2005, p. 161).

Nessa fase, surge no país o termo ONG<sup>23</sup> (Organização Não-governamentais) para denominar as OSCs com viés político de enfrentamento a Ditadura Militar, as quais tinham uma postura autônoma e de isolamento ao Estado. Conotam na sua própria nomenclatura “não-governamentais”, uma delimitação com o intuito de que não se vincularem com a política governamental antidemocrática e corrupta da época conduzida pelos militares (GOHN, 2013; ALVES, 2005); existia “pouca relação e interlocução com órgãos públicos institucionalizados, e uso recorrente de práticas de desobediência civil, ou práticas não circunscritas à legalidade instituída” (GOHN, 2013, p. 245). Assim, nesse período (1970/1980), as organizações possuíam uma práxis caracterizada como cidadã, movimentalista e militante, conforme elucidada Gohn:

Nesta fase as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudava a própria organização se estruturar, muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. Não se tratava de um tipo qualquer de ONG mas das ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes (GOHN, 2013, p. 243).

De modo que, esse perfil de militância das organizações, contribuiu significativamente para interlocução dos segmentos populares da Sociedade Civil com o Estado, fazendo com que suas demandas ganhassem visibilidade no cenário público. Com uma visão de luta por direitos básicos, focada no âmbito da justiça social e na recuperação dos direitos sequestrados pela Ditadura Militar, atuando pela via do fortalecimento da Sociedade Civil e da construção/reconstrução da cidadania para recuperar a democracia brasileira. De forma que, foram decisivas para a queda da Ditadura Militar no país e para o trânsito democrático,

Elas contribuíram para a reconstrução do conceito de “sociedade civil” e para a inovação das lutas sociais inscrevendo como sujeitos de direitos categorias até então esquecidas, criando um novo campo ético-político e cultural por meio das ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania (GOHN, 2013, p. 245).

Mais precisamente na segunda metade da década em 1980, com a superação do período autocrático militar, um espaço político interventor diferenciado para as OSCs se configurou. Posto que, no contexto de transição democrática, as organizações entram com a experiência

---

<sup>23</sup> Este termo surgiu internacionalmente no cenário pós Segunda Guerra mundial, criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) após reconhecer a existências de organizações que exerciam um importante papel de atendimento as demandas sociais de forma democrática e inclusiva, seguindo uma diretriz de organização de vários segmentos da Sociedade Civil, sem estarem vinculadas ao Estado. O termo é reproduzido até os dias atuais, no contexto brasileiro representa uma conotação política das OSCs na época da Ditadura Militar (GOHN, 2013).

acumulada do período anterior que revigorou a força democrática popular da Sociedade Civil e proporcionou aos seus integrantes uma compreensão acerca da conjuntura política, social e econômica do país. Com isso, são protagonistas no processo de mobilização popular para a elaboração da nova Constituição Federal, por meio de emendas populares, a qual “apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais, apontando, claramente, para a construção de um Estado de Bem-Estar social provedor da universalização desses direitos” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

A partir disso, uma inédita forma de participação popular e social foi constituída, “uma nova concepção de participação iniciou sua construção, unindo a democracia direta à democracia representativa” (GOHN, 2013, p. 246). Com isso, amplificaram o rol de direitos e práticas coletivas e plurais, representando uma recém adquirida cultura de cidadania, com instrumentos que traduziam a participação popular nas demandas coletivas, um contraponto para um país marcado por um modelo político tradicional excludente e com traço marcante patrimonialista.

Assim, no contexto da democratização brasileira as OSCs e seus atores sociais, passam a ter grande importância política e legitimidade. Conquistam o poder efetivo para pressionar no sentido de uma esfera pública politicamente atuante, combatendo o clientelismo e o elitismo no campo político. Segundo Gohn (2013), esse momento também gera um impasse nas organizações, entre participar ou não das novas políticas sociais estimuladas pelo Estado, posto que até então possuíam uma tradição de serem “autônomas ao Estado”. Ao passo que, foram repensando sua autonomia no sentido de pensar interesses coletivos, como traduz Gohn (2013, p.239), a autonomia das OSCs é, principalmente: “priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. [...] ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas”. Uma vez que, tais organizações lutavam tanto pela democracia social como pela ampliação da democracia política (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016). Passam então, a participar ativamente da gestão e da operacionalização dos direitos conquistados, sobretudo, na área social:

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Reforma Sanitária que levou a criação do SUS- Sistema Único de Saúde, a luta pela Reforma Urbana, as Câmaras Setoriais da Construção Civil, as Câmaras dos Usuários do Sistema de Transportes Coletivos, as Câmaras setoriais tripartites na indústria automobilística, as experiências de Orçamento Participativo em diferentes cidades brasileiras, os diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, dos direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos, das escolas, e outras formas de colegiados e estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, são exemplos vivos da conquista e da força daquela participação organizada. **Trata-se de espaços de negociação e de equacionamento de conflitos de interesses, numa gestão democrática, geradora de uma cultura participativa nova na sociedade brasileira** (GOHN, 2013, p. 246, grifo nosso).

É nesse transcurso histórico, que as OSCs são introduzidas para uma atuação nas políticas públicas e para a efetivação de novos canais de participação institucionalizados previstos na nova Constituição Federal de 1988. Que trouxe a inovação da participação popular na deliberação pública na esfera política brasileira, demarca isso desde seus princípios fundamentais, ao declarar que: “todo poder emana do povo”. Criou ainda, três figuras jurídicas importantes no campo da participação e do associativismo civil: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular<sup>24</sup> (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016). Também incluiu mecanismos de democracia direta e participativa como “os conselhos de gestão (*Conselhos Gestores*) - para políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal, com filiação igualmente dividida entre representantes da Sociedade Civil e do Estado” (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014, p.41).

Nesse prisma, a representatividade dos cidadãos se impunha na estruturação e ocupação dos novos espaços na esfera pública estatal. Nos anos 1990 o associativismo passou a ser “mais propositivo, operativo e menos reivindicativo - produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico” (GOHN, 2013, p. 241). Sendo fundamentado pela Participação Cidadã da Constituição de 1988, que teceu contornos para uma participação popular institucionalizada e normatizada,

O conceito de Participação Cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo a definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. **A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas** (GOHN, 2013, p. 240, grifo nosso).

---

<sup>24</sup> **Plebiscito e Referendo** são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A **Iniciativa Popular** consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988).

A partir disso, as políticas públicas ganham um papel central de mediação entre a participação da Sociedade Civil e o Estado no campo democrático, uma vez que as estruturas de representações montadas no campo estatal serão compostas pelos representantes eleitos diretamente pela sociedade.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto mais ao direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (GOHN, 2013, p. 241).

Nesse escopo, a Sociedade Civil organizada é reconhecida como parceira na Participação Cidadã na correlação com o arcabouço jurídico institucional estatal participativo e não hierarquizado. Sua participação passa a ser definida como “uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2013, p. 241), onde todas as demandas, a priori, são consideradas como legítimas.

Contudo, conforme afirmam Souza Filho e Gurgel (2016), apesar do avanço que a Constituição Federal de 1988 trouxe para as lutas da área social, no que se refere a ordem econômica e alguns aspectos da ordem política, “dimensões fundamentais para viabilizar a efetivação de um Estado de Bem-Estar no Brasil, a CF/88 foi extremamente conservadora” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 167). Ao passo da virada para a década de 1990, encontrava-se no liame de uma proposição democrática com outra de (contra) reformas neoliberais.

Nesse cenário, o contexto das OSCs se diversifica ainda mais e se amplia, principalmente, em razão de tal conjuntura múltipla e ambivalente no país, que provoca outra face de atuação das organizações, denominada por GOHN (2013) como produtiva, ao atuarem conforme ações estratégicas no uso de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas para gerar alternativas que atendam às demandas sociais e a manutenção das OSCs. Aprimorando seus saberes técnicos e críticos no desenvolvimento de articulações com diversos setores da sociedade mediada pela execução das políticas públicas no campo institucional. Passam a exercer uma mobilização com viés mais pontual, “a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários” (GOHN, 2013, p. 239).

Além de contar com o patrocínio de empresas e bancos – programas de responsabilidade social – para a execução de projetos sociais.

[...] as organizações passaram a operar segundo projetos específicos para os quais recebiam verba e apoio financeiro de agências de cooperação internacional ou de outras OSCs, não recebendo apoio direto para a instituição local como um todo. Por isso, mantiveram-se dependentes da conjuntura econômica dos recursos disponíveis, o que acirrou os mecanismos de competição e a necessidade de competitividade dos trabalhos. Isso fez com que as organizações locais se tornassem bastante pragmáticas, preocupadas com a qualificação de seus produtos, ou seja, a prestação de um serviço para um público-alvo (BORDIN, 2017, p.77).

Assim, as organizações tiveram que se colocar neste cenário de modo adaptativo, principalmente, pela postura privatista das políticas sociais e contrária a universalização de direitos a população via responsabilidade estatal, da política governamental brasileira na década de 1990.

Sendo essa década o período de inflexão das OSCs no Brasil. Conforme o já exposto, havia recentemente vivenciado a redemocratização do seu Estado, potencializado pelas lutas sociais onde tem-se a incorporação de princípios constitucionais universalistas de ampliação da cidadania e das políticas sociais com a centralidade da responsabilidade estatal para suas proposições e implementação, além da descentralização e participação da Sociedade Civil no controle social das políticas públicas. Por outro lado, o novo paradigma neoliberal do Estado pautado pela abstenção no âmbito das políticas de proteção social, coloca limites na materialização desses princípios (COUTO, 2006). Conforme reitera Yazbek (2018, p. 99),

A constituição de 1988 é promulgada em uma conjuntura dramática, dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, que vê crescer sua situação de endividamento. O que se constata é que no país a insegurança e a precariedade do trabalho conviveram com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada pela retração dos investimentos públicos no campo social e pela crescente subordinação das políticas sociais as políticas de ajuste da economia, e sua perspectiva privatizadora e refilantropizadora.

No transcurso da década de 1990 o país submergiu em um cenário estrutural de adesão ao neoliberalismo. Desde então, tomou os diferentes espaços, no campo político suscitou a fragilização do Estado nacional em função da submissão do governo às grandes economias mundiais. No econômico, gerou uma série de privatizações do patrimônio público e mercantilização dos direitos sociais como educação, saúde e previdência. Já na área social reduziu o investimento público, causou desemprego em detrimento da flexibilização das relações de trabalho coadunadas com avanço da pobreza e desigualdade social, bem como na

reprodução de valores individualistas e na redução de mobilização da Sociedade Civil organizada (BEHRING, 2003).

Destaca-se, nessa conjuntura de ofensiva neoliberal, processos de desmantelamento dos direitos sociais e o enfraquecimento das políticas públicas de proteção social. Com isso, ocorre a intensificação das desigualdades sociais e, por consequência, a radicalização das expressões da questão social<sup>25</sup>, uma vez que o Estado se afasta cada vez mais de intervenções que deem conta de atender as contradições oriundas do modo de produção capitalista. Ocorre a focalização de suas ações, serviços e programas, os quais são demandados pela perspectiva residual e focalista que intervém apenas no que não pode ser enfrentado pela via do mercado ou das relações de solidariedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A tendência geral tem sido a de redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformado as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.156).

É nessa conjuntura, que emerge no Brasil o projeto do Terceiro Setor no modelo neoliberal, com um forte atrelamento a mercantilização da proteção social como um *lócus* que privilegia ações solidárias em detrimento do atendimento as demandas como um direito (MONTAÑO, 2002). Investe “na despolitização e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 8). Esse modelo contribui para o movimento de abertura para o Terceiro Setor como parceiro do Estado, como um elemento das engrenagens da gestão de políticas públicas que abarca distintos setores com o aval estatal.

Nesse tocante, Maia (2005) afirma que o Terceiro Setor introduz no Brasil uma nova roupagem para a gestão dos atendimentos as expressões da questão social, sob a ótica do capital. No sentido de que,

---

<sup>25</sup> Sendo o objeto de trabalho dos assistentes sociais a questão social, possui sua gênese na contradição entre capital e trabalho. Iamamoto (2012, p. 27) a conceitua como: “A questão social é aprendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

[...] o terceiro setor acaba constituindo-se em uma importante mediação funcional (Montaño, 2002) e instrumental do capital, em torno da qual se explicita a tensão público-privada, cuja hegemonia se coloca nos processos de privatização. As práticas sociais, em crescente quantificação no território brasileiro, são viabilizadas em nome da solidariedade, valor importante a ser vivido pela sociedade; entretanto ele é introduzido com uma perspectiva de despolitização das práticas sociais desenvolvidas, tratadas descoladamente do contexto societário mais amplo, no qual a realidade é gerada (MAIA, 2005, p. 4).

Nesses termos, constitui-se uma “gestão contra o social” (MAIA, 2005), onde os processos de gestão na área social são implementados a partir dos valores e propósitos do capital. Para mais, é importante para o capital descaracterizar a solidariedade do seu sentido crítico e deslocado da totalidade dos processos sociais, sobretudo, no modelo de gestão neoliberal de políticas públicas que, por razões econômicas, utiliza a solidariedade por meio de características altruístas, necessárias para a desdemocratização do Estado Social e para ampliar as liberdades do mercado (BROWN, 2019).

De tal modo, nesse cenário expande-se na realidade brasileira o chamado Terceiro Setor, que passa a ser apresentado como o representante da Sociedade Civil organizada (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) e a “incorporar um comportamento de “parceria” de articulação com o Estado. (MONTAÑO, 2002, p. 145).

O termo Terceiro Setor possui origem norte-americana, sendo a tradução literal de “Third Sector”, acoplado a partir da sua constituição, um conjunto amplo e diversificado de organizações de cunho privado sem fins lucrativos que possuem finalidade pública ao atenderem demandas na área social. Assim, o Terceiro Setor ficou reconhecido como um termo guarda-chuva por possuir uma essência abrangente, que como afirma Armani (2013), favoreceu a adesão de um extensivo espectro de organizações que são sem fins lucrativos. Além disso, este conceito foi emitido como substituto do “[...] clássico binômio Estado/sociedade civil, por um tripé: Estado/mercado/sociedade civil, esta última, agora, entendida como uma "terceira esfera", numa interseção entre o espaço público e o privado” (OLIVEIRA, HADDAD, 2001, p. 63).

Emerge assim, outra discussão relativa à semântica do termo Terceiro Setor e conseqüentemente, o seu conceito, a sua correlação com a caracterização da sociedade em três amplos setores, que são: 1) o primeiro setor corresponde ao Estado, abarcando o âmbito da esfera pública através do poder público, 2) o segundo setor seria as organizações do mercado privado e, 3) o terceiro setor se constitui pela sociedade civil na esfera pública não estatal (TEODÓSIO, 2001). Nessa lógica, o Terceiro Setor seria o ponto de mediação entre o primeiro setor (Estado) e o segundo setor (mercado), na medida em que se constitui de forma privada

com finalidade pública. Entretanto, é necessário ter certo cuidado, uma vez que tal caracterização pode incorrer em um caráter ideológico que analisa a realidade social de maneira setorizada, incorrendo na sua fragmentação. Tais setores devem ser analisados de modo dialético e inseridos na totalidade das relações sociais, onde os aspectos políticos, econômicos e sociais estão interligados (COSTA, 2005).

O termo entrou em voga no contexto brasileiro na década de 1990 com apoio governamental, a partir do Programa Comunidade Solidária no governo de Fernando Henrique Cardoso, onde é convocado pelo Estado – num processo de contrarreforma – para o enfrentamento as expressões da questão social. Nesse processo de (contra) reforma implementado no então segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do denominado Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado conduzido pelo ministro Luís Carlos Bresser Pereira, teve como pilar de sustentação o alinhamento das funções desempenhadas pelo Estado brasileiro com as diretrizes do neoliberalismo. Implementando um novo modelo de gerenciamento do Estado a partir de características como eficiência, descentralização do Estado e foco no cidadão individual (FALCONER, 1999). De modo que, a sua emergência no contexto supracitado, se deve ao fato de se acreditar que tal setor possuía um cunho aclassista e apolítico envoltos sob um discurso de filantropia (FALCONER, 1999).

No final dos anos 1990 as OSCs ganham destaque com novas regulamentações para o atendimento as demandas públicas sociais em parceria com o poder público, entretanto, tal relação é circunscrita pelo modelo de gestão neoliberal no chamamento ao projeto do Terceiro Setor no país. Nessa direção, independente da condução e dos princípios das OSCs, o Estado busca a partir de transferência de valores a exoneração da atuação no âmbito social para a Sociedade Civil e o Setor Privado, considerados pela política governamental da época essenciais para desbastecer o Estado e melhorar sua eficiência; “essa é a parte da privatização com aparência social, [...] submetendo as antigas e combativas organizações em instituições domesticadas” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 183) e cada vez mais na busca financeira para desenvolver seu trabalho.

O número de organizações aumentou significativamente nesse período, na perspectiva de participação neoliberal “como parceiros confiáveis, não conflitantes e eficientes de que o Estado precisava” (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014, p. 43). As quais possuem como conformação a ausência de perfil ideológico definido, “muitas delas surgiram pela iniciativa de empresários e grupos econômicos e seu discurso é muito próximo das agências financeiras internacionais; outras surgiram por iniciativas de personalidades do mundo artístico e esportivo” (GOHN, 2013, p. 247).

De modo que, quando se fala em Terceiro Setor:

[...] pode-se estar referindo a uma pequena organização comunitária carente de recursos financeiros. Ou pode-se estar falando de uma organização de alcance mundial, com grande penetração na mídia e com forte poder de influência nas decisões governamentais, como por exemplo, o *Greenpeace*. Ou ainda, pode-se estar falando de uma fundação criada por uma grande empresa (MACIEL; BORDIN; COSTA, 2014, p. 25-26).

Foram estimuladas por leis, como a Lei do Voluntariado no ano de 1998 e por novas regulações jurídicas que colocam, de certa forma, a necessidade das organizações em se qualificarem juridicamente para concorrer a editais que permitem que desenvolvam serviços públicos a partir de remunerações diretas pelo Estado.

Sob o aspecto jurídico, as organizações são instituídas sob o regime de pessoas jurídicas de direito privado, conforme o Código Civil/2002 vigente, as classificadas em: Associações e Fundações. No quadro a seguir, apresenta-se suas definições:

Quadro 6 - Organizações da Sociedade Civil e sua Caracterização Jurídica

Tipos de Organização	Características
<i>Associações</i>	Constituem-se pela união de pessoas em torno de objetivos comuns por seus associados ou demandados pelo interesse social da coletividade e sem finalidade lucrativa para seus membros. Legitimamente reconhecida ao ser documentada por escrito, na forma pública de um estatuto social.
<i>Fundações</i>	São criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, que a destinara bens com dotação específica de uso e administração. Sua inscrição deverá ser registrada e aprovada pelo Ministério Público, órgão que será diretamente o seu regulador. Possuem destinação social, coletiva e pública sem visar lucros. Uma vez definida sua finalidade (educação, cultura, pesquisa e tecnologia, entre outros) esta não mais poderá ser alterada.

Fonte: Elaborado pela autora com base em MACIEL; BORDIN e COSTA (2014).

As legislações intrínsecas as OSCs, contemplam um conjunto de leis datadas desde o século anterior, que respaldam e regulamentam suas intervenções na sociedade brasileira. São especificadas três tipologias de certificação/qualificação que as organizações juridicamente constituídas (vide quadro anterior) podem pleitear como prestadoras de serviços sociais, que são: Organizações Sociais (Lei 9.637/98), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (Lei 9.790/99) e Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei 9.790/99 – LOAS/93). Cabe destacar, que é possível que muitas organizações não possuam nenhuma

dessas<sup>26</sup>. Na sequência, apresenta-se um quadro elucidando as principais características das tipologias dessas organizações:

Quadro 7 - Organizações da Sociedade Civil e suas Certificações/Qualificações

Tipos de Organização	Características
<i>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP</i>	Formalizam-se como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas por livre iniciativa de particulares com a finalidade de desempenhar ações de caráter público e serviços sociais que não são exclusivos do Estado. Podendo firmar termo de parceria com o Poder Público para realização de suas atividades através de vínculo jurídico dado pela certificação como OSCIP. O Ministério da Justiça é o órgão que avalia, reconhece e expede o certificado de OSCIP. O órgão público poderá escolher a OSCIP mediante concurso público, adquirir imóvel com o termo de parceria com cláusula de inalienabilidade, bem como os estatutos poderão prever a possível remuneração para dirigentes executivos e para aqueles que prestam serviços específicos para tais organizações.
<i>Organizações Sociais</i>	Qualificação específica para as organizações que realizam atividades relacionadas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde. Atividades que a priori seriam organizadas pelo Poder Público, logo, configuram-se como um contrato de parceria com o Estado para prestação e gestão de serviços sociais nas respectivas áreas. Serão qualificadas como Organizações Sociais se forem aprovadas conforme os critérios de conveniência e oportunidade dados pelo Poder Público. São financiadas com recursos públicos e desobrigadas de cumprirem a Lei de Licitação.
<i>Entidade Beneficente de Assistência Social</i>	Titulação concedida a entidades e organizações de fins filantrópicos que desenvolvem atividades úteis ao público e de relevância social nas áreas das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. Para certificar-se como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), é necessária inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social e cumprir os requisitos definidos na Lei n 12.101/2009, no Decreto n° 8.242/2014 e na Portaria GM/MS n° 834/2016. A certificação será expedida pelo ministério responsável pela área de atuação das organizações, isto é, Ministério da Saúde, Ministério da Educação ou Ministério da Cidadania. As instituições certificadas como tal, são isentas de contribuição para a seguridade social.

Fonte: Elaborado pela autora com base em MACIEL; BORDIN e COSTA (2014).

Se sob a tônica do neoliberalismo desenvolveu-se a despolitização das OSCs, que foram encerradas a exercer serviços dentro da funcionalidade do capital, com um fim em si mesmas. Na primeira década do século XXI com a ascensão em diferentes esferas do governo

<sup>26</sup> Além disso, as Organizações Religiosas podem ser consideradas OSCs quando desenvolverem atividades e/ou projetos de interesse e cunho social, distintas das destinadas com fins exclusivamente religiosos (Lei 13.019/2014).

(federal, estadual e municipal) de grupos que até então eram oposição na arena política, houve a retomada da ênfase dos debates sobre a participação popular dos agentes da sociedade civil (OSCs, movimentos sociais, coletivos, associações e outros) para a temática da participação social em esferas institucionais públicas - presente no cenário político brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Desenrolou-se assim, o desenvolvimento e aprimoramento de políticas de participação institucional (GOHN, 2019).

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na instância democrática representativa mais alta do país, trouxe uma reconfiguração do papel do Estado a partir da criação e reformulação de novos espaços participativos, que demonstrou uma nítida implicação com a Sociedade Civil no âmbito da formulação de políticas públicas. Como ressalta Faria (2010), o incentivo, a criação e a reformulação destes espaços demarca a disposição do governo petista em dialogar com as OSCs,

[...] ao assumir a Presidência da República, o governo Lula construiu as bases de um novo pacto com a sociedade civil organizada, por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos. Exemplos destas iniciativas encontram-se [...] no incentivo à formação de novos fóruns participativos, na elaboração e revisão de um método participativo e na criação do grupo de trabalho organizado entre representantes da sociedade civil e do governo, de forma paritária, para discutir e aperfeiçoar este mesmo método (FARIA, 2010, p. 202).

As OSCs foram chamadas para a discussão sobre as diretrizes governamentais<sup>27</sup>, houve a ascensão e consolidação da participação popular, sobretudo, a nível federal. Os canais de participação institucional que ganharam mais relevância nesse período foram os conselhos de gestão<sup>28</sup> e as conferências para discutir e formular políticas públicas em várias áreas. Conforme demonstram os dados a seguir:

<sup>27</sup> Corroboram essa disposição, o método participativo construindo a partir de diálogo com os representantes da Sociedade Civil – Abong e ABM, para a elaboração do PPA 2008-2011 (Plano Plurianual), instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os próximos quatro anos (FARIA, 2010).

<sup>28</sup> A composição dos conselhos refletia grande diversidade entre os representantes da sociedade civil: 34% representavam movimentos sociais; 21 por cento, organizações empresariais; 15 por cento, sindicatos; os outros 30 por cento, organizações religiosas, universidades, associações profissionais e conselhos municipais e estaduais (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014, p. 46).

O número de novos conselhos e conferências constituídos durante este período é impressionante, assim como os volumes de recursos governamentais, pessoas e investimento institucional. Em nível nacional, identificamos 60 instituições que poderiam ser consideradas conselhos, e mais de um terço delas foram criadas durante a presidência de Lula. Durante os mandatos do Presidente Cardoso de 1995 a 2002, o número total de instituições criadas foi de 18. [...]. Os dados sobre as conferências nacionais são ainda mais extraordinários: um total de 74 conferências nacionais sobre 40 temas diferentes foram realizadas entre 2003 e 2010, mobilizando cerca de 5 milhões de pessoas e aprovando mais de 15.000 propostas e 2.000 moções - 28 (ou 70 por cento) de que não havia sido contemplado antes. As novas conferências incluem, entre outras, *Igualdade Racial* (Igualdade Racial), *Direitos da Pessoa Idosa* (Direitos dos Idosos), *das Cidades* (Cidades), *da Juventude* (Juventude), *da Cultura* (Cultura), *do Meio Ambiente* (Ambiente), *das Mulheres*, *da Comunicação* (Comunicação), *da Educação* (Educação) e GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014, p. 46).

Portanto, é notório que em termos quantitativos a participação popular da Sociedade Civil, em especial, no nível federal aumentou significativamente durante os mandatos do governo PT. Com isso, as OSCs obtiveram relevantes mudanças como: a ampliação de espaços para trabalho nas políticas públicas (formulação, implantação, execução e avaliação), acesso a recursos para executar serviços, programas e projetos sociais de forma complementar ao Estado para atender as demandas da população e a expansão de sua credibilidade como agente de transformação social através da ampliação da participação social em esferas institucionais na arena política (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014; FARIA, 2010).

Entretanto, esse desenvolvimento das ações governamentais petistas foi marcado por conquistas significativas e, também, por obstáculos críticos. Posto que, os governos petistas conceberam um modelo neodesenvolvimentista<sup>29</sup> no país, que marca a dicotomia entre continuidade e ruptura ao receituário neoliberal. Uma vez que, deram um novo rumo ao ampliaram e fortaleceram consideravelmente o acesso as políticas sociais, principalmente, no combate à pobreza, no desenvolvimento econômico e no fortalecimento do mercado interno. Produzindo assim, elevação real das condições de vida da população brasileira pela via do consumo com aumento do salário-mínimo e geração de empregos, expansão dos programas de transferência de renda e formas de ingresso ao ensino superior. Todavia, tais governos mantiveram os pilares de uma economia de mercado capitalista e não subsidiaram nenhuma mudança significativa no que tange as questões estruturais. Residindo aí o seu caráter contraditório e conservador, na medida em que “criou políticas de redução da pobreza sem

<sup>29</sup> De acordo com Keller (2019, p. 72): “o termo “desenvolvimentismo”, justifica que este é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico com alguma transferência de renda, com uma forte presença do Estado, ainda que não se consiga romper com os limites do neoliberalismo. A utilização do prefixo “neo” serve para destacar as significativas diferenciações entre o desenvolvimentismo do período 1930-1980”.

confrontar o poder do grande capital, servindo-o a partir da estratégia de conciliação entre classes” (KELLER, 2019, p. 137).

No início dos anos 2000, a chegada do PT ao governo federal foi vista como um momento histórico que poderia inaugurar uma era “pós-neoliberal” (DRUCK, 2006). Principalmente, em razão da gênese do partido de articulação com a Sociedade Civil, o qual foi formado a partir da organização de trabalhadores, construindo na década de 1980 um partido orgânico de base popular (DRUCK, 2006). Entretanto, os governos petistas exerceram uma linguagem cautelosa nesse sentido, executando uma continuidade à política econômica neoliberal (DRUCK, 2006).

Conforme afere, Druck (2006), ao final do primeiro mandato de Lula, já foi possível perceber que

[...] optou em dar continuidade à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal. E, conseqüente com a base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de um permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente, o Partido dos trabalhadores) (DRUCK, 2006, p. 330-1).

Assim, nesse período também são tecidas críticas a arquitetura participativa popular construída, dado que a institucionalização de novos espaços participativos, não se transformou em uma política de governo majoritariamente sustentada, “fragmentação, tensão e ambiguidades, rupturas e continuidades constituem as principais características das ações governamentais no que diz respeito à participação” (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014, p. 45).

Os governos petistas contribuíram e reproduziram em certa medida uma pacificação da população, a partir do atendimento de suas demandas mais imediatas, mas sem atuar nas bases estruturadoras das desigualdades sociais do país (KELLER, 2019). Conformou-se um ativismo institucional que desmobilizou e cooptou parte da força autônoma da Sociedade Civil organizada via sua institucionalização no âmbito estatal, já no primeiro governo petista. Como exemplo, o enfraquecimento do movimento sindical, passam a atuar mais por uma via

contraditória controlada por práticas de negociações<sup>30</sup> e concessões (GOHN, 2019; DRUCK, 2006). Contudo, também é necessário reconhecer o importante papel desempenhado pelos agentes sociais de OSCs e Movimentos Sociais inseridos no aparato público, para a formulação e implementação de políticas públicas democratizantes, o que inclusive ampliou espaço de atuação destas instituições (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

Importante mencionar no percurso histórico, que durante o governo de Dilma Rousseff foi aprovada a Lei nº 13.019 de 2014, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016 pela União, Estados e Distrito Federal e em 1º de janeiro de 2017 nos Municípios. Este, regulamenta e define diretrizes para a política de fomento e de colaboração entre a administração pública e as OSCs.

Institui um regime recíproco de atuação para a execução de finalidades de interesse público – ou seja, prestação de serviços no âmbito das políticas públicas – mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRSIL, 2014).

O novo Marco Regulatório traz maior segurança jurídica para as organizações da sociedade civil: agora as OSCs contam com uma única norma estruturante, aplicável às suas relações de parceria com os diversos órgãos e entidades da administração pública federal, distrital, estadual e municipal. A Lei 13.019/2014 também traz para as OSCs a necessidade de agir com mais planejamento e de comprovar tempo mínimo de existência e as experiências prévias na atividade que pretendem realizar. Também devem ser comprovados capacidade técnica e operacional e regularidade jurídica e fiscal (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 27).

Ademais, o MROSC define um reforço do governo de Dilma – que estava sendo impactado pelo acirramento de tensões provocadas pela crise financeira mundial e a queda do crescimento econômico do país – com o reconhecimento do protagonismo da Sociedade Civil organizada para compartilhamento autônomo do exercício do poder político e democrático no país. Como afirma: “com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante,

---

<sup>30</sup> “Em vários casos os acordos decorrentes das negociações não foram respeitados, com as negociações “reais” aparentemente ocorrendo em outro lugar. Dois exemplos principais de desconsideração da prática de negociações envolvem os casos da construção da hidrelétrica de Belo Monte e a transposição do rio São Francisco. Em ambos os casos, inúmeras audiências públicas, reuniões e debates foram realizados em que uma parte significativa das organizações da sociedade civil, incluindo movimentos indígenas, se opôs aos projetos planejados, devido aos potenciais impactos ambientais e sociais na região. No entanto, esses espaços de negociação revelaram-se nada mais do que espaços de “escuta”. Além disso, não apenas o governo não reconsiderou sua decisão de permitir que os projetos continuassem, mas os padrões acordados pelo governo para minimizar os impactos dos empreendimentos foram amplamente ignorados” (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014 p. 55-6).

que se expandiu e diversificou nas últimas décadas e que tem muito a contribuir com a democracia brasileira” (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 11).

A lei também criou o conceito jurídico de Organização da Sociedade Civil. Entendida como:

Art. 2. I - organização da sociedade civil: a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva (BRASIL, 2014).

Cabe pontuar, que o MROSC foi uma conquista coletiva, fruto de uma articulação criada desde o ano de 2010 com agentes sociais integrantes de diversas OSCs, movimentos sociais, entidades religiosas, institutos, fundações privadas e cooperativas de economia solidária, que elaboraram uma agenda comum para buscar o reconhecimento e respaldo jurídico seguro para suas atuações, com melhores condições de trabalho dadas seja pela regulação, seja por produção e apropriação de conhecimentos (PLATAFORMA MROSC, 2021). Assim, o MROSC uniformiza e garante maior transparência e segurança no repasse de recursos públicos para as organizações, situando-se no campo da “gestão pública democrática e da valorização das organizações enquanto parceiras na garantia e efetivação de direitos” (MDS, 2017).

A segurança no repasse financeiro para as organizações é um aspecto de suma relevância, que impacta diretamente no desenvolvimento de seus trabalhos e no avanço dos seus objetivos no campo das transformações sociais. Posto que, é um grande equívoco afirmar que as OSCs conseguem se manter, apenas, através de parcerias com a rede privada ou que todas recebem verbas do poder público para a execução de serviços no âmbito das políticas públicas. De acordo com levantamento realizado pelo IPEA no ano de 2018, denominado “*O Governo Federal e as OSCs: Recursos Públicos e Parcerias*”, entre os anos 2010 e 2018 foram repassados R\$ 180 milhões para 22 mil OSCs em todo o país, para que executassem diversos serviços e ações de interesse público, o equivalente a 0,5% do orçamento anual da União. Se considerarmos o universo de 820<sup>31</sup> mil OSCs em atividade no Brasil, tal transferência de recursos públicos federais atingiu somente 2,7% do universo de OSCs em atividade.

---

<sup>31</sup> De acordo com o Mapa das OSCs, também organizado pelo IPEA, tendo como referência o ano de 2018. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/2624-tdreduzido.pdf>.

A respeito disso, a mobilização de recursos para a manutenção das OSCs pode ser considerada um elemento que ganha centralidade nos processos de trabalho institucionais. Corresponde ao prosseguimento de suas atividades, do mesmo modo que garante a conservação do emprego de todo o quadro de profissionais. Nesse sentido, levando em consideração as organizações que são *locus* de trabalho dos sujeitos da pesquisa, relatam que:

*Nós temos uma articulação direta, nem sei se é articulação, é mais forte que articulação, com a Secretária Estadual da Agricultura, nós temos um contrato que historicamente a gente vende os serviços para eles, essa é a lógica. Então com essa secretaria nós vendemos 80% da nossa força de trabalho para eles, para esses projetos e eles nos pagam mensalmente conforme a gente executa esses serviços. Então, tem uma ligação praticamente direta. Outra modalidade que a gente tem é com o município, a prefeitura paga uma espécie de contrato para os serviços prestados por nossas funcionárias, uma das ciências agrárias e uma da área social, paga um determinado valor. Hoje é R\$ 2.050 por profissional que tem conveniado. De 100% do nosso orçamento, 80% dá para gente dizer que vem dessa secretaria de estado da agricultura, daí mais 10% com o município e os outros 10% da União, que daí são programas que a gente faz parcerias com o Ministério da Cidadania e também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com a iniciativa privada o que gente tem são parcerias diretas, aqueles acordos que não envolvem recursos financeiros, são parcerias de operacionalização, que os trabalhadores se reúnem e pensam ações em conjunto, mas aí são só parcerias de trabalho, não financeiras (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Temos um convênio com a prefeitura municipal, que é a cedência de educadoras anualmente e, também tem um pequeno auxílio na merenda das crianças da instituição [...]. Esse convênio, inclusive, que é um termo de parceria que já existe muito tempo e agora também vai se tornar um projeto de lei para se tornar algo que não se possa mais tirar, sabe, algo firmando e que a gente possa contar certo. Porque é sempre essa questão, que apesar de termos essa parceria a anos, a gente nunca sabe quantos profissionais eles vão ceder pode ser 06, 05, 09, 10, 11, então cada ano é diferente, conforme nos encaminham e só ficamos sabendo disso no início do ano. Também temos recursos através dos conselhos municipais, tanto o de assistência social como o de educação, ambos a gente possui assentos, e, também tem a questão de que muitas vezes a gente consegue captar recursos através dos projetos sociais [...]. Também via doação através do imposto de renda que vai para os fundos dos conselhos municipais, então é possível que a gente faça captação através dali. E as empresas, assim, temos bastante ajuda, principalmente de uma empresa grande bastante conhecida que nos auxilia muitas vezes, porém não é nada firmado, nada que tenha algum contrato, que seja fidelizado, um compromisso. Na verdade, o que acontece é assim, as vezes a gente tem um evento e mandamos um ofício para as empresas e ver se eles podem estar nos auxiliando. As vezes nos auxiliam com os custos totais, as vezes parte deles, então é assim, conforme a gente vai necessitando a gente envia para as empresas e eles automaticamente se podem, nos auxiliam ou não. Mas não é nada firmado que nem a gente tem com a prefeitura, hoje a gente só teria a prefeitura como nossa parceira mesmo (Extrato de fala Assistente Social 03).*

*Como é uma instituição de natureza privada, o recurso é todo próprio, vem através das contribuições dos empresários que contratam nossos serviços e aí tem que dar uma contribuição para a instituição. Participamos de editais, por exemplo que são do governo, onde a instituição faz a gestão e aí o governo nos dá a verba para administrar esses programas. Se a organização vence um edital do governo, ela recebe esse dinheiro. E as empresas que contribuem são só as que possuem contrato, que tem aprendiz ativo, aí sob cada aprendiz eles contribuem com um valor (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Foi possível perceber, de acordo com os extratos das falas, considerando as particularidades de cada organização, que os recursos são alcançados de modo variado, expressando a necessidade de diversas fontes. Substancialmente, advém do setor público de diferentes âmbitos municipal, estadual e federal e, também, há presença de recursos privados de origem empresarial ou via doação no imposto de renda e de captação própria. Os recursos são voltados para operacionalização das organizações, como o convênio de cooperação com o poder municipal citado pela Assistente Social 03 e a execução de projetos sociais específicos que possuem linhas programáticas pré-estabelecidas por editais, na fala da Assistente Social 02. De modo que, tais formas de acesso a recursos, afeta um planejamento institucional mais estratégico e a longo prazo, além disso, pode recair para, simplesmente, uma prestação de serviço pelas OSCs.

Ademais, na atualidade as OSCs vivem um momento de tensão, tiveram seu espaço reduzido no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por meio de suas políticas e discursos de ataque a vários setores da Sociedade Civil com desmontes da participação desse segmento nos conselhos de políticas públicas, sobretudo nas áreas do meio ambiente e direitos humanos. Acerca disso, o Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), lançou dados parciais de um estudo inédito<sup>32</sup> que evidencia que 75% dos Comitês e Conselhos Nacionais, que reuniam representantes da sociedade para discutir políticas públicas, foram esvaziados e até mesmo extintos durante o governo Bolsonaro. São consequências do Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019<sup>33</sup> - um dos primeiros atos desse governo - o qual extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, usando como justificativa eliminar conselhos considerados como onerosos e inoperantes, em prol de um melhor gerenciamento do Estado.

Foi modificada de forma considerável, a estrutura de participação popular via conselhos nacionais que se constituíam como importantes espaços de mediação e discussão sobre políticas públicas no país. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar encontram-se inativos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), apesar de manter-se ativo, foi drasticamente desmontado, houve a

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisa-do-cebrap-sobre-desmonte-nos-comites-e-conselhos-nacionais-e-destaque-do-jornal-nacional/>.

<sup>33</sup> Em julho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) lançou uma decisão liminar que limitava em partes o alcance do referido decreto no caso de extinção de colegiados ligados a administração pública federal. Assim, o decreto presidencial não pode extinguir colegiados (como os conselhos e comitês em que há participação da sociedade civil) cuja existência conste em lei. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-06/stf-limita-decreto-do-governo-que-extingue-conselhos-federais>.

exclusão do espaço de deliberações de membros da Sociedade Civil como cientistas, população indígena e trabalhadores rurais. Afina-se com o discurso propagado pelo atual presidente da república, de criminalização das OSCs, que na atualidade centram-se no acirramento de questões ambientais via cortes orçamentários e enfraquecimento de órgão ambientais e da política ambiental do Governo Federal,

Neste mesmo sentido, o presidente também culpabilizou as Organizações por queimadas na Amazônia e no Pantanal, comparando, inclusive, sua atuação a um “câncer” que não conseguiu matar, reproduzindo e executando seu discurso eleitoral de que as ONGs não teriam mais espaço durante seu Governo. Neste contexto de criminalização, soma-se a tramitação de diversos PLs que buscam aumentar o controle sobre as Organizações, como o PL nº 67/2021, ou ainda a criação de tipos penais abertos e genéricos que poderiam inclusive ser aplicados a determinadas atividades das OSC e movimentos sociais, a exemplo do PL nº 6.764/02, que visa a alteração da Lei de Segurança Nacional (VILLARES, FERRER, 2021, s/p).

Toda essa conjuntura provoca desmontes impactantes no exercício do poder popular na arena política, na redução de transparência dos gastos públicos e na fragilização de políticas públicas. Remete historicamente, ao pensamento ideológico do período ditatorial brasileiro, postulado pelo enunciado: “sem voz, nem vez”, com ataque aos espaços de participação popular, aos protestos democráticos e a propagação da Sociedade Civil organizada como uma ameaça aos interesses do país.

É extremamente importante compreender que de modo histórico a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista possui uma dinâmica contraditória. Nesse aspecto, a totalidade das relações da vida social é organizada pelo capital, de forma a se tornarem funcionais ao seu modo de produção. O tensionamento ocasionado pelas transformações societárias no curso das metamorfoses do capital, produziu o reordenamento das relações entre capital/trabalho e Estado/Sociedade Civil, na perspectiva de fortalecer as premissas do mercado e a posição de um Estado mínimo na área social (MAIA, 2005; ABREU; CARDOSO, 2009).

Nesse prisma, diante da ordem econômica do capitalismo contemporâneo – globalizado sob hegemonia do capital financeiro e regulado pelo modelo de gestão estatal neoliberal – coexistem duas posturas frente as OSCs pelo viés da solidariedade liberal e libertária (SANTOS, 2007). A primeira defende o ideário neoliberal, compreende as organizações que compõem esse espaço como substitutas do Estado, retirando o seu papel regulador no campo social. A segunda postura as compreende como possíveis organizações em prol de vontades coletivas na defesa e na luta por direitos sociais, com importante autonomia reivindicatória e de monitoramento das ações do Estado à luz do plano democrático.

Pelo exposto, é possível perceber que a introdução do Terceiro Setor no país acentua ainda mais um campo impreciso permeado por contradições, heterogeneidade e imprecisão

conceitual no que tange às OSCs. Que pode ir do desenvolvimento de um trabalho de interesse público por meio de prestação de serviços sociais à defesa de direitos por parte da sociedade civil organizada, da pressão e fiscalização tanto do Estado como do mercado. A uma atuação funcional a lógica do capital. Caracterizando-se como campo de disputa, inclusive, acadêmica pela direção política, teórica e prática desse espaço sócio-ocupacional, uma vez que, os conceitos e termos são socialmente produzidos e se constituem na realidade objetiva, por isso, revelam deslocamento de significados e posicionamentos de sujeitos (ARMANI, 2013). Como também pontua Gohn (2013, p. 247):

A atuação do Terceiro Setor tem gerado um universo contraditório de ações coletivas: de um lado elas reforçam as políticas sociais compensatórias ao intermediarem as ações assistenciais do governo; mas de outro lado, elas atuam em espaços associativos geradores de solidariedade e que exercem um papel educativo junto à população, aumentando sua consciência quanto aos problemas sociais e políticos da realidade.

Justamente, é essa a razão para reforçamos o protagonismo das OSCs, no sentido de uma esfera pública não estatal pulsante no reconhecimento de direitos, no horizonte de uma consciência coletiva e que sinalizam formas de atendimento as expressões da questão social. Nessa direção, no próximo item será discutido as nuances da realidade concreta do processo de trabalho nas instituições que compõe este campo, as quais também serão explicitadas ao longo dos próximos itens do capítulo que segue, com a finalidade de contribuir com insumos para reafirmar um perfil crítico inerente ao trabalho social nas OSCs, de modo particular ao trabalho dos(as) assistentes sociais.

### 2.3. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: o processo de trabalho institucional na Política de Assistência Social

As OSCs estão regulamentadas no país como um espaço de atenção as demandas sociais no patamar de parceiras do Estado no âmbito das políticas públicas. Sendo reconhecido o papel complementar que exercem ao Estado ao serem certificadas como prestadoras de serviços nesse campo, que conota a esse espaço possibilidades de intervenção e enfrentamento as expressões da questão social e, conseqüentemente, ao trabalho dos(as) assistentes sociais. Cabe ressaltar que, sem retirar o papel central do Estado na regulação, fiscalização e responsabilidade sobre o desenvolvimento de políticas de caráter público, pois ele é o único capaz de implementá-las de forma universal e integral.

Nesse tocante, parte-se da concepção de política pública como construção dialética e contraditória entre Estado e sociedade, nessa direção “a política pública não é só do Estado, visto que, para a sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal” (PEREIRA, 2008, p. 95). Assim, política pública não é o correspondente de política estatal, aqui a denominação “pública” se circunscreve no termo *res pública*, isto é, coisa pública (do latim: res = coisa e pública = de todos). Ou seja, pertence tanto ao Estado como a sociedade. Nesse sentido, pública está relacionada ao espaço político pautado no interesse comum, “da comunidade da soberania popular e não da soberania de quem governa” (PEREIRA, 2008, p. 95) para o atendimento de demandas coletivas e necessidades sociais. A sociedade se faz presente nesse processo por meio de sua representatividade e poder decisório e deliberativo em exercer o controle sobre as ações governamentais, os cidadãos são concebidos como sujeitos políticos e ativos que exercem uma “atividade democrática social, que se realiza como uma contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (CHAUÍ, 2008, p.69). Como evidencia Pereira (2008, p. 97):

Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos. Eis porque o estudo da política pública é também o estudo do Estado em ação (Meny e Toenig) nas suas permanentes relações de reciprocidades e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais.

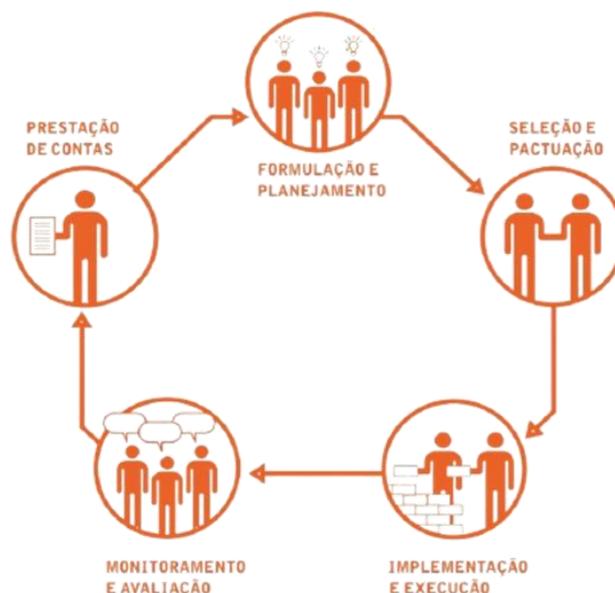
Nesse sentido, as OSCs que executam políticas públicas desenvolvem um trabalho de interesse público em consonância com as políticas que representam, seja na saúde, na assistência social, educação ou outras, assim, é possível afirmar que atendem demandas da população na esfera da defesa e na garantia de direitos. Desempenham importante mediação da política pública com realidade de distintos territórios e grupos sociais, posto que promove e aprimora sua democratização ao realizar políticas que contemplem demandas coletivas e incorporaram integrantes da Sociedade Civil para o seu acompanhamento e em suas deliberações. Práticas que descentralizam a administração pública, na perspectiva de uma gestão pública democrática, entendida aqui como uma gestão que desenvolve ações administrativas que contribuam para processos de democratização, com a finalidade de “transformar condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis, políticos e sociais” (SOUZA FILHO, GURGEL, 2016, p. 73). Desse modo, não podemos reduzir o papel político das OSCs sob a lente do elitismo democrático (AVRITZER;

COSTA, 2004), isto é, resumir suas contribuições somente ao âmbito do fortalecimento do jogo político-democrático institucional. Pensando ainda, a necessidade de se ampliar a democratização da esfera pública em territórios latino-americanos que vivem esse processo de forma ainda mais restrita, em razão do legado do passado colonial e imperial de ações sociais, políticas, econômicas e culturais de essência autocrática, que conformaram essa lógica de democracia restrita, como pontua Fernandes (1994, p. 100), “uma democracia de senhores, das elites para as elites, dos mais ricos e poderosos”.

Cabe demarcar, a compreensão da contrariedade e incompatibilidade da democracia em uma sociedade capitalista, assim, partindo de pressupostos marxistas, podemos situar a consolidação de uma gestão pública democrática para além da finalidade imediata jurídico-legal, mas também da expansão da finalidade política para contribuir com a construção de uma emancipação humana das classes subalternas<sup>34</sup> de superação de qualquer forma de exploração/opressão, no escopo da superação da ordem do capital.

Retomando, as OSCs podem estar presentes desde a etapa de formulação de uma política por meio da participação em conselhos, comissões, comitês, conferências e compartilhamento de experiências de tecnologias sociais; na sua avaliação e monitoramento via processos de controle social; até a sua execução a partir de parcerias com o poder público (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016). Como exemplifica a figura 01:

Figura 2 - Diagrama: Participação das OSCs no Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 16

<sup>34</sup> A subalternidade é entendida como a ausência de protagonismo, de poder, de possibilidades, de acesso a direitos, configurando uma forma de dominação/exploração dos sujeitos (YAZBEK, 2006).

Vale ressaltar, o entendimento de que o ciclo de políticas públicas, conforme exposto na figura acima, não ocorre de forma linear, é contingente, ocorre de modo dinâmico perpassado pelas condições objetivas da realidade concreta. As diferentes etapas do seu processo não são sequenciais, e um elemento que pode se destacar é a retroalimentação da implementação sobre a formulação (BRETTAS, 2016), isto é, a implementação de uma política pública configura e/ou aperfeiçoa o seu processo de formulação.

Nesse sentido, um elemento que se destaca é a atuação dos sujeitos que implementam as políticas públicas, posto que, seus resultados dependem dos contextos de sua implementação. E, se torna relevante abordar a implementação das políticas públicas, também, via organizações não-estatais, considerando o conhecimento sobre realidade, os processos de inovação e aprendizagens e a articulação democrática que esses espaços possuem. Partindo do pressuposto que: “política pública implica sempre, e simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores (governamentais e não-governamentais), seja, por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático” (PEREIRA, 2008, p. 97).

Em que pese, o conhecimento da área do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional mediado pelas políticas públicas, primeiramente, perpassa pela intervenção em expressões da questão social e seu projeto profissional orientado por uma teleologia emancipatória para com a classe trabalhadora. Ademais, como observa Iamamoto (2009), há crescente participação de trabalhadores assistentes sociais no campo da gestão e no exercício do controle social no contexto das políticas públicas:

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos (IAMAMOTO, 2009, p. 32).

Logo, temos a relevância do trabalho dos(as) assistentes sociais no âmbito das OSCS no que concerne a execução de serviços e no campo da formulação e fiscalização de políticas públicas – onde esse poder só pode ser efetivado através da intervenção de organizações da sociedade civil nos espaços públicos formais como: conselhos de direitos e assembleias, e em espaços informais como: manifestações. Nesses casos, a autonomia reivindicatória de tais instituições se tornam essenciais, além de possibilitarem espaços para ouvir a manifestação da população usuária sobre os serviços e políticas ofertados (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Conforme o já exposto, o âmbito das OSCs é fonte de espaços de autonomia, construção e adaptação, foi perpassado por determinações históricas e conjunturais que conformaram diversas formas de governo e sua correlação com a Sociedade Civil organizada. Do mesmo modo, o processo das políticas públicas também possui complexidade e deve ser considerada na sua relação com as organizações não-estatais e com as formas em que o Estado atende as expressões da questão social, uma vez que para “compreender o escopo e o perfil de atuação das OSC, passa, necessariamente pela discussão dos espaços, possibilidades e limites de atuação do Estado” (BRETTAS, 2016, p. 40). Nesse tocante, da interdependência da atuação das OSCs com o Estado na garantia de direitos e atendimentos as demandas sociais, os sujeitos da pesquisa afirmaram que:

*[...] vejo que se não fosse OSCs, muita coisa se perderia né, porque elas fazem a diferença, **o governo não dá conta de atender essas demandas e se dá não se importa com o que está acontecendo para eles é perda de dinheiro investir em políticas públicas e principalmente na assistência social** (Extrato de fala Assistente Social 01, grifo nosso).*

*É dever do Estado, claro, prover esses serviços, a sociedade civil só está entrando porque **o público não está dando conta de atender todas as demandas que chegam para eles e aí a gente enquanto sociedade civil, a gente chega para ofertar esses serviços** (Extrato de fala Assistente Social 02, grifo nosso).*

*Eu penso assim, nós temos o atendimento de mais de cem famílias e eu tenho certeza, posso te afirmar, **que são famílias que o município não atenderia se não fosse a instituição**. A gente entende que nos possibilita muito essa questão de termos esse convênio com a prefeitura, porque realmente, hoje boa parte de nossas educadoras são cedidas pela prefeitura, então se hoje a gente atende o que atendemos é por essa relação de parceria com a prefeitura. Mas, a gente entende que se não fosse a nossa instituição hoje, fazendo esse atendimento com essas crianças e adolescentes, esse atendimento em diversas expressões da questão social, nos pilares da vulnerabilidade social que a questão que a gente mais atua, acredito que o município não estaria preparado. Porque, a gente recebe não só a procura pelas famílias, mas também o município nos encaminha muitas coisas, a secretária de educação nos encaminha alguns casos para estarmos atendendo, como outros órgãos do município, como: o conselho tutelar, a casa de acolhida. Então a gente sabe, que o trabalho da instituição é fundamental, por isso, que a prefeitura auxilia conforme pode, acredito que até poderia auxiliar mais [...]. A gente sabe que hoje o trabalho da instituição é essencial na comunidade, **porque essas famílias que a gente atende não sei se seriam atendidas pelo município e fora, que a gente percebe também na procura gigantesca que a instituição tem diariamente. A gente sabe que o município não está dando conta desse atendimento desse público e eles recorrem a nós e nós temos que ser aqueles que dizem não, porque a gente não tem estrutura para atender mais [...]** a nossa procura é muito grande e **de fato a gente vê que há uma transferência de responsabilidade muitas vezes** (Extrato de fala Assistente Social 03, grifo nosso)<sup>35</sup>.*

<sup>35</sup> Os extratos de falas que estiverem grifados em negrito, possuem a intenção de dar destaque para elementos importantes que emergiram das falas dos sujeitos participantes da pesquisa.

Evidencia-se, a relevância da prestação de serviços nas políticas públicas das OSCs, especialmente pela alta demanda na área dos serviços socioassistencial – área de trabalho dos sujeitos entrevistados. Inclusive a fala da Assistente Social 03, demonstra que a sua organização é reconhecida como referência nos atendimentos, com um trabalho articulado com outros órgãos estatais. Essa relação com o Estado na execução de políticas públicas precisa ser pautada em mutualidade, de forma complementar para auxiliar na execução plena dos serviços sociais e não como um caráter de transferência de responsabilidades e, também, como uma função adquirida pelas OSCs no atendimento a demandas sociais sob a ótica de uma esfera participativa na agenda pública e não somente, para atender demandas em que o Estado “não dá conta” – como reiteram as falas expostas.

Novamente, destaca-se que as OSCs exercem uma função complementar a primazia da responsabilidade estatal no âmbito da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, de acordo com as prerrogativas constitucionais e legislações que regem especificamente as políticas. De modo que o Estado, deve ser considerado a primeira instância viabilizadora dos atendimentos as necessidades sociais e não deve ter o seu papel substituído por tais organizações, posto que “somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade” (PNAS, 2004, p. 47).

Para a discussão pretendida nessa pesquisa, serão focadas OSCs que executam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considerando a ênfase do estudo em apreender sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos em processos de trabalho de Organizações da Sociedade Civil, diante desse recorte, os sujeitos que compõem a sua amostra atuam em instituições vinculadas a política social<sup>36</sup> de Assistência Social certificadas como entidades beneficentes detentoras de CEBAS<sup>37</sup>.

Considera-se ainda, a existência de uma expressiva e ativa rede privada socioassistencial<sup>38</sup> composta por organizações de assistência social que fazem parte e estão

---

<sup>36</sup> Com base em Pereira (2008), a política social é um gênero da política pública.

<sup>37</sup> Essa informação foi repassada pelas assistentes sociais durante as entrevistas. Posteriormente, a autora verificou que as organizações estavam devidamente cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS com ofertas de serviços socioassistenciais, e em consulta aos sites institucionais das organizações constava o certificado expedido pelo Ministério da Cidadania, publicado no diário oficial.

<sup>38</sup> “Segundo o Censo SUAS 2017, são mais de 32 mil OSCs reconhecidas pelos Conselhos Municipais, presentes em 3.800 municípios, em todo o país. Desse total, 12.181 estão cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) e 5.375 entidades possuem a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, p. 01). Já que a Política de Assistência Social prevê um conjunto de serviços públicos que podem ser ofertados tanto pela rede estatal, quanto pela rede não-estatal, os dados do Censo SUAS revelam ainda que: “que há 20.706 unidades estatais e entidades

vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao desenvolverem serviços, programas e projetos em prol do fortalecimento e da execução dos eixos do sistema público da política de Assistência Social e por isso, “devem ser submetidas aos mesmos princípios e diretrizes que orientam o SUAS, considerando o acesso ao fundo público para financiar atividades de assistência social por ela desenvolvidas (por meio de convênios e repasses diretos de recursos)” (RAICHELIS, 2010, p. 765).

O art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), define Organizações de Assistência Social como: aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos (BRASIL, 1993)<sup>39</sup>. Nesse escopo, as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em vigência, classificam as Organizações de Assistência Social como: I) De Atendimento, II) De Assessoramento e III) De Defesa e Garantias de Direitos (RESOLUÇÃO CNAS nº 27, 2011).

As organizações de **Atendimento** ofertam de forma continuada, permanente e planejada serviços, programas e projetos na área de serviços socioassistenciais tipificados<sup>40</sup>. Também, concedem benefícios de proteção social básica ou especial às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal. As OSCs que prestam atendimento podem realizar ofertas em níveis de proteção diferentes: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (RESOLUÇÃO CNAS nº 27, 2011).

Ainda há, atividades complementares reconhecidas como serviços executados por organizações de Assistência Social, a partir da Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011: a) Habilitação e Reabilitação de pessoas com deficiência e a promoção de sua inclusão à vida comunitária e b) Acolhimento Institucional Provisório de Pessoas e seus acompanhantes que estejam em trânsito. Outra atividade complementar, refere-se à Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho, regulamentada pela Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que ocorre por meio de ações: “direcionadas à aprendizagem em seu caráter social, estão relacionadas à inclusão de adolescentes e jovens, prioritariamente aqueles em situação de

---

privadas que ofertam serviços, sendo que mais de 14 mil são entidades privadas e 5.872 unidades públicas. Das 14 mil entidades, as de maior número são as que ofertam assessoramento, defesa e garantia de direitos: 5.295. O segundo grupo de entidades mais numeroso é formado por aquelas que desenvolvem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: 4.736” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, p. 01).

<sup>39</sup> Para alcançarem sua efetiva vinculação ao SUAS, as entidades devem também estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, e integrar o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS). (REIS, 2019).

<sup>40</sup> Respeitadas a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

vulnerabilidade ou risco social, ao mundo do trabalho” (RESOLUÇÃO CNAS nº 33, 2011, s/p).

Já as organizações de **Assessoramento**, ofertam de forma continuada, permanente e planejada serviços, programas e projetos direcionados para o fortalecimento de movimentos sociais e da organização política da população usuária, por meio de formação e capacitação de lideranças, dirigidas ao público da política de assistência social (RESOLUÇÃO CNAS nº 27, 2011).

E as organizações de **Defesa e Garantia de Direitos**, executam atividades voltadas, particularmente, para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, bem como, para a “construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social” (RESOLUÇÃO CNAS nº 27, 2011, s/p).

Diante dos tipos de OSCs no SUAS, cabe descrever algumas particularidades do trabalho socioassistencial das OSCs que são espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais participantes da pesquisa. As quais executam serviços nos seguintes termos:

**OSC 01 (Assistente Social 01):** Possui natureza de associação civil sem fins lucrativos, caracteriza-se como Entidade Beneficente de Assistência Social de atendimento que executa serviços contínuos vinculados à Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. Realiza atividades socioassistenciais que auxiliam jovens e estudantes entre 14 e 24 anos a ingressarem no mundo do trabalho, através de programas que ofertam cursos de capacitações profissionais e iniciativas de inserção em empresas (privadas e públicas). As atividades realizadas também visam ações/projetos que promovam acolhimento e integração dos jovens e famílias. Organização de abrangência nacional, que está a mais de 50 anos no estado do Rio Grande do Sul, atuando em diversos municípios.

**OSC 02 (Assistente Social 02):** Possui natureza de associação civil sem fins lucrativos, caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos ao realizar ações socioassistenciais contínuas de extensão rural que visam fortalecer a autonomia e o protagonismo de seus usuários e sua inserção no mundo do trabalho, por meio de projetos que identificam potencialidades, ações de inclusão social e produtiva em âmbito local e articulação com políticas públicas, prioritariamente, com populações do meio rural em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais. Seu público-alvo é direcionado para agricultores familiares, pescadores artesanais e população de assentados. Organização de abrangência estadual, com atividades desde o ano de 1955.

**OSC 03 (Assistente Social 03):** Possui natureza de associação civil sem fins lucrativos, caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social de atendimento ao ofertar serviço de proteção social básica de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) contínuo diretamente com crianças e adolescentes entre 04 e 16 anos e suas famílias. De modo que, configura-se como um centro de convivência, que também visa contribuir para a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, que são atendidas no contra turno escolar. De atuação local, de base religiosa (católica), fundada no ano de 1936.

É relevante evidenciar, que a existência de tais organizações antecede as regulamentações da Política Nacional de Assistência Social, pois foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a assistência social é transformada em uma política social pública, assegurada constitucionalmente como um dever do Estado para quem dela necessitar e, também define, a participação da sociedade na sua formulação e no seu controle em todos os níveis (BRASIL, 1988). Com a sua vinculação ao tripé da seguridade social, passa a atuar na perspectiva de uma política protetiva estatal, a qual visa a cobertura com qualidade de direitos assegurados de forma universal e, também a atender as situações de risco, vulnerabilidade ou danos da população, assim, as OSCs de modo geral remodelaram seu contexto institucional em consonância com a PNAS.

Que denota um novo caráter a assistência social, já não mais na perspectiva de ajuda, caridade e benevolência, mas sim, como uma política pública garantidora de direitos com uma visão que vá além das demandas imediatas da população atendida. Alcança o patamar de serviços e benefícios de proteção social, pois, de modo histórico foi associada a uma concepção estrutural-conjuntural de cunho assistencialista, incidindo na sua equiparação equivocada com ações de assistência subsidiadas em intervenções pontuais. Nesse sentido, Raichelis (2010) pontua que:

Assim sendo, é fundamental no âmbito do SUAS superar a cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, exercitando a capacidade de leitura crítica da realidade, sem reforçar naturalizações e criminalizações da pobreza e das variadas formas de violência doméstica e urbana, violação de direitos de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua etc., mas procurando compreender criticamente os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira (RAICHELIS, 2010, p. 765).

Nesse rumo, as assistentes sociais entrevistadas afirmam que a gestão organizacional das OSCs em que trabalham está mais direcionada para uma realidade empresarial, apesar da finalidade pública desses espaços, conforme aponta uma profissional: “os gestores, o olhar deles é pela questão financeira” (Extrato de fala Assistente Social 02). Que faz com que o atendimento das demandas sociais tenha dificuldades em se desenvolver plenamente. Principalmente, porque, não são concebidos por uma lógica de acesso a direitos, mas sim orientados por pressupostos mercantis:

*[...] é levado como se fosse uma empresa, eu acho que a instituição tem mais uma característica de empresa, é difícil tu conseguir separar. Até porque tem muito isso que tem as pessoas que vão até os lugares para fazer tipo uma venda dos serviços ofertados pela instituição, tipo uma venda de contratos e isso meio que confunde (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*Isso (gestão empresarial) é algo que se vive no nosso cotidiano, o técnico das ciências agrárias faz essas falas de que gerou tantos recursos, de que trouxe ou fez projetos de créditos, vendem isso. E para nós (assistentes sociais) ‘vender’ o nosso trabalho social é mais subjetivo, é mais demorado para poder enxergar essa mudança (Extrato de fala Assistente Social 02).*

A questão financeira está relacionada a sustentabilidade de qualquer organização, que necessita de insumos para manter o pleno funcionamento de suas atividades, considerando sua natureza autônoma para angariar recursos. Nessa perspectiva, incorre uma tendência de administração atrelada a realidade empresarial na direção de produzir serviços capazes de gerar mais verbas institucionais. Contudo, não se pode perder de vista que as OSCs desenvolvem um trabalho de interesse público em consonância com as políticas que representam, seja na assistência social, na saúde, na educação ou outras.

Assim, atendem demandas da população na esfera dos direitos. Logo, a partir das falas, compreende-se da mesma forma, a necessidade de uma gestão direcionada também para o aspecto social, como aponta o extrato de fala da Assistente Social 02: *“não tem esse olhar que x famílias acessaram políticas públicas, que estava numa condição e agora a partir dos atendimentos, a partir desse acesso as políticas públicas eles estão numa condição melhor”*.

Isto é, um campo atrelado a gestão de ações sociais públicas, que demanda organizar as OSCs a partir de objetivos coletivos e como espaços de efetivação de políticas públicas. Onde, muitas vezes, são delegados a análises e princípios da área administrativa/empresarial, que como afirma Teodósio (2004, p. 166), conduz “distorções quanto a natureza da gestão demandada na esfera social” – como foi identificado na realidade de trabalho das assistentes sociais através das falas supracitadas. Ainda mais, se a gestão não consegue se adequar as finalidades de organizações, essencialmente, sem fins lucrativos, isto é, que não possuem o enfoque na geração de lucro, mas sim, em ações racionais e interventivas nas expressões da questão social.

De modo que, as OSCs necessitam pautar-se com princípios de uma gestão do social, até mesmo para romper com uma gestão institucional que meramente reproduz uma funcionalidade capitalista em nível societário<sup>41</sup>. Uma gestão e gerenciamento institucional no

---

<sup>41</sup> Enfatiza-se, o processo contraditório que está no cerne da gestão de ações sociais públicas de excelência estatal, particularmente, derivada da instituição de sistemas de proteção social na sociedade capitalista. Desse modo, a gestão social pública no âmbito das políticas sociais carrega consigo, a partir do entendimento de Bordin (2017, p. 187): “um processo social permeado por contradições e mediações, disputas e consensos, oriundos das expressões da questão social geradas por uma sociedade capitalista madura, que demanda e pressiona as instâncias que compõem a sociedade e os projetos societários que representam, a um processo político de construção e implementação de ações e estratégias, firmados por pactos sociais formais e/ou informais, que visem a superação ou manutenção do *status quo* num determinado território”.

que concerne à execução com efetividade de serviços sociais e a sua defesa nos espaços públicos, de intervenção política na instituição e com a população usuária, nos termos de uma gestão organizacional democrática, sem práticas centralizadoras e autoritárias de direção, mas sim de representação de interesses coletivos e comprometimento com os serviços oferecidos. Assim, fortaleceriam uma gestão democrática pública para ampliação de direitos e união em prol dos interesses da classe trabalhadora no horizonte da sua autonomia e dignidade (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016; CABRAL, 2007).

Compreende-se que a articulação com o campo da gestão pública, seja na forma de execução de serviços sociais ou no processo democrático a nível de formulação e fiscalização das ações e políticas públicas, sofre os rebatimentos das formas em que são atendidas as demandas e as necessidades da população através da primazia das políticas sociais estatais. Que por sua vez, está ligada a processualidade da dinâmica da gestão estatal e suas relações conjunturais de poder.

Na atualidade, vivencia-se o avanço da racionalidade neoliberal, que atua na gestão pública estatal a partir do pressuposto da sua redução e desresponsabilização no âmbito social, faz com que o Estado atue de uma forma que nega, naturaliza e reifica os antagonismos sociais. Desse modo, desconsidera as particularidades que compõem as relações sociais delineadas pelo modo de produção capitalista, perpassadas por situações de desigualdades estruturais de classe, raça, gênero, geração, desemprego, miséria, entre outros elementos que atravessam as imposições da sociabilidade do capital e os transmuta para a esfera pessoal individualizada da população.

A partir disso, o paradigma neoliberal constitui uma nova racionalidade política e governamental, que objetiva a reordenação do Estado redigindo novas bases e propósitos. Esse escopo, como já evidenciado, limita o Estado no que se refere à área social e a sua forma redistributiva<sup>42</sup>, por outro lado, assenta-o de modo forte e proativo para manter, proteger e expandir o livre mercado, seu foco deve ser integralmente a tarefa de garantir que a economia funcione de modo ordenado.

Na racionalidade governamental neoliberal<sup>43</sup>, todo governo é destinado “para os mercados e orientado por princípios de mercado, e, por outro, os mercados devem ser

---

<sup>42</sup> Considera-se um Estado no qual são implementadas políticas sociais públicas redistributivas pautadas na lógica das necessidades coletivas e do direito, com caráter universalista. Como exemplo, sistemas de proteção social efetivamente redistributivos, cujas bases se amparem nos princípios da universalidade e direitos de cidadania (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

<sup>43</sup> É sobre esse ponto que reside a racionalidade neoliberal na contextualidade, como uma definição de vida nas sociedades ocidentais, como sustentam Dardot e Laval (2016): toda a sociedade passa a ser concebida como um “mercado” e cada indivíduos como uma “empresa”. No desígnio dessa lógica concorrencial, “o homem

construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas” (BROWN, 2019, p 31). Isto é, no capitalismo sob os princípios neoliberais, os Estados passam a ser guiados pela lógica empresarial da concorrência. Nesse entendimento, o Estado passa a ser gerido como se fosse uma empresa (Estado-empresarial), onde os sujeitos devem se adaptar as regras do “jogo neoliberal”, em que direitos básicos como saúde, educação, proteção social e outros, são transformados em produtos adquiridos por consumidores – cidadãos-clientes que possuem a liberdade individual para isso e igualmente, para (sobre) viver com as desigualdades sociais permanentes das relações sociais e de produção, entendidas nessa racionalidade como fruto de suas escolhas e abordadas por meio de ações pontuais pela via da solidariedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

Portanto, a contextualidade das políticas neoliberais no aparelho estatal, reforça o caráter do gerencialismo nas políticas sociais – que teve início no governo Collor e se consolidou na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso – com regras empresariais e racionalidade instrumental que esvai conteúdos reflexivos e criativos no trabalho nesse âmbito (RAICHELIS, 2018). E, que atinge os processos de trabalho das OSCs, pois nessa perspectiva são reconhecidas, somente, como meras executoras de serviços públicos, especialmente, porque a ação pública nesses moldes trata de:

[...] impedir os avanços nos caminhos da truncada e inconclusa esfera pública, instaurada pela Constituição Federal de 1988 e sustentada em um pacto político que acaba de ser rompido pelas forças políticas retrógradas responsáveis pelo golpe de Estado, que levou à destituição do governo legítimo de Dilma Rousseff (RAICHELIS, 2018, p. 55-56).

Nesse contexto, há necessidade de uma mediação do trabalho nas OSCs com processos democráticos e de cidadania, a partir de uma direção que se “contrapõe à perspectiva instrumental e mercantil” (MAIA, 2005, p. 16). Do mesmo modo, converge com os referenciais do Serviço Social por meio de suas competências profissionais e do seu projeto ético-político - um projeto profissional orientado por uma teleologia emancipatória, a qual busca uma sociedade mais justa e igualitária por meio de valores como equidade, liberdade, consciência de classe e distribuição da riqueza – os quais objetivam a afirmação de direitos e de valores como cidadania e justiça social, sobretudo, para as classes populares e corroboram para que tais organizações se orientem por objetivos coletivos e conscientes de que são espaços de efetivação das políticas públicas. O estudo de Amaral (2013), já denota que Serviço Social e Pedagogia

---

neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

são as profissões de nível superior que possuem maior incidência nas OSCs, particularmente, atuando na coordenação das equipes técnicas de trabalho. Cabe destacar nisso, que as assistentes sociais entrevistadas destacaram que a inserção da profissão no espaço sócio-ocupacional é determinada por requisições formais e não pelo entendimento da importância do Serviço Social para o processo de trabalho:

*Não é porque a instituição tem toda uma preocupação com o social, é porque a instituição tem esse certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ela precisa de trabalhadores assistentes sociais para assinar os projetos sociais. Então, fazem todo um outro discurso, mas isso é “dourar a pílula”, a realidade é isso (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Até por ser uma instituição religiosa temos que tentar romper com algumas questões, até mesmo assistencialista, isso tem que ser reforçado diariamente, porque, realmente, a visão do assistente social é confundida com isso muitas vezes [...] entendem que é importante em uma instituição vinculada a política de assistência social, mais do que justo ter uma assistente social. Tem esse entendimento maior, mas ainda assim, não é valorizado, entendido o que é realmente de fato o que a profissão é, o que representa. Eu penso que tem muito ainda a se avançar nessa questão (Extrato de fala Assistente Social 03).*

*Eu acredito que não é o foco, na verdade é mais para seguir o protocolo que tem uma assistente social, claro eles valorizam e tudo, mas vejo nesse sentido tanto é que só tem uma [...]. Um dos principais desafios é tu conseguir primeiro fazer as pessoas entenderem o que tu fazes dentro da instituição, qual a importância do teu trabalho e conseguir entender que eles fazem parte disso também. É muito difícil, inclusive, os funcionários entenderem que eles são parte da assistência social e a diferença do Serviço Social para a assistência social, é bem complexo e eles não conseguem, eles acham que assistente social e assistência social é uma coisa só e acabam não separando isso, dizem: ah, eu não sou da assistência, ah eu não faço parte da assistência por isso que eu não entendo e na verdade não é assim. Pelo fato de não serem assistentes sociais eles pensam que não tem que conhecerem o SUAS. E tu é isso, tu és funcionário do SUAS e não sabe que é. Eu acho que essa é uma das dificuldades maiores de trabalho, eu acho que tem que organizar a “casa” primeiro para depois conseguir explicar e fazer com que os usuários consigam chegar até nós de uma maneira. E também tratar os serviços ofertados como direitos, eu acredito que existe bastante respeito ao usuário mais ainda não é tratado como direito (Extrato de fala Assistente Social 01, grifos nossos).*

Nessa perspectiva, se torna importante referir que tais elementos remetem a gênese da profissão no país e a identidade atribuída (MARTINELLI, 2007) nesse período emergente da profissionalização do Serviço Social, mediante sua origem vinculada a ajuda, mas sobretudo, construída sob um humanismo abstrato com adjetivos que remetem a ações profissionais baseadas no altruísmo, descaracterizando o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e com utilidade e relevância social. Historicamente alicerçou a formulação das primeiras ações e objetivos político-sociais da profissão, os direcionando via a confluência de matrizes teóricas de cunho humanista e conservador, associadas a um paradigma positivista “que não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se

antes para ajustes e conservação” (YAZBEK, 2009, p. 147). Igualmente, são marcas históricas que se assemelham também a gênese do trabalho social nas OSCs que atuam na área da PNAS.

Nessa mesma linha, emerge um outro elemento para análise, que tange o âmbito da gestão do trabalho na PNAS: uma desvinculação dos trabalhadores com os objetivos do trabalho na instituição que estão coadunados com tal política. Além disso, não se reconhecem como trabalhadores de uma OSC e a necessidade de estarem em sintonia com seus objetivos para a efetivação de um trabalho social. Evidenciado nas demais falas:

*É muito complicado isso, porque se a pessoa (funcionário) não se reconhece naquele espaço como é que tu vais passar credibilidade que aquilo ali, este espaço, é para aquele público. E como aqui é prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade os atendimentos, então as pessoas mais humildes até se sentem mais incomodados acham que aquele espaço não é para eles. Se tu não deixar mais claro isso para as pessoas, se elas não tiverem acesso a essa informação, se torna mais distante essa realidade e a dificuldade para acesso também (Extrato de fala Assistente Social 01, grifo nosso).*

*O pessoal não se reconhece como trabalhadores do SUAS, aqui é uma entidade certificada de assistência social, mas se perguntar eles não se reconhecem. Numa conferência, por exemplo, não se reconhecem representando uma entidade. Em nenhum momento ninguém se manifesta: sou trabalhadora do SUAS, quero compor esse segmento, não se reconhecem. Então essa é uma caminhada que a gente precisa avançar muito (Extrato de fala Assistente Social 02, grifo nosso).*

A gestão de pessoas é reconhecida nas OSCs como um importante processo que medeia ações para gerir e orientar os trabalhadores na direção dos objetivos e metas da organização (SOUZA, 2016). Quando se trata de organizações vinculadas a PNAS, tal temática ganha centralidade para a consolidação de uma política pública garantidora de direitos humanos, que inclusive, possui uma normativa específica que estabelece as balizas para a gestão do trabalho e dos trabalhadores, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), que caracteriza a gestão do trabalho no SUAS da seguinte forma:

[...] a gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento da organização do sistema, que abarca novos desenhos organizacionais, educação permanente, desprecarização do trabalho, avaliação do desempenho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, processos de negociação do trabalho, sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos (BRASIL, 2011, p. 103).

A NOB-RH/SUAS considera a implantação da gestão do trabalho como uma dimensão estratégica para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na perspectiva de recursos humanos qualificados que rompam com o histórico de desprofissionalização nesta política.

Por ser uma área de prestação de serviços cuja mediação principal é o próprio profissional (SPOSATI, 2006), o trabalho da assistência social está estrategicamente apoiado no conhecimento e na formação teórica, técnica e política do seu quadro de pessoal, e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção (RAICHELIS, 2010, p. 761).

Nessa perspectiva, as assistentes sociais entrevistadas salientam que:

*Eu acredito que tenha que ter uma preparação bem maior e tenha que mudar muito o foco. **Preparação enquanto profissional, saber para que a gente está aqui e reconhecer enquanto direito todos esses benefícios e tudo mais. Reconhecer como direito e fazer o atendimento dos usuários voltados ao reconhecimento desses direitos.** Eu participo das reuniões do CORAS e eu vejo muito isso, que falta qualificação, claro que depende as vezes muito mais das instituições do que dos próprios profissionais, mas também depende muito do profissional busca essa qualificação e está previsto que a gente tem que ter essa formação continuada e isso aí pesa muito nesse sentido. E eu vejo que muitas vezes nem as próprias instituições tem interesse nisso, por que enxergam mais como números e não como direitos de fato (Extrato de fala Assistente Social 01, grifo nosso).*

*Se tu chamar algumas das colegas (de trabalho) para conversar sobre assistência social não há argumentação e eu não consigo fazer esse acompanhamento, essa orientação técnica, aprofundar esse conhecimento, aprofundar sobre a legislação, sobre o que é a participação deles nos conselhos municipais de assistência social, essa formulação das políticas públicas nas área da assistência social, eu não consigo fazer de uma forma bem efetiva, como eu gostaria e como eu acho que daria uma vitrine, vamos chamar assim, para a assistência social. A gente poderia fortalecer muito a assistência social na extensão rural, porque as vulnerabilidades existem, a gente atua com os povos e comunidades tradicionais, com quilombolas, com indígenas, com pescador. A gente trabalha toda a cadeia de rede socioassistencial articulada com as outras políticas públicas, então consegue ficar a assistência social no grande guarda-chuva do acesso aos serviços, isso ocorre, **mas não ocorre de uma forma técnica como eu gostaria, de uma forma mais qualificada** (Extrato de fala Assistente Social 02, grifo nosso).*

Isto significa, a necessidade de uma capacitação técnica dos seus trabalhadores em consonância com a PNAS, conforme é evidenciado nas falas supracitadas, principalmente para a melhoria da intervenção profissional no SUAS<sup>44</sup>. Raichelis (2010), também aponta para a necessidade de outras diretrizes para a valorização dos trabalhadores do SUAS inseridos na rede privada socioassistencial em sintonia com a NOB-RH/SUAS, que são: tratamento salarial isonômico entre os trabalhadores da rede pública e das organizações prestadores de serviços assistenciais e condições de trabalho única e integrada entre a rede socioassistencial. Destaca-

---

<sup>44</sup> Cabe pontuar, que todas as assistentes sociais entrevistadas afirmaram que os quadros de profissionais das suas instituições estão em consonância com o disposto na NOBRH/SUAS para as equipes de referências da rede socioassistencial.

se ainda, a heterogeneidade das organizações, que envolvem diferentes dinâmicas e que variam de acordo com seus perfis organizacionais, seus recursos e contextos institucionais, inclusive com atuação preponderante na área da assistência social, mas com ações, projetos, programas transversais a outras políticas sociais.

Constata-se que a capacitação técnica dos trabalhadores inseridos em espaços sócio-ocupacionais que operacionalizam a política de Assistência Social nas OSCs em consonância com a PNAS é uma demanda de trabalho para as assistentes sociais nos processos institucionais de suas organizações, visto que tal atividade de educação permanente contribui com qualificação dos processos de trabalho. Nessa direção, todas as assistentes sociais são taxativas ao reconhecerem a qualificação dos demais trabalhadores das instituições como um suporte para o trabalho social.

Como exemplo, temos o caso concreto da instituição da Assistente Social 03, que elucida uma fragilização devido à falta de articulação entre os demais profissionais e os objetivos institucionais de trabalho na OSC 03, que atende crianças e adolescentes que em sua maioria estão em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, vivenciando situações que expressam a desigualdade social. A partir disso, despontou a necessidade de um trabalho voltado especificadamente para a gestão dos trabalhadores. Principalmente por um ponto particular no processo de trabalho da sua instituição, a inserção de educadoras sociais a partir de convênio firmado com a prefeitura municipal, que cede anualmente servidores municipais do quadro da educação para trabalharem nessa função.

Assim, tais trabalhadoras não possuem vínculo empregatício direto com a instituição, tampouco são contratadas de acordo com suas potencialidades para o trabalho social, sua seleção se dá exclusivamente por meio de critérios da prefeitura e por tempo determinado. A falta de autoconhecimento desses profissionais como trabalhadores da política de assistência social é, em parte, fruto dessa relação de parceria com o governo municipal para a montagem do quadro de trabalhadores para a execução direta dos serviços prestados pela organização. Contudo, apesar importância de possuir profissionais, tal parceria não considera as particularidades para do trabalho na área, tampouco as necessidades estruturais para a manutenção da OSC, que perpassa por recursos financeiros para gerir a instituição com autonomia, o que incluir montar equipes profissionais e investir em outras questões necessárias ao desenvolvimento das atividades da OSC como água, luz, equipamentos, educação permanente, dentre outras. Ilustrado pela fala da profissional:

*Desde que eu entrei na instituição, a gente via que era uma mistura de setores, até mesmo na questão do sigilo do atendimento das demandas, a gente sabia que muitas das questões que eram atendidas com as crianças tomavam uma grande repercussão e todos os profissionais sabiam, rolava até o rótulo de crianças e isso afetava totalmente o público que a gente atende, o nosso usuário, isso refletia porque a gente sabe que ali é um público que a gente atende com diversas expressões da questão social, então ali é um espaço de acolhimento, um espaço que a gente pode estar proporcionando um atendimento qualificado. Então, a gente tinha essa questão de as vezes os profissionais que estão no atendimento direto com as crianças não estarem capacitados. Então, hoje em dia a gente já conseguiu avançar através de capacitações, utilizamos muito reuniões pedagógicas gerais para estar debatendo isso, para estar dialogando e capacitando cada vez mais todos que trabalham na instituição, porque a gente sempre reforça isso que todos nós estamos ali para fazer o atendimento dessas crianças [...]. Era essa questão, a gente conseguir ir lá na raiz deste problema, fazer esse trabalho com as educadoras [...] até mesmo para gente conseguir que o nosso usuário seja privado de possíveis situações piores do que ele está passando, então acredito que essa é uma das questões que eu vejo, que houve uma evolução na instituição. Tem que estar reforçando diariamente o atendimento com os usuários [...]. Porque, a gente tem uma parceria com o município que a cada ano cede educadoras para trabalhar com as crianças e adolescentes e aí não tem um trabalho continuado, até porque a gente nunca sabe quem são aquelas educadoras que vão vir. Então, isso foi uma coisa que acendeu uma luzinha vermelha para nós realmente e a gente começou a observar os impactos dessas questões. Se algum tempo atrás tu perguntaste aos funcionários se aqui é uma instituição vinculada a política de assistência social, eles não saberiam nem do que se trata. Então isso foi uma das questões que mais nos ascendeu de que a gente precisa estar conversando sobre isso e vai ao encontro com o planejamento que a gente tem, porque para além disso, essa questão estava rebatendo direto no atendimento com os usuários (Extrato de fala Assistente Social 03).*

De modo que, foi o Serviço Social que avançou com essa intervenção por meio de um processo de gestão de capacitações e reconhecendo sua importância na melhoria dos atendimentos institucionais. Como é verificado no extrato que segue:

*Agora todos (funcionários) têm esse entendimento de que é uma instituição que executa um trabalho social, eles têm o entendimento do trabalho aqui realizado, o que a gente procura como instituição. Isso foi algo que a gente trouxe para dentro do nosso planejamento estratégico da instituição e fez ser algo que fosse da instituição, a partir disso a gente começou a fazer essas capacitações. No momento, mais no sentido do trabalho das educadoras, estamos reforçando essa parte primeiramente, até mesmo a questão do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para gente conseguir entrar no atendimento social com elas, trabalhar a instituição, o público atendido. É uma questão porque como a gente tem esse convênio com a prefeitura, a gente não tem o controle sobre quem vai trabalhar aqui e se essas pessoas são capacitadas para trabalhar, então é um trabalho que temos que fazer anualmente [...] Fora isso, outras estratégias que o Serviço Social vem utilizando são discussões de casos com as educadoras, por exemplo: o usuário tal acontece isso e para intervir nisso a gente está buscando estratégia de estudos de casos diretamente com as educadoras para que elas tenham esse espaço de ter uma troca, um fortalecimento delas também porque realmente, as vezes elas estão acostumadas a outro trabalho, trabalharam anos na política de educação, então realmente fazer esse acompanhamento essa orientação para elas. Então a gente tem trabalhado dessa maneira. Já tem vários planejamentos para o ano que vem, a gente fazer um calendário de capacitações pensando junto com a coordenação da instituição, o Serviço Social e a Psicologia para que elas tenham um dia fixo para parar e conversar sobre tal assunto. Então, já estamos pensando em estratégias, é um*

*trabalho de formiguinha, que nem eu digo, vou fazer no mês que vem três anos de trabalho na instituição e recém começa a aparecer um alinhamento e está indo de acordo com as demandas, com o que é necessário e tem refletido muito no atendimento aos usuários. A gente vê que está refletindo na forma da abordagem, a forma da acolhida, então isso está sendo muito importante e elas enxergando também o Serviço Social enquanto profissional técnico que está ali para prestar um atendimento especializado (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Nesse sentido, fica nítido a relevância de pensar sobre a dinâmica da gestão do trabalho e dos trabalhadores nos espaços sócio-ocupacionais das OSCs vinculadas a política de Assistência Social e o Serviço Social proporcionado uma importante mediação a partir de seus conhecimentos próprios atrelados a uma leitura da realidade, confirmando também o trabalho dos(as) assistentes sociais na gestão das OSCs. Além da importância de considerar as particularidades de cada espaço e a dimensão profissional e subjetiva de cada trabalhador, os “incorporando-os ao processo de gestão, que sejam os protagonistas das estratégias de organização das condições técnicas e éticas do trabalho, superando modelos de gestão centralizados e verticais (BERWIG, 2018, p. 58).

No que se refere as condições para a execução do trabalho nas OSCs, essas serão abordadas no decorrer do trabalho a partir do duplo entendimento de:

*Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras” (GUERRA, 2007, p. 1-2).*

Nesse tocante, as assistentes sociais revelaram que possuem relação de emprego formal via carteira assinada. Duas profissionais têm carga horária trabalho de seis horas diárias, correspondendo a trinta horas semanais, em consonância com a Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010, uma conquista coletiva da categoria que define a jornada máxima de trabalho dos (as) assistentes sociais em 30 horas semanais. A Assistente Social 02, realiza carga horária semanal de quarenta horas de trabalho, em acordo com as diretrizes da sua instituição:

*Eu tinha 30 horas porque a gente tinha garantido 30 horas pela legislação. Isso foi uma opção minha, quem estava com 40 horas tinha um plus de 20% a mais no salário, que para mim era um valor bem importante nesse momento da minha vida, aí eu fiz a opção e abri mão das 30 horas e fiquei com 40 horas e tenho esse plus financeiro. [...] Como eu viajo, ocorre que eu não consigo tirar todas as 30 horas, eu sempre ultrapasso essa carga horária e ainda estava perdendo a oportunidade de receber esse recurso financeiro que para mim nesse momento ia me ajudar muito. Então, eu tive que assinar um documento porque foi uma opção minha, retomar as 40 horas (Extrato de fala Assistente Social 02).*

A profissional da fala supracitada, ainda informou que a sua organização fornece um incentivo para que os trabalhadores tenham uma formação continuada, “*um programa de incentivo na instituição, que quem tem nível superior ganha x por cento a mais, quem tem especialização ganha mais, mestrado, doutorado e pós-doutorado também, aí tem uns incentivos para a gente se qualificar*” (Extrato de fala Assistente Social 02). As assistentes sociais afirmam estarem satisfeitas com as suas condições materiais de trabalho, conforme as falas que seguem:

*Com relação as estruturas, temos sala própria para fazer os atendimentos, mas a gente está passando por um processo de reestruturação, inclusive das salas, hoje eu não tenho sala de atendimento, mas porque está sendo reformada no novo endereço. Hoje a instituição me dá um celular para trabalhar, o notebook que eu utilizo também é da instituição, inclusive eu estava trabalhando em casa com os equipamentos da instituição. Quando eu tenho que fazer atendimento aí eu, como não tenho sala no momento, eu tenho que ajeitar, aqui que são várias salas, daí eu agendo um horário para eu ocupar uma sala para atendimento. Mas eu sei que não é a realidade de todos, os equipamentos “aí fora” estão bem precários, mas aqui não, graças a estrutura toda que a instituição tem (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*Tenho uma sala própria, autonomia, eu pego o carro e viajo o estado inteiro, eu tenho uma autonomia total, no sentido que eu faço a minha solicitação de viagem para acompanhar projetos sociais, acompanhar conferências ou visitar instituições, enfim, não tem nenhuma objeção em relação a isso. Apoio financeiro para todos os projetos que eu faço, está tudo certo [...] nunca em algum momento um presidente ou gerência me proibiu de desenvolver um trabalho tal, a proposta que eu apresentar de trabalho em relação ao tema do social, ela sempre é bem-vinda (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*A estrutura da instituição eu realmente não tenho que falar, são muito boas. O assistente social na instituição tem uma sala privativa, que garante todos os direitos dos usuários desde o sigilo que é fundamental ao sigilo, a questão estrutural, a minha sala é ampla, então a questão de um atendimento com famílias eu posso estar fazendo na minha sala, porque é muito boa bem ampla e proporciona a garantia de um bom atendimento nesse sentido. A questão das visitas domiciliares eu posso estar realizando com o carro da instituição com motorista, hoje nós temos dois veículos tanto para fazer entregas de cestas básicas nós temos caminhonete e a visita domiciliar utilizamos o carro. Então assim, a questão de estrutura eu tenho toda, desde ferramentas como telefone, computador, eu tenho tudo o que eu preciso para realizar o meu trabalho. Então, hoje eu tenho tudo o que eu preciso de ferramentas para minha atuação (Extrato de fala Assistente Social 03).*

A Assistente Social 03 relatou sensação de insegurança em razão ao seu vínculo empregatício, que está relacionada a venda da sua força de trabalho regulada por um contrato. A partir da fala é possível perceber a influência dessa relação laboral para o trabalho profissional:

*A única coisa questão que deixa insegurança é o vínculo empregatício realmente, então tu estar de forma contratada tu se torna meio submissa, não sei se seria isso, mas tu ficas mais insegura diante da tua atuação. E a gente sabe, que nós somos profissionais críticos, muitas vezes a gente está contra a maré, muitas vezes, está todo mundo indo para um lado e a gente tem que ser o profissional que faz o contra, digamos, mas é porque a gente olha para os atendimentos, para os nossos usuários. Então, a partir do momento em que a gente vê que algo vai contra a garantia de direitos a gente tem que estar mesmo se posicionando e falando né. Então isso causa uma insegurança, essa forma de contrato que é via CLT (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Podemos verificar algumas questões que influenciam no processo de trabalho institucional das OSCs, como a questão dos recursos (humanos e financeiros) para manter e gerir o seu funcionamento. Nesse capítulo, vimos a multiplicidade de formas que as organizações encontram para se manter em pleno andamento. Alguns avanços conquistados, como o MROSC, que estabelece as parcerias com a administração pública para a execução de políticas públicas. Nuances envoltas nas parcerias público-privadas nas políticas sociais sob a hegemonia das políticas neoliberais. Elementos que perpassam as condições materiais de trabalho quanto ao aspecto estrutural e circunstancial postas na realidade material e as condições subjetivas de trabalho, que são relacionadas aos sujeitos, às suas escolhas, sua qualificação e competência profissional, suas singularidades emocionais – os quais ainda serão abordados no próximo item.

Um dos desafios colocados hoje desse espaço sócio-ocupacional, é a “melhoria da qualidade e eficiência da gestão de organizações e programas sociais que o compõem, sendo exatamente nessa questão que se faz de vital importância a atuação de profissionais de áreas específicas ligadas às ciências humanas e sociais” (COSTA, 2005, s/p). Denota a relevância da inserção do trabalho especializado e qualificado dos(as) assistentes sociais nas OSCs, a partir do potencial de suas competências e atribuições profissionais na área das políticas públicas. E também, como já ressaltado, através do comprometimento do projeto profissional do Serviço Social, que possui a finalidade de construir e ampliar processos emancipatórios e participativos necessários ao fortalecimento da cidadania e dos direitos sociais à guisa da subsunção da ordem societária do capital a uma sociedade sem exploração/dominação de classes. Elementos esses que serão problematizados no próximo item, no intuito de produzir reflexões sobre as particularidades do trabalho dos(as) assistentes sociais nas OSCs.

### 3 O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: MEDIAÇÕES NA REALIDADE DE TRABALHO

“Somos profissionais que trabalhamos entre estrutura, conjuntura e cotidiano, porém é no cotidiano que se movem as nossas ações profissionais, que o nosso trabalho profissional se realiza” (MARTINELLI, 2011, p. 2).

Tomamos emprestadas as palavras de Martinelli (2011), para dar início as discussões que envolvem as particularidades da realidade profissional dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em processos de trabalho das OSCs, em particular, no âmbito da Política de Assistência Social, ênfase das análises desse capítulo. Posto que, o exercício profissional deve ser desvendado dialeticamente, levando em consideração as relações de estrutura, conjuntura e cotidiano que redimensionam e determinam elementos constitutivos da formulação do trabalho.

Como refere Martinelli (2011), é na vida cotidiana que assistentes sociais exercem a profissão, em um espaço contraditório e complexo, onde as relações sociais e as demandas profissionais se expressam. Nessa perspectiva, o entendimento do Serviço Social como um trabalho especializado e coletivo que integra os processos de trabalho de diferentes instituições, indica a necessidade de contextualizar tais elementos a partir de dados teóricos e empíricos – como será exposto nesse capítulo – que forneçam subsídios para a compreensão do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) nas dinâmicas das relações institucionais. As quais perpassam os espaços socioprofissionais, as relações de poder, as políticas sociais e os processos de luta sociais mais amplos nas arenas de uma sociedade capitalista.

No contexto do capitalismo contemporâneo, de “globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação” (RAICHELIS, 2011, p. 430), para a sua reprodução ampliada emergem processos de reestruturação das formas de organização do trabalho e, as já mencionadas, políticas neoliberais. Conforme Raichelis (2011), nessa dinâmica ocorrem grandes transformações no trabalho e na vida social, pois consolidou-se o binômio flexibilização/precarização no mundo do trabalho, que é um elemento central das políticas neoliberais, que inibem a organização dos trabalhadores.

O avanço do receituário neoliberal nos países latino-americanos, difundiu uma velha forma de exploração colonial reatualizada no modo de produção capitalista que superexplora a força de trabalho nos países dependentes<sup>45</sup> por meio da generalização de formas de trabalho

---

<sup>45</sup> Corresponde a subordinação do Estado as demandas do capital financeiro internacional. Marini (2000, p. 109), entende a dependência como: “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

precárias e da omissão da proteção social dos trabalhadores. Assim, resgatam-se valores meritocráticos e uma visão atomizada dos sujeitos. Estimula-se que as ações na área da seguridade social, por exemplo, sejam fomentadas com perfil individual e de solidariedade, para que assim, a população se auto responsabilize por ações que caberiam as políticas públicas de Estado. Nesse escopo, a economia, o modo de produção e a política são tomados de maneira abstrata, o mercado é considerado o motor da história e do real (BROWN, 2019).

Nesse escopo, o conjunto de trabalhadores assalariados vulneráveis a tais transformações, inclui assistentes sociais, que do mesmo modo, vivem a tensão de vender a sua força de trabalho nas tramas do capitalismo, que cada vez mais produz a intensificação do trabalho, processos de alienação e restrição da autonomia laboral. Nessa conjuntura se encontram os espaços socioprofissionais, em que as profissões exercem suas atividades laborais (RAICHELIS, 2018).

O trabalho com políticas sociais, ocorre em uma perspectiva de uma gestão da ação pública ancorada na “cultura do gerencialismo empresarial”, como já apontado na realidade de trabalho das OSCs nas quais trabalham os sujeitos dessa pesquisa. Esse modelo empresarial de planejamento do processo de trabalho “esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão” (RAICHELIS, 2011, p. 433). Concretamente, inibe o pertencimento de classe entre os trabalhadores e reduz a intervenção no âmbito social e no campo político como um espaço coletivo, os quais são preteridos pela ordem egoísta e imediata mercantil.

Cabe salientar, que de modo histórico a expansão das políticas sociais resultou de contextos de restrição de direitos civis e políticos permeados pela luta de classes e a correlação das forças dominantes. Sendo por um lado o espírito reformista do movimento dos trabalhadores e por outro, instrumento de reprodução das relações sociais de produção do modelo capitalista. Dessa confluência, emergiram políticas de Estado que atendem demandas relacionadas as condições de vida dos trabalhadores e que também, atendam demandas da classe burguesa e, por conseguinte a consolidação do modo de produção capitalista (BEHRING, BOSCHETTI, 2008). Diante disso, é de suma importância que assistentes sociais reconheçam em seu trabalho a contradição presente no *ethos* das políticas sociais em uma sociedade capitalista, para não se transformarem em meros executores destas. Dada a correlação das finalidades da atuação das políticas sociais nas relações sociais, como instrumento de fortalecimento do modo de produção capitalista, da mesma forma que incorpora demandas sociais ao Estado. Ou seja, também se configura como instrumento para suprir as necessidades e reivindicações da classe trabalhadora.

Raichelis (2011), aponta também como um desafio no cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais, um trabalho com as mais dramáticas expressões da questão social, que revelam a dureza da realidade enfrentada pela população brasileira,

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o *prazer* diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o *sofrimento, a dor e o desalento* diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (RAICHELIS, 2011, p. 434-5, grifos no original).

As assistentes sociais entrevistadas, relataram algumas adversidades que percebem nas relações cotidianas nas organizações em que trabalham. Como o fato de sentirem-se como trabalhadoras únicas, pois são as únicas profissionais da área na instituição, conforme o relato da Assistente Social 02:

*O que eu sinto, até por esse lado mais emocional e de materialização profissional, o que eu me sinto é, na verdade, sozinha, muito sozinha, eu não tenho uma outra colega profissional para sentar, para discutir casos, isso eu não tenho. Porque eu vou conversar com algum colega e ele tem um olhar diferente, as vezes até ajuda, mas não naquilo da gente sentar e pensar juntos e na área da assistência social nós queremos isso. Cada um fica puxando a “brasa para o seu assado” (Extrato de fala Assistente Social 02).*

Com relação a novas requisições que são solicitadas para o trabalho do Serviço Social, as assistentes sociais destacaram que:

*Devido a pandemia uma exigência para agora que pegou todo mundo é tu saber mexer em todas as plataformas digitais, tu tens que saber. Uma coisa que eu nunca quis para mim, que eu sou obrigada a fazer hoje, porque eu sempre fui muito tímida, não assim conversando, mas para falar com muitas pessoas assim eu fico meio travada e uma das exigências é que a gente faça isso hoje. Tu és obrigada a dominar redes sociais, lives e aplicativos (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*A questão do planejamento institucional aqui, era algo que o profissional participava, mas não era o responsável, hoje em dia se tornou uma responsabilidade do Serviço Social, até de estar a fazer reuniões, encontros para discussões. Então o planejamento foi algo que se tornou responsabilidade do Serviço Social, que antes era para os gestores da instituição. Hoje em dia também, o Serviço Social está muito atrelado a captação de recursos, eu nem digo muito da captação por projetos, mas sim por meio de eventos, estou na execução, na organização e antes eram equipes, aí tinha equipes e uma organizava eventos, outra ficava na questão das parcerias, de grupos parceiros para a instituição (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Cabe pontuar que a Assistente Social 02 exerce em sua instituição a função de coordenadora dos programas sociais; a Assistente Social 03 até o momento da entrevista exerce a função específica como tal, mas lhe foi solicitado que a partir do mês de outubro de 2021 exerça a coordenação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da sua organização. E a Assistente Social 01 exerce estritamente essa função na sua organização. As profissionais expressam que nos processos de trabalho das OSCs, é necessário ter características profissionais proativas e dinâmicas, *“se tu não tiveres esse dinamismo, tu não consegues desenvolver nenhum trabalho. Os recursos são limitados”* (Extrato de fala Assistente Social 01); *“[...] seja um profissional proativo, também criativo e propositivo”* (Extrato de fala Assistente Social 03).

É importante que se tenha cuidado com a sobrecarga de tarefas e funções que estão envoltas nas características citadas, demandando novas requisições de trabalho as profissionais para exercer várias funções no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como afirma Iamamoto (2012, p. 32), *“O trabalhador deixa de ser um trabalhador “especializado” – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições”*. Caracterizando um trabalhador com contornos de polivalência.

A Assistente Social 03, que está inserida em uma instituição que visa trabalhar o fortalecimento de vínculos com crianças e adolescentes, relatou que simultaneamente são atribuídas outras demandas ao trabalho, que recaem, sobretudo, em atividades de cunho mais organizativo operacional. A profissional também referiu que para trabalhar com demandas de violências, que são as que mais despontam em seus atendimentos, é preciso mais condições de trabalho no sentido de um tempo hábil e disponível para se dedicar a tais atendimentos. Expondo uma contradição entre as demandas burocráticas e o trabalho profissional. Desse modo, salienta:

*As demandas institucionais para o assistente social a gente tem que estar tomando esse cuidado assim para não ficar muito pressa nisso, nessa caixinha, porque realmente é uma coisa que te consome muito, porque aqui o Serviço Social está muito na alimentação de dados num sistema institucional mensal. Esse sistema é das informações de modo geral desde as entregas de materiais (alimentação, vestuário) que o Serviço Social faz, até os atendimentos e oficinas ofertadas. Então, perpassa por dados de todos os setores e sobretudo o que acontece na instituição, então, isso por si só já é uma demanda que te consome bastante, porque tem toda essa questão de juntar todos os atendimentos, todas as oficinas, então é algo que te consome bastante* (Extrato de fala Assistente Social 03).

Nesse tocante, importante referir certa intensificação dos processos de trabalho para dar conta da realização de tarefas que contribuem para o âmbito da gestão da instituição, mas que são demandadas cumulativamente com os atendimentos a população usuária. Do mesmo modo, que requerem um maior ritmo de trabalho no mês para dar conta das cobranças e exigências a manutenção de dados, como também a disposição de um trabalho intelectual e de responsabilidade, “que afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático” (RAICHELIS, 2011, p. 433). Caracterizando uma precarização do trabalho da assistente social que tem que dar conta, simultaneamente, de atividades de preenchimento de dados e de atendimentos aos usuários, logo, isso se desdobra na precarização dos serviços.

A pandemia iniciada no ano de 2020, causada pelo COVID-19, foi um elemento acentuado e citado amplamente pelas assistentes sociais no decorrer de suas entrevistas e que se refere ao contexto de trabalho, no sentido de que, afetou completamente a sua forma de funcionamento e organização nas OSCs. De acordo com o extrato de fala da Assistente Social 01, “*não existe quem não tenha ficado abalado com esse período, até vendo tantos colegas indo embora. Mas a instituição, tenta dar esse suporte a gente tem um acompanhamento psicológico, eles disponibilizaram esse profissional para fazer os atendimentos*”. Posto que, uma das principais consequências para as assistentes sociais foi a demissão de colegas do quadro de trabalhadores e a redução de salarial, como expressam:

*Quando eu iniciei na instituição, eles tinham um núcleo, que era um núcleo de atendimento socioassistencial. Nesse núcleo, nós éramos uma equipe muito grande, nós tínhamos 06 assistentes sociais, auxiliar administrativo, tinha um responsável por um comitê que também era outro auxiliar administrativo, tinha alguns estagiários, daí devido a pandemia o pessoal foi sendo demitido. Hoje eu sou a única que ficou até por questão de salário eu fazia 04 horas na época, ganhava um pouco menos, então o pessoal mais antigo acabou, infelizmente, sendo demitido (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*A questão dos eventos da manutenção da instituição, nós ficamos uns 4 meses indo trabalhar, só que ali pelo 5 mês de pandemia a gente optou por reduzir a carga horária, até porque a instituição optou pela redução do que a demissão. Então não foi demitido nenhum funcionário, mas todos reduziram a carga horária de trabalho e conseqüentemente, o salário. [...]. Nesse primeiro ano de pandemia, fragilizou bastante o vínculo da instituição com as famílias e mais do que nunca correndo atrás da manutenção da instituição, dos funcionários e nesse ano de 2021 entramos novamente nessa redução de jornada de trabalho e salarial e aí sim, alguns funcionários foram demitidos pela questão de não estarmos fazendo o atendimento presencial aos usuários, então nossa demanda presencial na instituição diminuiu e por isso, foi feito esse corte de trabalhadores. Agora já voltamos a atender presencialmente de novo, de 149 usuários que hoje temos na instituição, 70 voltaram para o atendimento presencial (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Sendo o próprio distanciamento um grande impacto, uma vez que as ações profissionais necessitam de um processo de diálogo entre as assistentes sociais e a população usuária. Ocasionalmente ocasionando uma desmobilização em decorrência da paralisação do trabalho presencial institucional e a necessidade de estratégias para retomar os trabalhos junto com usuários e suas famílias:

*Acompanhamentos individuais, estes continuaram, só que agora de uma forma diferente porque eu atendo mais por demanda, o jovem apresentou uma demanda durante as aulas remotas porque a gente tem uns instrutores que atendem esses jovens e aí durante a atividade remota ou devido faltas né, evasão, acionam o Serviço Social daí encaminham o jovem, verificam se ele tem interesse no atendimento e eu tenho essas conversas com eles de forma remota, por chamada de vídeo do WhatsApp. Claro que tem impasses, porque normalmente o jovem está num espaço muito pequeno ou perto de pessoas que ele não pode falar ou de quem ele não pode falar, o problema está ali no lado dele, então nesse sentido. Só que também, foi a única forma que a gente conseguiu fazer esse trabalho continuar, minimamente dar andamento. É alguma forma de se continuar trabalhando (Extrato de fala Assistente Social 01, grifo nosso).*

*Pandemia atingiu muito a nossa instituição. Todas as ações que a gente tinha programado “caíram por terra”, porque a gente trabalha muito com ações coletivas, são saídas de campo, são reuniões, muita atividade coletiva. Até olhando pelo lado do aspecto financeiro esse modelo de trabalho é perigoso, porque ele fica mais barato para a instituição, a gente trabalha muito de forma coletiva e aí a gente não pode mais (Extrato de fala Assistente Social 02, grifo nosso).*

*O atendimento é uma coisa que estamos tendo que trabalhar novamente, porque assim, o vínculo família e instituição não foi rompido, mas ele se fragilizou um pouco, porque com essa questão do distanciamento muitas famílias deixaram de buscar, não procuravam, então a gente teve que fazer essa questão de ligar para todas as famílias, até mesmo para saber como eles estavam e de que maneira a pandemia afetou eles, no que nós poderíamos estar auxiliando. A gente teve que fazer esse trabalho de busca ativa mesmo [...]. Teve algumas famílias que sim, nos buscaram com frequência, procuravam ligavam, mas teve outras que a gente tinha que estar sempre indo atrás para ver se tinha alguma necessidade ou se precisava de algum atendimento, ver algum encaminhamento, alguma coisa que fossem necessárias (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Nas falas destacadas acima, evidencia-se que as assistentes sociais tiveram que reestruturar algumas formas interventivas, respeitando os protocolos sanitários, em razão do período pandêmico, sem cessar os atendimentos e o funcionamento das organizações. Apontam para a intensificação do trabalho durante esse período, principalmente, para o provimento de recursos emergenciais para a população atendida pela instituição:

*Em relação aos nossos usuários, tu não tens noção do quanto aumentou de demandas, eu fico impressionada, é muita gente que tinha subemprego, vamos chamar assim, que tiveram que voltar para casa e voltar para o meio rural. E aí, esse meio rural não possui as condições adequadas para poder suprir as condições de alimentação de todos, então tu não tens noção do quanto aumentou nossos números de famílias, que nós chamamos de assessorada, o quanto aumentou o número de famílias nos*

*municípios. Eu fico impressionada, quando a gente vê em Porto Alegre/RS a situação da população em situação de rua que também aumentou muito parece que no interior não tinha chegado nesse nível, mas chegou. Intensificou o nosso trabalho, aumentando muitas demandas e essa questão a gente se envolveu muito com os cuidados com a saúde e a questão das cestas básicas (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Seguimos fazendo diversas estratégias como leilão virtual, lives de roupas online, tudo isso porque tomou uma proporção muito grande o online durante a pandemia, então a gente tentou se reinventar nessa questão também [...]. E isso nos deu um retorno muito bom sabe, no nosso primeiro leilão nosso objetivo era arrecadar cestas básicas ou valores para gente comprar os alimentos e montar as cestas básicas para entregarmos para todas as famílias. E isso foi alcançado, esse evento tomou uma proporção muito grande, foi muito bom nosso retorno e a gente conseguiu com que todas as famílias da instituição recebessem esse aporte nutricional. Claro, que a gente sabe que para algumas famílias isso é só para 10-15 dias, que realmente foi só um auxílio, porque tem famílias que a gente atende que são numerosas, mas foi o que a gente conseguiu de primeiro momento. Mas, a gente seguiu fazendo alguns eventos que dava (Extrato de fala Assistente Social 03).*

É notório o atendimento e apoio direto das OSCs à população afetada pelo COVID-19, os dados que emergiram da pesquisa de campo convergem com os dados apresentados no estudo sobre o Impacto da COVID-19 nas OSCs Brasileiras, coordenado pelas redes Mobiliza e ReosPotners no ano de 2020, com uma amostra de 1.760 representantes de organizações de todas as regiões do país, sendo a maioria (34%) atuantes na área da política de Assistência Social. O estudo revelou que 73% das OSCs relataram que a pandemia intensificou suas intervenções e enfraqueceu suas estruturas, principalmente pela escassez de recursos financeiros. Além de outros impactos negativos, 55% citaram o distanciamento e dificuldade de comunicação com o público atendido e 40% o estresse ou sobrecarga da equipe.

Destaca-se ainda, entre as ações de apoio direto a população usuária a distribuição de alimentos e produtos de higiene, além da realização de atividades de prevenção e conscientização da COVID-19. Esse foi mais um elemento citado pelas assistentes sociais entrevistadas, que consideram até que “*houve a intensificação do trabalho, só que mais para o lado assistencialista*” (Extrato de fala Assistente Social 01). Posto que, a procura por doações nas OSCs aumentou significativamente, fazendo com que muitas organizações discutissem o impacto disso no alinhamento da missão institucional e de uma retomada a práticas pontuais e imediatas de ajuda. Como menciona o já referido estudo:

*Muitas organizações relatam que o processo de ajuda humanitária deve durar mais tempo do que era imaginado no início da pandemia. Além disso, dados de pesquisas indicam que os impactos na economia devem seguir para além do fim do isolamento social, mas é difícil precisar até quando a ajuda humanitária será necessária e, portanto, como será a atuação das OSCs nos próximos meses em relação ao atendimento emergencial e como isso vai impactar a missão e a operação regular das OSCs (MOBILIZA; REOSPOTNERS, 2020, p.14).*

Nesse sentido, uma assistente social entrevistada reitera que:

*A pandemia afetou bastante e mostrou para que vieram as OSCs [...]. Claro, é preocupante também porque as OSCs hoje em dia estão fazendo mais o papel do assistencialismo. Mas foi necessário, porque não tem como ver as pessoas passando fome e frio sem intervir, então foi uma atitude emergencial, mas também causa um pouco de receio que se prevaleça e se mude o papel que vinha sendo desempenhado pelas OSCs, a gente estava conseguindo que saísse um pouquinho dessa visão mais assistencialista e fosse para a questão de direito de fato. E com a pandemia meio que a gente perdeu essa mão assim, de tentar levar isso adiante, mais essa parte que eu acho preocupante (Extrato de fala Assistente Social 01).*

O fato é, que a crise provocada pela pandemia COVID-19 é transversal ao sistema capitalista, como efeito faz emergir desigualdades históricas da formação social brasileira que, em certa medida, ficam latentes em decorrência da falta de visibilidade pública no período que antecede o contexto pandêmico. Evidencia a dimensão de vulnerabilidade de determinados segmentos que possuem poucas condições objetivas de enfrentar uma pandemia de proporções mundiais. Desnuda as acentuadas desigualdades sociais e econômicas presentes no interior do país, explicitando que a condição e o modo de vida da população possuem influência decisiva na sobrevivência desta crise, que além de sanitária, é social. Nessa direção, as medidas emergências de proteção social na realidade pandêmica brasileira, devem ser pensadas na integralidade do conjunto das políticas de seguridade social. Considerando o acirramento das contradições sociais já existentes e a possibilidade de uma intervenção substantiva na realidade da população.

Nessa perspectiva, apesar de no cotidiano de trabalho institucional a população usuária apresentar demandas de provimento material, é preciso evidenciá-la como uma ação provisória para atender uma necessidade imediata em um primeiro momento da intervenção profissional. Com vistas, a não caracterizar somente uma ação que corrobora com a reprodução de sinais sociais e de dependência por parte dos sujeitos usuários. Conforme foi verificado, no período pandêmico, houve um aumento expressivo de situações de vulnerabilidades sociais, em grande parte, relacionada a escassez de recursos para a sobrevivência da população usuária. Nesse aspecto, as assistentes sociais precisaram mediar o atendimento a tais situações com o trabalho, ou seja, buscar atender as demandas concretas destes usuários, até por ser também uma demanda da própria instituição.

O contexto emergencial pandêmico pede intervenções que, primeiramente, satisfazem as necessidades imediatas da população atendida, pois conforme salienta Marx (2004), o ser humano movido por suas grosseiras necessidades se embrutece, não possui sensibilidade para

se relacionar e isso desencadeia uma série de outras expressões da questão social, como por exemplo, a violência, citada na fala a seguir:

*Com a pandemia, muitas questões sociais se agravaram, então nosso trabalho ficou maior ainda em razão de questões de violência, inúmeras, que a gente teve que estar fazendo encaminhamentos para rede de proteção. Então, aumentou muito nesse sentido, porque antes as crianças passavam o turno inverso a escola aqui na instituição, estavam aqui e agora elas passaram a ficar o período total em casa, inclusive com as famílias desempregadas e isso aumentou algumas demandas de violência (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Nesse escopo, entende-se a importância de atendimentos que a priori deem conta das necessidades imediatas da população usuária desencadeadas pela situação pandêmica. No entanto, frisa-se que o trabalho não deve se restringir a somente este aspecto, deve ser realizada novas abordagens para dar continuidade aos atendimentos e para processos reflexivos de condição de classe, ampliação de cidadania, acesso a direitos sociais, entre outras questões.

Nessa conformidade, é possível perceber os processos multidimensionais da estrutura social que afetam o trabalho institucional, inclusive, repercutem para fora dele, na vida dos trabalhadores. As instituições empregadoras, públicas ou privadas, definem as demandas a serem atendidas por assistentes sociais, recortes de expressões da questão social. Além é claro, do suporte material para o desenvolvimento do trabalho como, recursos técnicos, institucionais e financeiros, elementos que podem conformar sentidos e resultados sociais bem distintos aos objetivos da profissão. Assim existem dilemas que perpassam por todos os espaços ocupacionais, cujas particularidades carecem de aprofundamento e pesquisas nas situações e relações socioprofissionais concretas em que assistentes sociais se inserem. Dessa forma, no item a seguir, serão abordadas as particularidades do trabalho dos(as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais das OSCs.

### 3.1 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Com base na teoria marxista, exposição apresentada anteriormente no capítulo 02, compreende-se o Serviço Social como um trabalho especializado que se insere em processos de trabalho, no sentido que o trabalho é “atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado” (IAMAMOTO, 2009, p.33). Portanto, o(a) assistente social na condição de

trabalhador(a) especializado(a), necessita de um objeto de trabalho para intervir e meios/instrumentos para efetivação do seu trabalho para gerar produtos a partir de sua intervenção (IAMAMOTO, 2009). Assim, o seu trabalho está sujeito a determinadas condicionalidades, posto que, quando o(a) assistente social vende sua força de trabalho, a instituição empregadora organizará o processo de trabalho no qual fará parte, atribuindo da mesma forma, demandas institucionais.

Diante disso, desponta a relevância da produção de conhecimentos capazes de decifrar o Serviço Social na realidade, especialmente, porque a sua inserção em processos de trabalho expressa uma determinada concepção da matriz explicativa da profissão, “numa conjuntura societária de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e, também, fragiliza essa conjugação” (CLOSS, 2015, p. 14).

Desse modo, parte-se do conceito de Closs (2015), que concebe os fundamentos do Serviço Social como matriz explicativa da realidade e da profissão, gestada no movimento histórico da sociedade, a qual contém dimensões que desvendam a realidade particular do Serviço Social,

Os Fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político (CLOSS, 2015, p. 13).

O Serviço Social como profissão carrega um pressuposto de interpretação da vida social que emana na sua inserção na divisão sociotécnica. Desse modo, apreender a realidade de trabalho dos(as) assistentes sociais, inclui abordar os fundamentos do Serviço Social, pois entende-se que estes alicerçam e movimentam sua intervenção. A partir da dimensão teórico-metodológica que comporta as bases explicativas da compreensão da realidade, da profissão e dos processos societários, possui como eixo de análise a teoria marxista. E a dimensão ético-política que é a direção ideopolítica da profissão, os valores e compromissos que orientam o trabalho, a formação e produção de conhecimento (CLOSS, 2015).

Assim, para Closs (2015) os fundamentos do Serviço Social têm como núcleo central a teoria marxista e os valores emancipatórios para a abordagem teórica da categoria questão

social, reconhecida como matéria do trabalho dos(as) assistentes sociais e como eixo para apreender as demandas profissionais dos espaços ocupacionais na correlação das formas de atendimento as expressões da questão social, tanto pelo Estado como pela Sociedade Civil. E das categorias trabalho e processos de trabalho para a análise da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e o seu significado social,

[...] a baliza da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização do trabalho que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conformação de um projeto profissional sustentado em valores de cunho emancipatório, condensando uma direção social contra hegemônica da sociabilidade burguesa; análise da historicidade da profissão, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas em sua trajetória (CLOSS, 2015, p. 59).

Isto é, os fundamentos do Serviço Social consolidam para o exercício profissional, assistentes sociais capazes de ler a realidade social de forma totalizante, alicerçados em uma vertente teórica marxista que sustenta sólidas competências para a intervenção no âmbito das múltiplas expressões da questão social a partir de uma direção social emancipatória, que se conformam nas relações que a profissão encontra na divisão social e técnica do trabalho (CLOSS, 2015).

De forma que, o Serviço Social configura-se como uma profissão com essência interventiva, seu trabalho deve ser pautado em consonância com as particularidades da profissão que possui como objeto de trabalho a questão social em suas expressões. A questão social é compreendida como a contradição fundante da sociedade capitalista, entre capital e trabalho, que produz processos sociais<sup>46</sup> como: desemprego, violência, fome, pobreza, greves, movimentos sociais, dentre outros, que se manifestam nos processos particulares e na subjetividade<sup>47</sup> dos sujeitos atendidos nas instituições nas quais os(as) assistentes sociais se inserem. As expressões da questão social são apreendidas pelo(a) assistente social a partir do desvendamento do modo como as desigualdades e resistências são experimentados pelos sujeitos que as vivenciam em suas relações cotidianas (IAMAMOTO, 2012).

Ao dar forma ao seu trabalho o(a) assistente social deve articular de forma indissociável as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que

<sup>46</sup> Os processos sociais como desemprego, fome, violência, greves e movimentos sociais dentre outras expressões da questão social são produzidos pela totalidade das relações de produção compostas pela base material e pela superestrutura ideológica (IAMAMOTO, 2007).

<sup>47</sup> Compreendida a partir dos processos sociais que são subjetivados na consciência dos sujeitos, pois nos termos de Marx e Engels (2005), não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

direcionam o trabalho da profissão e conseqüentemente, a materialização do projeto profissional do Serviço Social. Na medida que, o trabalho condensa todas as competências constitutivas da profissão, existe a necessidade de um maior entendimento de como elas são articuladas no processo de trabalho em que participam.

É relevante, a partir das reflexões teóricas levantadas por Yamamoto (2012), explicar de forma sucinta as três dimensões das competências profissionais:

**Competência ético-política** – o(a) assistente social não é um(a) profissional “neutro”. Sua prática está à guisa de um projeto ético-político profissional que se constitui orientado por uma teleologia emancipatória, a qual visa a construção de uma nova ordem social a partir da eliminação da exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Isto é, uma sociedade justa e igualitária fundamentada por meio de valores como equidade, liberdade, consciência de classe e distribuição da riqueza. Por esse ângulo, sua execução plena é incompatível com a ordem societária vigente, pois vai na sua contramão. Assim, se torna imprescindível que o(a) assistente social cotidianamente em sua prática profissional, ative e aprofunde seu alinhamento com o projeto ético-político profissional do Serviço Social, concomitante a um trabalho comprometido com os valores ético-morais expressos no Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais.

**Competência teórico-metodológica** – o(a) profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural dos segmentos populacionais atendidos. Para isso, faz-se necessário um aprofundado conhecimento teórico para apreender o movimento da dinâmica da organização social do modo de produção capitalista, os elementos que a constituem, seus reais interesses e necessidades de funcionamento, lhe permitindo enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes. Uma competência teórica para captar e reconstruir os processos sociais experienciados pela população usuária, com a finalidade de possibilitar o conhecimento do modo e das condições desses sujeitos para embasar a construção possibilidades profissionais que atendam às necessidades da população que busca os serviços sociais;

**Competência técnico-operativa** – alicerçada nas outras duas competências, é reconhecida como a dimensão que expressa o modo de ser da profissão. O(A) assistente social deve ser capaz de conhecer, apropriar e criar uma série de habilidades, instrumentos e competências técnicas que o auxiliem no trabalho desenvolvido junto à população usuária. Essas habilidades devem possibilitar ao profissional a capacidade de responder às demandas colocadas pela instituição empregadora em conjunto com objetivos estabelecidos pelas suas competências e atribuições profissionais.

As competências profissionais encontram-se interligadas de tal forma que, uma não se constitui sem a outra, mas, ao mesmo tempo, possuem qualidades distintas, como reitera Santos (2013, p. 26) “apesar de se constituírem em uma relação intrínseca, cada qual possui uma especificidade, uma natureza, um âmbito”. Desta forma, cada competência detém importância específica para o trabalho. A competência teórico-metodológica corresponde ao vetor teórico marxista utilizado pela profissão para realizar leituras da realidade; a competência técnico-operativa corresponde ao modo como utilizo esse conhecimento, por exemplo, em uma abordagem individual mediante uma entrevista ou em uma abordagem coletiva com um grupo. E a competência ético-política condiz com a teleologia emancipatória e revolucionária que direciona o trabalho profissional. Dessa forma, os(as) assistentes sociais precisam usar tais conhecimentos de modo articulado, porque isolados eles não contribuem com o desenvolvimento do trabalho profissional sob o prisma dos fundamentos do Serviço Social (IAMAMOTO, 2012).

No intuito de desvendar a questão social – objeto do trabalho dos(as) assistentes sociais – na realidade concreta, é imprescindível um conjunto de teorias, ferramentas e habilidades que possibilitam a sua análise por meio da totalidade de processos históricos, econômicos, políticos e sociais para desse modo melhor decifrá-la e assim realizar o trabalho profissionalmente. Assente nisso, o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, que conforme Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 137), é concebido como:

Conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e a técnica, fundamentalmente, a habilidade no uso do instrumental. Disso decorre que o espaço da criatividade no uso do instrumental reside exatamente no uso da habilidade técnica, portanto, reside no agente. Decorre também que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação participante etc.).

As autoras citadas também reiteram que o instrumental não se encerra apenas na execução da ação profissional propriamente dita, de modo que vai desde a concepção da ação, perpassando por sua operacionalização até o momento de avaliação. Isto significa, que o instrumental é uma categoria processual que se (re)constrói a partir das finalidades da intervenção e dos determinantes políticos, sociais e institucionais inerentes a ela (MARTINELLI, KOUMROUYAN, 1994).

Em vista disso, articular os conhecimentos das três competências no uso do instrumental de trabalho dos(as) assistentes sociais, tem sido o grande desafio da categoria

como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Tamanha a importância das três competências, de refletir a função social da profissão, do mesmo modo a sua particularidade na contemporaneidade e de responder de forma qualificada as demandas de trabalho.

Como todo trabalho humano é uma ação teleológica (MARX, 2011), isso pressupõe que de forma consciente o profissional em sua intervenção, a planeje e busque atender suas finalidades planejadas através dos meios que considera mais adequados. Assim, o resultado do trabalho deve ser teleologicamente projetado pelo profissional, levando em consideração as condições e particularidades do seu espaço de trabalho. Nesse escopo, desponta a instrumentalidade no Serviço Social, que corresponde ao uso do instrumental de trabalho articulado a concepção teórica e a finalidade política da profissão (GUERRA, 2009).

Cabe destacar, que a instrumentalidade do Serviço Social não remete ao uso do instrumental de trabalho a partir de uma racionalidade burguesa<sup>48</sup> que visa o atendimento imediato às demandas postas ao trabalho profissional e reproduz a lógica do modo de produção capitalista. Conforme Guerra (2009), a instrumentalidade da profissão é embasada na racionalidade dialética<sup>49</sup> construída a partir da capacidade do profissional dar finalidade ao seu trabalho através da transformação dos objetivos e das condições postas ao trabalho e, portanto, caracteriza-se como a possibilidade de alcançar intencionalmente os objetivos da profissão em forma de respostas profissionais, superando as demandas institucionais. Como salienta Guerra (2000, p. 53),

[...] os profissionais utilizam, criam, adequam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo o trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

É preciso reconhecer que existem limites e possibilidades ao trabalho dos(as) assistentes sociais orientado por uma teleologia emancipatória, inserido em processos de trabalho de distintos espaços profissionais no marco de uma sociedade capitalista. O qual pode esbarrar em rotinas institucionais, mas também, buscar alternativas para além do que está posto.

---

<sup>48</sup> “**Racionalidade burguesa:** é a racionalidade predominante que está subjacente às formas de ser, pensar e agir na ordem social capitalista. Ela possui duas características fundamentais: a naturalização, o formalismo e a abstração. A racionalidade burguesa é a lógica necessária à manutenção da ordem social e tem no positivismo sua mais alta expressão (GUERRA, 2000, p. 58).

<sup>49</sup> “**Racionalidade dialética:** é a razão substantiva e emancipatória. A razão humana e dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância. A racionalidade dialética refere-se a uma lógica objetiva que os processos sociais portam e às condições que permitem a reconstrução desta lógica, pela via do pensamento (GUERRA, 2000, p. 58).

Conforme refere Iamamoto (2012), o exercício da autonomia relativa requer que o profissional não caia no fatalismo que banaliza as necessidades impostas ao trabalho, que o coloca em uma posição profissional de inércia nas tarefas que lhe são atribuídas. Tampouco, cair no messianismo de conceber uma visão romantizada da profissão e de certa forma ingênua, na medida em que acredita ser possível que o Serviço Social passe por cima das contradições estruturais, projetando uma prática inalcançável baseada em idealismos (IAMAMOTO, 2012).

De modo que, as assistentes sociais participantes da pesquisa elencaram as demandas que são requisitadas de modo institucional e as que são desvendadas a partir das relações com os usuários e suas necessidades, isto é, que se apresentam ao trabalho a partir do processo de aproximação a realidade dos usuários demandantes. O quadro abaixo separa, para fins didáticos, as demandas institucionais e as desvendadas:

Quadro 8 - Demandas de Trabalho citadas pelos Sujeitos da Pesquisa

	<b>Demandas Institucionais</b>	<b>Demandas Desvendadas</b>
<i>Assistente Social 01</i>	Garantia de Emprego e Renda	Uso abusivo de drogas
	Qualificação Profissional	Falta de acesso a tecnologias
	Evasão Escolar	Abandono Parental
		Falta de vestuário
		Insegurança Alimentar
		Insegurança Financeira
		Saúde Mental
		Elaboração de Projetos
<i>Assistente Social 02</i>	Garantia de Emprego e Renda	Organização Política/Mobilização da Comunidade
	Assessoria e monitoramento para execução de projetos sociais	Insegurança Alimentar
	Avaliação de atividades nas comunidades	Carência Material
	Diagnóstico/pesquisa de Comunidades Rurais	Saúde Mental
		Violência Doméstica e de Gênero
		Capacitação de Conselheiros Municipais
<i>Assistente Social 03</i>	Atendimento aos usuários e famílias	Carência Material
	Captção de Recursos	Insegurança Alimentar
	Alimentação de Dados Institucionais	Desemprego
	Inserção de Usuários Institucionalmente	Conflitos Familiares
	Estudos Socioeconômicos	Situações de Bullying
		Violência Intrafamiliar
		Violência física, psicológica e sexual

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados nas entrevistas, 2021.

As demandas apresentadas ao trabalho estão condicionadas à natureza e as finalidades dos espaços institucionais e expressam na execução dos seus serviços e projetos. As profissionais relatam que os processos de trabalho nos quais se inserem nas OSCs estão focalizados em determinados públicos que apresentam demandas particulares, as quais são produzidas universalmente pelo modo de produção capitalista, mas se expressam de modos diversos na vida dos usuários<sup>50</sup>.

O trabalho da Assistente Social 01 tem como objetivo promover o acesso a emprego, renda e qualificação profissional a jovens de 14 a 18 anos; o trabalho da Assistente Social 02 visa produzir emprego e renda em pequenas propriedades que produzem com base na agricultura familiar; já a Assistente Social 03 trabalha com os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com grupos de crianças e adolescentes de 06 a 16 anos. Para o atendimento das demandas desses públicos-alvo são planejadas ações que sob o ponto de vista institucional se constituem como objeto de trabalho (vide primeira coluna do quadro 09). Tal processo pode ser ilustrado nos depoimentos a seguir sobre o objeto de trabalho institucional:

*As demandas da instituição seriam mais voltadas para o desemprego e para a falta de qualificação profissional, seria esse o foco (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*Basicamente, funciona assim, a organização trabalha com essa questão da garantia do emprego e renda. [...] Todas as demandas, que chegam para mim na verdade, elas vêm nessa perspectiva aí, de qualificar o trabalho no campo para produzir renda, de se inserir para comercializar (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Seria a inserção das crianças na instituição [...] porque a família precisa trabalhar e não teriam como pagar alguém para cuidar da criança e precisam que ela esteja em um lugar seguro de acolhimento para que a família consiga buscar um emprego, enfim, atender as necessidades básicas dessa família (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Pela fala das profissionais, constata-se que os objetivos principais dos processos de trabalho em que participam se relacionam a superação de expressões da questão social sem considerá-las a partir de suas mediações com outras manifestações da contradição capital-trabalho na vida dos usuários. Para a demanda do desemprego de jovens é planejada a qualificação profissional, para a demanda de escassez de renda na zona rural são planejados cursos de qualificação para melhorar a produção e para promover a comercialização dos produtos.

---

<sup>50</sup> Cabe referir que nas instituições que compõe a área social mediadas por políticas sociais públicas, uma particularidade do processo de trabalho é a seletividade do atendimento social com ênfase na área de atuação e nas especificidades para grupos e segmentos de tal política.

No entanto, a inserção de jovens no mundo do trabalho e a geração de renda na zona rural apresentam obstáculos que estão para além da falta de qualificação profissional e da melhoria da produção e comercialização de produtos primários. Tais obstáculos são expressões da questão social que condicionam a frequência nos cursos de qualificação, o planejamento do trabalho com agricultura familiar na zona rural e os serviços de convivência com crianças e adolescentes. As assistentes sociais desvendam tais expressões da questão social que estão para além do planejamento do processo de trabalho institucional e necessitam ser superadas para atingir os objetivos das organizações. Tais expressões da questão social são, por exemplo, uso abusivo de drogas, violência doméstica, adoecimento mental, fome, falta de acesso as novas tecnologias, conforme os seguintes depoimentos:

*Daí, entra a evasão, porque tem jovens que participam do programa e depois começam a apresentar falta, daí entra evasão ou desligamento, daí a gente tem que intervir para tentar compreender por quais situações aqueles jovens estão passando. [...] E as demandas que surgem, aí as implícitas, que surgem durante esse atendimento se relacionam a drogadição, falta de acesso as novas tecnologias porque é o que foi o boom agora durante a pandemia, onde as pessoas não conseguem acessar tanto os seus direitos, como também as turmas de aprendizagem inclusive, porque não tem computador para acessar. Daí surgem também abandono parental que muitos jovens passam, tem mães que saíram de casa porque brigaram e as crianças ficaram, os jovens ficaram para trás, falta de vestuário, insegurança alimentar, insegurança financeira, entra muita coisa. Chega muita coisa até nós (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*O assistente social na extensão rural ele é fundamental, porque é ele que vai fazer toda essa articulação com os demais profissionais, porque muitas vezes eles não enxergam essa família, [...] eles não conseguem enxergar e chegar lá na propriedade e olhar, até ver como está a relação do marido e da mulher, das crianças, da escola. Esse olhar e a gente chega com esse olhar amplo, e já enxerga tudo né, a mulher aqui, desculpa a palavra, mas é o burro de carga aqui porque o cara pela fala dele tu já percebe que ele está “só na bodega”, como dizem, ele está só envolvido na cidade e chega em casa e quer comida na mesa e é a esposa que está dando conta de tudo (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*O usuário que é inserido na instituição a gente faz o acompanhamento, estar sempre em orientação diálogo com as famílias; pareceres; encaminhamento as redes de proteção; discussão de casos tanto com as educadoras como o atendimento com as famílias; encaminhamento de doações. É bem amplo a atuação do Serviço Social, é um trabalho bem grandioso e bem desafiador, desde esse atendimento que tu estás com o educando e a família até esse trabalho burocrático que te consome e é exatamente isso que tu tens que cuidar para não ficar só nisso e conseguir sempre lembrar e retomar essa questão que é importante que é o atendimento aos usuários e suas famílias, então tem que estar nesse reforço diariamente (Extrato de fala Assistente Social 03).*

As demandas institucionais são desvendadas com auxílio do conhecimento dos fundamentos do Serviço Social, evidencia assim, a importância das assistentes sociais para que os objetivos dos processos de trabalhos institucionais sejam atendidos, pois tais demandas (vide

segunda coluna do quadro 09) são desvendadas a partir do atendimento com as profissionais e extrapolam as demandas iniciais institucionais. O trabalho da assistente social inserido em distintos espaços ocupacionais, está sujeito a determinadas condicionalidades. Quando a assistente social vende sua força de trabalho, a instituição empregadora organiza o processo de trabalho no qual fará parte, com isso lhe podem ser atribuídas requisições na perspectiva da racionalidade burguesa, que visa um resultado imediato e limitado com viés meramente técnico e com respostas profissionais paliativas (GUERRA, 2009; IAMAMOTO, 2012).

Tais requisições exigem das assistentes sociais clareza quanto ao seu trabalho em dados espaços sócio-ocupacionais, é imprescindível que as profissionais tenham um arcabouço ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que perpassa por aspectos teóricos, políticos, éticos, metodológicos, investigativos e formativos para reelaborar o objeto de trabalho imposto pela instituição empregadora e responder as demandas de forma qualificada (IAMAMOTO, 2012).

A compreensão do objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais – expressões da questão social – implica na adoção do método dialético crítico como vetor teórico da profissão para análise da realidade. Parte-se do pressuposto de que as demandas que chegam até a profissional possuem cunho social e por isso, carecem de sua análise a luz do método dialético crítico. Visando captar as mediações<sup>51</sup> que conectam requisições de trabalho as dimensões universais, uma vez que emanam das necessidades das classes sociais como demandas contraditórias oriundas da reprodução social da sociedade capitalista e, do mesmo modo, é preciso conectá-las com as particularidades da profissão.

As expressões da questão social se convertem enquanto demandas institucionais quando os espaços sócio-ocupacionais as acolhem e as enquadram aos seus objetivos e finalidades. Passam a se configurar como “demandas institucionais que chegam aos profissionais como requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes” (AMARAL e MOTA, 1998, p. 25). De acordo com Guerra (2000), as instituições moldam o atendimento inicial às demandas postas no trabalho cotidiano ao convertê-las em requisições profissionais e por isso o “atendimento

---

<sup>51</sup> Parte-se do conceito de mediação em Pontes (1999, p. 41), com base em Lukács, compreende que: “A categoria mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediatividade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto”. Ainda: “Pode-se dizer que as mediações, que permitem a apreensão do movimento do ser social na sua historicidade e legalidade imanentes, estão ocultas aos sujeitos cognocentes: Tanto a gênese histórica, quanto a sua estrutura social se encontram submersas na facticidade” (PONTES, 1999, p. 41-42).

requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte; limitam e determinam as funções profissionais, de outra” (GUERRA, 2000, p. 199-200).

Evidencia-se no processo de trabalho em que assistentes sociais participam, nos diferentes espaços ocupacionais, a reelaboração do objeto de intervenção. Assim, os seus atendimentos se dão, inicialmente, na perspectiva da demanda institucional, a qual se apresenta as profissionais despida de mediações que lhe deem significados totalizantes. Por isso, é necessário o processo de apreensão da particularidade do objeto de trabalho a partir da realidade concreta, para adentrar de forma mais pautada e consciente no plano interventivo.

De acordo com Pontes (1999), o fenômeno na singularidade, sua forma imediata, se apresenta despido de mediações. Nessa conformidade, a questão social – objeto de intervenção – aparece aos assistentes sociais nos espaços ocupacionais na singularidade das demandas institucionais, logo a necessidade de realizar lhe mediações com os processos totalizantes, para articular com as dinâmicas e contraditórias estruturas sócio-históricas. Como afirma:

A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, paramentada por objetivos técnico operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc.); programática (divisão por projetos, programas ou áreas de ação) ou populacional (criança, idoso, migrante, etc.). Numa palavra, a demanda institucional aparece na imediaticidade como um fim em si mesma, despida de mediações que deem um sentido mais totalizante (PONTES, 1999, p. 45).

Para Pontes (1999), a reelaboração do objeto permite a definição teleológica do trabalho do(a) assistente social de modo mais preciso. Eis que, o objeto de intervenção após sucessivas aproximações, operadas pelo movimento da razão, está rico em determinações histórico-sociais particularizadas, as quais possibilitam uma visão ampla e profunda da realidade social que requer um atendimento profissional especializado.

Dessa maneira, a mediação ganha centralidade no plano da intervenção, ao auxiliar o movimento de sucessivas aproximações que o processo interventivo necessita, nos quais o(a) assistente social lança mão de instrumentos, articulando-os com as competências teórico-metodológica e ético-política, com fins de desvendar as mediações que articulam a situação imediata com as relações de produção, que são necessárias para o desvendamento do real e, por conseguinte, da demanda profissional. Esse processo, não implica a negação da demanda institucional, mas sim a revisão dos objetivos iniciais através da realidade da instituição e dos sujeitos usuários (PONTES, 1999; FERREIRA, 2008). Se o atendimento ficasse restrito somente as requisições iniciais das demandas institucionais, além de obstaculizar o alcance as

finalidades do trabalho das organizações, também moldaria a natureza das demandas apreendidas,

*Tem as demandas do assistente social e tem as demandas que a gente tem que dar essas respostas a instituição. A gente não pode esquecer das nossas questões enquanto profissional, enquanto assistente social de formação, porque daqui a pouco tu só está dando conta das questões da instituição ali, questão de captação de recursos, essas coisas assim, enxugando gelo que nem eu digo, e tu acabas deixando de lado as tuas demandas, o teu atendimento (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Conforme as entrevistas, há a utilização dos conhecimentos profissionais na reorientação da demanda institucional. Sendo nesse aspecto que o trabalho das assistentes sociais nos processos de trabalho das OSCs se destaca. Posto que, as assistentes sociais entrevistadas, afirmam que os demais profissionais – que não são assistentes sociais – não conseguem ter uma visão ampliada das demandas que se apresentam na vida cotidiana dos usuários. As intervenções desses profissionais ficam mais restritas ao objeto institucional,

*Porque a orientadora pedagógica fica mais esse contato com a empresa, tem que ser mais neutro. A minha proteção é com o jovem eu vou tentar sempre proteger ele, os direitos dos jovens e dentro da instituição tem que ter essa mediação com a empresa também. Então, não ficaria muito legal, eu trabalhar diretamente com a empresa, nesse sentido, iam perder contratos (risos da entrevistada). E as empresas, infelizmente, elas não querem saber de problemas [...] eu fico mais com o acompanhamento da demanda do jovem (Extrato de fala Assistente Social 1).*

*Os colegas das agrárias parecem que eles não escutam, eu acho que eles poderiam ser mais sensíveis a essa escuta, só as vezes eles são. Na extensão rural se trabalha a família, porque nós (assistentes sociais) não trabalhamos só o indivíduo, nós trabalhamos também a família. Só que claro, tem muitos colegas que são das ciências agrárias que só enxergam produtividade, tem isso na instituição, o cara só enxerga grão e produção, a família pode estar se matando, “se esgualando”, com vários problemas e eles só olham que querem produzir mais milho, mais soja. Tem outras realidades para observarmos, tem outras situações que tem se observar sim essa particularidade do sujeito social (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Acontece muito e a gente tem que tentar romper, é a questão do imediatismo nos atendimentos, então as vezes a gente tem que buscar ficar além do aparente, procurar, ir realmente no que está se passando naquela família. O que é uma dificuldade do trabalho na instituição, porque as vezes demandam uma resposta mais rápida, um atendimento mais rápido, tanto por parte da criança que está em sofrimento com essa situação, como por parte dos demais funcionários, dos educadores, porque tem aquela questão que eles as vezes não sabem o que está se passando, o que está acontecendo com aquela criança, eles só veem o que reflete, que é o comportamento, a criança mais irritada, inquieta, hiperativa (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Ainda assim, no que se refere ao instrumental utilizado para atender as demandas que se apresentam nos processos de trabalho das OSCs para o Serviço Social, as profissionais destacaram o seguinte:

*Realizo visita domiciliares, trabalho/acompanhamento em grupo normalmente. Mas, durante a pandemia não foram realizados, não foram feitos, mas até o ano de 2019 sim. Nós fazíamos mensalmente visita domiciliares para esses acompanhamentos e visitas institucionais. Acompanhamentos individuais, estes continuam, permanecem, só que agora de uma forma diferente porque eu atendo mais por demanda, o jovem apresentou uma demanda durante as aulas ou devido faltas, evasão, acionam o Serviço Social e daí me encaminham o jovem. Verificam se ele tem interesse no atendimento e eu tenho essas conversas com eles de forma remota, por chamada de vídeo do WhatsApp. A maioria assim, é para encaminhamento com o psicólogo porque não tem condições de pagar, precisa de um encaminhamento, então eu faço. Mais um trabalho em rede mesmo.*

*Essa demanda aumentou bastante com a pandemia, antes da pandemia as maiores demandas que chegavam eram de informação; informações sobre seus direitos, inserção no mercado de trabalho, aí encaminhava para cursos. A gente tem bastante parceria nesse sentido para vagas de oficina ou nós íamos dentro dos CRAS e das escolas para prestar informação sobre os serviços ofertados dentro da instituição, voltados mais para a prevenção de fato (Extrato de fala Assistente Social 01, grifo nosso).*

*Primeiro é a entrevista quando vou para os territórios. Fazemos as reuniões, que a gente utiliza é uma série de metodologias da instituição, são metodologias da extensão rural que a gente utiliza, “dias de campo”. As visitas domiciliares são mais no sentido de conhecer aquela vocação da família, vamos chamar assim, de repente para a criação de pequenos animais ou o que seria uma vocação para eles se inserirem no mercado de trabalho e o que a gente poderia pensar em conjunto para isso. Ou tem uma situação de habitação, porque existem situações de precarização nas habitações, tipo falta de saneamento básico. Então, quando é demanda produção de renda e inserção no mercado de trabalho, ver se há esse interesse, fazer a articulação com o sindicato dos trabalhadores rurais ou com o próprio ministério ou em Porto Alegre/RS no departamento estadual, faço as visitas domiciliares. As reuniões, agora elas são virtuais (pandemia), são para a organização política desses usuários, para organizar associações de trabalhadores, capacitações. Basicamente são essas ferramentas que eu utilizo. Não tem o atendimento individual (Extrato de fala Assistente Social 02, grifo nosso).*

*Primeiramente, se vem da criança faço o atendimento individual para entender qual é a situação que está se passando, de que maneira. A partir disso, busco fazer o atendimento com as famílias também, para que consiga ver como eles conseguem compreender essa situação. Digamos se é uma mãe que está passando por uma situação de violência, se ela consegue entender essa situação, de que maneira está refletindo até mesmo com seus filhos. Então, primeiramente, esse primeiro atendimento com o educando para conseguir compreender a situação que está acontecendo com a família, aí depois passo para a questão com a família, a partir daí realizo visitas domiciliares, entrevistas, atendimentos individuais. Também, quando é necessário, quando é um casal, faço atendimento individual com as duas partes, depois também em conjunto. Então, busco fazer realmente esse trabalho ampliado, no geral. Tenho que romper com a questão do imediatismo nos atendimentos, ficar além do aparente, procurar, ir realmente no que está se passando naquela família. Também, em parceria com o setor de psicologia da instituição, porque eu sei até onde a gente (assistentes sociais) pode ir e uma questão, que aí a gente passaria para psicologia. Acaba que se ouve muito e é uma frase bastante clichê que, na prática a teoria é outra, escuta-se muito isso, mas a nossa base, a questão da criticidade, do entendimento da totalidade, o nosso código de ética, tudo isso me dá uma base, uma estrutura para que eu consiga enquanto uma profissional técnica atender as demandas que se apresentam (Extrato de fala Assistente Social 03, grifo nosso).*

Nos extratos das falas apresentadas, apenas a Assistente Social 03 mencionou os conhecimentos específicos do Serviço Social para a fundamentação da intervenção profissional,

citando a visão crítica e totalizante e o código de ética da profissão. Evidenciou também, uma ação interventiva mediante sucessivas aproximações com os usuários na perspectiva de romper com o imediatismo nos atendimentos e da conformação de uma atitude investigativa<sup>52</sup> no trabalho, no sentido de desvendar e problematizar junto com os sujeitos usuários.

Grande parte das falas das assistentes sociais relacionam-se com intervenções sob o ângulo da demanda institucional, o que demonstra que a apreensão ampla da realidade não subsidia o planejamento do trabalho com vistas a superar a intervenção imediata no objeto institucional. Ou seja, as profissionais entrevistadas não centram a intervenção nas demandas desvendadas que emergem a partir da aproximação com a realidade dos usuários o que se desdobra na utilização dos instrumentos deslocados dos fundamentos teóricos.

Nesse processo não há articulação da competência técnico-operativa com as demais competências e o uso dos instrumentos é fragmentado da instrumentalidade nos termos de Guerra (2009). Isso fica evidente no depoimento: “*As maiores demandas [...] eram [...] informações sobre seus direitos, inserção no mercado de trabalho, aí encaminhava para cursos (Extrato de fala Assistente Social 01)*”. A profissional ressalta como principal demanda de trabalho a prestação de informações sobre direitos e também a inserção no mercado de trabalho, as entrevistas são utilizadas para encaminhamentos para os cursos em uma perspectiva na qual predomina a intervenção no objeto institucional, ou seja, mesmo com o reconhecimento de outras demandas desvendadas na relação com o usuário, como: “*as demandas que surgem [...] se relacionam a drogadição [...] abandono parental [...] insegurança alimentar [...] chega muita coisa até nós*” (Extrato de fala Assistente Social 01), predomina o uso dos instrumentos para intervenção em expressões imediatas da questão social.

Já as intervenções nas demandas mediatas são realizadas de forma imediata, isto significa, que é identificado o adoecimento mental e é pensado imediatamente o encaminhamento para psicóloga em um movimento no qual a profissional não explora com os usuários as mediações entre as expressões da questão social vivenciadas com o adoecimento mental, como explicitado no seguinte depoimento: “*A maioria [...] é [...] encaminhamento com o psicólogo porque não tem condições de pagar, precisa de um encaminhamento, então eu faço [...] Mais um trabalho em rede mesmo*” (Extrato de fala Assistente Social 1). A partir da referida

---

<sup>52</sup> A atitude investigativa no trabalho do(a) assistente social oferece subsídios para uma intervenção profissional consciente, planejada e pautada a partir da apreensão acerca do modo e condições de vida da população, de como suas demandas se particularizam no cotidiano da vida social. Isto é, apreender o real em sua concretude. Serve como ponto de partida para o desvendamento da imediatividade e construção de alternativas viáveis para serem efetivadas no trabalho interventivo (FRAGA, 2010).

fala também emerge a realização de encaminhamentos como parte dos meios de trabalho. Seguem, outras falas ilustrativas nesse sentido:

*Questões de negligência familiar, violência contra mulher tem muito no meio rural [...] mas aí sempre eu oriento para que encaminhe para o CRAS. Então, sempre vai para o assistente social, para psicólogos, esse tipo de demandas nós não atendemos, nós encaminhamos diretamente para o equipamento do município. Vai para o CRAS e a gente só fica como um integrante da rede que passa por nós e a gente encaminha. Aí o CRAS é que dá esse encaminhamento mais efetivo (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*O público atendido na verdade é a família também, então não tem um limite de idade [...] óbvio que a gente não atende todo mundo aqui, mas nós fazemos os devidos encaminhamentos para a rede, a gente trabalha muito forte com a articulação em rede, com a intersectorialidade. Porque a gente atende mais na questão do desemprego e qualificação, então não temos muitos recursos para as outras demandas que aparecem (Extrato de fala Assistente Social 01).*

Constata-se na fala da Assistente Social 01, a concepção da família como parte central do atendimento social na sua organização. Historicamente a família possui um lugar de destaque nas políticas sociais brasileiras, é uma instância de convivência e de afetos, também, transpassada pela questão social, assim deve ser reconhecida pelas ações profissionais.

Contudo, as profissionais reconhecem que as suas organizações não possuem condições para dar conta de todas as demandas que emergem a partir de seus atendimentos. Igualmente, consideram o encaminhamento dos usuários para outros serviços a configuração de uma articulação em rede, necessária para o atendimento das questões que se abrem nas intervenções. Há de se ter cuidado para que a intencionalidade do trabalho não ocorra apenas pela lógica do encaminhamento da demanda que se apresenta para outra instituição ou área do conhecimento.

Uma vez que, um trabalho intersectorial com a rede de proteção socioassistencial não é caracterizado apenas pela realização de encaminhamentos, mas de efetiva participação de todas as instituições envolvidas no processo de atendimento das demandas dos usuários. Uma vez que, para um oportuno encaminhamento, há a necessidade de um desvendamento das demandas apresentadas, para a partir disso identificar as possibilidades de intervenção que se abrem tanto para o Serviço Social, como para profissionais de outras áreas e instituições. Como bem pontuou a Assistente Social 03, a realização de uma intervenção “[...] em parceria com o setor de psicologia da instituição, porque eu sei até onde a gente (assistentes sociais) pode ir e uma questão, que aí a gente passaria para psicologia”.

Outro ponto em destaque, é que não aparece nas falas a articulação do atendimento das demandas através da mediação com os processos sociais derivados das contradições do modo

de produção capitalista nem a provocação de processos reflexivos com vistas a produzir superações de níveis de alienações. Esses processos são de grande importância, considerando que:

Diferentemente dos instrumentais acionados em processos de trabalho voltados para a transformação de objetos materiais, o instrumental mobilizado no exercício profissional do assistente social incide no campo das consciências, da transformação de atitudes humanas, possuindo um caráter processual no qual a relação subjetividade/objetividade é decisiva, pois tal caráter só adquire conteúdo na medida em que é posto em movimento pela capacidade de pôr finalidades frente às necessidades emergentes da realidade a serem transformadas (CLOSS, SCHERER, 2017, p. 43-44).

É importante referir que o Serviço Social como profissão compreende as demandas nas quais intervém nos espaços sócio-ocupacionais como produtos do modo de produção capitalista. Entretanto, nos espaços institucionais os objetivos de trabalho se apresentam de modo fragmentado da totalidade social, como demandas da população em sua manifestação imediata. Por isso, a necessidade de realizar a leitura das demandas institucionais como decorrentes dos processos econômicos, políticos, culturais e sociais para particularizar os objetivos da profissão no espaço sócio-ocupacional (IAMAMOTO, 2012; GUERRA, 2009).

O(A) assistente social deve ultrapassar o plano da imediatividade para correlacionar as expressões da questão social com a totalidade, com o propósito de articular o trabalho com a concepção teórica e a finalidade política do Serviço Social. Logo, são essenciais intervenções profissionais coerentes com a utilidade social da profissão, posto que a própria atuação em políticas sociais, interdita aos profissionais a visão de totalidade e os submete a prática “microscópica, nos fragmentos, nas refrações e nas singularidades” (GUERRA, 2000, p. 57).

Assim, existe certa dificuldade de as profissionais entrevistadas demarcarem e articularem nitidamente, a partir de suas falas, as técnicas operativas com as competências teórico-metodológica e a ético-política, nos processos de trabalho onde estão inseridas. Pois, o conjunto de técnicas e instrumentos referem-se as “estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade” (PRATES, 2003, p. 6).

Cabe recobrar, que a técnica como habilidade no manejo do instrumental fornece fundamentos aos instrumentos utilizados, partindo do pressuposto que para fazer uma intervenção a profissional necessita de uma série de tomada de decisões sobre que tipo de instrumento utilizar para determinado fim, existe toda uma relação com a análise do contexto da intervenção e seus objetivos desejados. A forma como o(a) assistente social vai realizar a

técnica (entrevista, visita domiciliar, entre outros) é a via pela qual terá a aproximação com a realidade, com as demandas dos sujeitos usuários, ou seja, com as expressões da questão social. E a forma que este conduzirá o uso do instrumento para tal fim, diz respeito a base teórico-metodológica para a leitura da realidade e os valores que orientam a intervenção, este último dado pela competência ético-política.

Nesse escopo, tanto a teoria como a finalidade política da profissão, são partes integrantes do seu instrumental, do mesmo modo que o instrumental “não é nem o instrumento nem a técnica tomado isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética” (MARTINELLI, KOUMROUYAN, 1994, p. 137). Outrossim, Marx (2011) já ressalta, que quando não se conta com instrumentos (aqui entram também objetivos, teorias, estratégias e reflexões) que compõem o instrumental, o trabalho fica “total ou parcialmente impossibilitado de se concretizar” (MARX, 2011, p. 205).

Percebe-se, uma busca por qualificação motivada pela necessidade de aprimorar conhecimentos com base no que surge na realidade profissional e isto, constitui um aporte teórico-metodológico para o manejo do instrumental de trabalho, para subsidiar a articulação da teoria com a prática profissional por meio das intervenções. Como a Assistente Social 02, que possui uma especialização em Intervenção Social com Famílias, “*eu fiz (especialização) em função de situações de trabalho com as famílias rurais*”. E a Assistente Social 03:

*Quando eu entrei na instituição foi necessária uma qualificação e eu estou sempre buscando curso, a UNIPAMPA está sempre ofertando diversos cursos gratuitos, minicursos, capacitações, então estou sempre buscando observando quando abre. Até agora eu fiz curso sobre violência, da rede de proteção, teve um curso com o Conselho Tutelar que ele proporcionou e eu participei, teve da primeira infância que foi muito bom e me agregou bastante nessa questão. Iniciei uma especialização em atendimento a famílias e comunidades, também, porque essa questão da qualificação é diária, a gente precisa estar em busca até para conseguir dar resposta para as demandas que se apresentam, porque realmente é um leque de possibilidades, um leque de expressões da questão social, um leque atuação, então é necessário diariamente estar em busca de conhecimento, de uma educação continuada (Extrato de fala Assistente Social 03).*

O domínio do instrumental operativo da profissão à luz da racionalidade dialética, possibilita trazer à tona barreiras que perpassam as relações cotidianas da população usuária, questões aparentemente singulares, mas que também são de natureza coletiva, pois “é na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação” (SOUZA, 2008, p. 123). Ressalta-se que o domínio dos instrumentais técnico-operativos se articula com o domínio de outros elementos como o âmbito

teórico, político, ético e as condições objetivas e subjetivas postas na realidade de trabalho (SANTOS, 2013).

Por isso se torna difícil delimitar uma intervenção definitiva, visto que a realidade desvendada está condicionada a fatores sócios históricos, logo são inúmeras as possibilidades de intervenção profissional. Demonstrando, a necessidade da articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na definição do “o que fazer”, “para que fazer” e posteriormente o “como fazer”,

A clara definição do ‘Para quê’ da profissão, possível desde que iluminada por uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética e crítica, conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, se constituirão na condição necessária, talvez não suficiente, à manutenção da profissão. Aqui se coloca a *necessidade de dominar um repertório de técnicas*, legada do desenvolvimento das ciências sociais, fruto das pesquisas e do avanço tecnológico e *patrimônio das profissões sociais* (e não exclusividade de uma categoria profissional), mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvidas, criadas e recriadas no processo histórico, no movimento da realidade (GUERRA, 2004, p.115-6, grifos no original).

De modo que, o trabalho também pressupõe o seu planejamento e a sua gestão para identificar o que necessita de intervenção profissional e as finalidades que serão alcançadas pela sua ação, quais respostas as necessidades sociais serão atendidas quando transformadas em demandas no processo de trabalho e a análise de seus resultados (COUTO, 2009). Nesse propósito, o planejamento se configura como uma atribuição e competência do(a) assistente social, sendo reconhecido como um ato técnico e político que compõem o instrumental de trabalho, dado a sua operacionalização em consonância com a filiação teórica dialético-crítico da categoria e com o seu projeto profissional para trilhar o caminho da superação as rotinas institucionais e os tensionamentos presentes no espaço de trabalho,

Nesta perspectiva, o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e a otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e as providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, a avaliação e a redefinição de ação (BAPTISTA, 2002, p. 14).

Couto (2009), define uma proposta para elaboração do plano de trabalho em uma perspectiva crítica e comprometida com os objetivos profissionais no liame do atendimento as demandas da instituição empregadora com os interesses e a defesa dos direitos humanos e sociais da classe trabalhadora. Com base em sua formulação, os elementos fundamentais constitutivos de um plano de trabalho são:

**1) Identificação, a delimitação e a justificativa, claras, do objeto da ação:** o que o assistente social, com seu trabalho, se propõe a atender, que refrações da questão social serão objetos de sua intervenção. Nessa identificação, o assistente social deve estabelecer prioridades, que, por sua vez, devem responder de forma efetiva às demandas colocadas;

**2) Definição de seus objetivos com esse trabalho:** o que pretende fazer, quais objetivos pretende alcançar. Os objetivos devem ser claros e exequíveis. A definição de objetivos dá a clareza necessária para compreender a proposta de intervenção profissional;

**3) Identificação das metas:** é preciso quantificar e qualificar o trabalho proposto. Essas metas devem estar relacionadas com os objetivos. É necessária a **explicitação de indicadores**, que serão os medidores da efetividade do trabalho. Todo o trabalho social pressupõe, ao ser executado, uma transformação sobre a realidade; para avaliar isso, é fundamental, na formulação do projeto, que se anunciem os resultados a que se pretende chegar e como, principalmente, o trabalho será monitorado, a fim de que se possam avaliar os resultados;

**4) Apontamento dos recursos:** o projeto deve deixar muito claro quais recursos serão necessários para a sua execução. Neste item, é preciso atentar para os recursos financeiros que serão despendidos. Cada vez mais, os assistentes sociais devem procurar entender de orçamento, seja público, seja privado, dos mecanismos de formulação de propostas orçamentárias e de desembolso financeiro, para não só propor um projeto de trabalho exequível, mas também para buscar, nesse entendimento, estratégias de alargamento de recursos para atender às demandas dos cidadãos usuários;

**5) Indicação dos mecanismos de controle social de seu trabalho:** como os registros serão efetuados e como o conhecimento produzido no trabalho será potencializado. Um projeto de trabalho deve preocupar-se com que todo o conhecimento produzido seja um elemento que realmente novos projetos e que ofereça elementos de reforço à população usuária, na sua organização por ampliação de direitos sociais (COUTO, 2009, p. 07-08, grifo nosso).

Reitera ainda, que o plano de trabalho do(a) assistente social deve estar embasado no arsenal normativo legal da profissão, como a sua lei de regulamentação (Lei nº 8.662/1993) que reconhece as competências<sup>53</sup> profissionais dos(as) assistentes sociais e nos princípios do código

---

<sup>53</sup> “**Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:** I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (BRASIL, 1993).

de ética, que balizam os valores do trabalho. Além das legislações específicas do campo das políticas sociais, “o projeto de trabalho assim construído materializa o compromisso profissional e tem a possibilidade de lhe conferir substância política” (COUTO, 2009, p. 8).

Partindo da proposta de elaboração do plano de trabalho de Couto (2009) e levando em conta a relevância do planejamento para a conformação do trabalho em uma perspectiva crítico-reflexiva, analisou-se os planos das assistentes sociais entrevistadas, considerando os cinco elementos apontados pela autora (1- Objeto da Ação; 2 - Objetivos; 3 - Metas e Indicadores; 4 – Recursos e 5 – Controle Social). Para uma melhor visualização dos elementos gerais da análise dos planos de trabalho das assistentes sociais, no quadro 10 sistematizamos as informações de acordo com os dados coletados:

#### Quadro 9 - - Sistematização Geral dos Planos de Trabalho

<p><i>Assistente Social 01</i></p>	<p>Na entrevista, a profissional informou que não possui um plano de trabalho específico, mas no que concerne ao planejamento do seu trabalho utiliza um documento denominado: “<i>Plano de Acompanhamento Familiar</i>”<sup>54</sup>. Este constitui um documento genérico (01 páginas) que é preenchido de acordo com os seus atendimentos, que foi elaborado pela própria e segundo ela não faz parte da documentação institucional, o utiliza para ter ciência dos seus atendimentos. De modo que, o documento primeiramente apresenta campos para o preenchimento dos dados dos sujeitos usuários, seguido de sua composição familiar, com coletas de informações sobre os membros, data de nascimento e grau de parentesco. Não há um espaço específico para nenhuma informação que caracterize a instituição. Como é um documento de preenchimento não consta o estabelecimento de objetivos, que são concebidos de acordo com a demanda atendida. Bem como, as demais questões de estratégias de intervenção e recursos a serem mobilizados no território. Possui um campo para a profissional apontar/descrever o diagnóstico da demanda atendida e quais as suas potencialidades. E outro para a profissional escrever sua avaliação. No que refere ao objeto da ação há um campo em que a profissional cita as vulnerabilidades presentes na situação atendida, com destaque para uma indicação para marcar quando estas forem superadas. Ao final do documento é solicitado a assinatura do sujeito usuário que foi atendido. Não há menção de metas e indicadores, nem articulação teórica.</p>
------------------------------------	--

**Art. 5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:** I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social; V. – assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social; IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII – ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional” (BRASIL, 1993).

<sup>54</sup> Importante mencionar, que a Assistente Social 01 não concordou em fornecer um documento já preenchido com base em algum atendimento realizado. Dessa forma, tivemos acesso apenas ao formato do documento, seus elementos constitutivos.

cont.	
<i>Assistente Social 02</i>	A profissional possui um plano de trabalho próprio, de sua autoria, que é realizado anualmente. Seu plano traz uma análise institucional, com o objeto de ação direcionado para as diretrizes da sua organização. Além disso aborda, brevemente, sobre a realidade dos sujeitos usuários, seus modos de vida e territórios. Define objetivo geral como: ações de assessoramento às famílias rurais em situação de vulnerabilidade econômica, social ou ambiental, com o intuito de subsidiar segurança e soberania alimentar e o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, contribuindo para o protagonismo e autonomia das pessoas. E o impacto esperado a partir de sua intervenção na perspectiva da cidadania via o acesso a Políticas Públicas. Define metas a serem alcançadas, indicadores e meios de verificação. Cita metodologias, mas em articular com teorias (visita domiciliar, assessoria e mobilização da comunidade). Cita a origem de recursos financeiros captados via contratados firmados com os entes federados e de recursos estruturais da instituição. Não consta nenhuma indicação de mecanismo de controle social. Não traz nenhuma articulação teórica dialético-crítica, nem com as normativas da profissão.
<i>Assistente Social 03</i>	Plano de trabalho de elaboração própria, realizado anualmente. Não aponta para um objeto de ação da intervenção, nem sobre a realidade institucional e dos usuários. Possui um objetivo geral atrelado a proteção, inclusão e garantia dos direitos da população usuária com vistas a contribuir para a melhor qualidade de vida e visando o fortalecimento de vínculos familiares. Não há a identificação de metas, indicadores e avaliação e nada consta sobre a mobilização de recursos. Aborda o uso de instrumentos e técnicas para atingir os objetivos propostos, contudo, não as articula com os conhecimentos específicos da profissão, utiliza critérios estabelecidos pela instituição e também baseados na LOAS e SUAS. No que se refere ao controle social não a definição de espaços para a participação da população usuária. Não realiza reflexões teóricas com o aporte teórico-crítico da profissão.

Fonte: Dados sistematizados pela autora, a partir dos planos de trabalho das assistentes sociais, 2021.

Os planos de trabalho das assistentes sociais expressam uma organização do trabalho, de certa forma, deslocada dos fundamentos da profissão, especialmente, por um ponto que chama atenção, em nenhum dos planos analisados há uma abordagem na perspectiva das expressões da questão social como objeto de intervenção da profissão, tampouco, alguma referência sobre essa categoria propriamente dita. Quando há a menção do objeto de intervenção, caso do plano de trabalho da Assistente Social 02, é somente na direção do objeto institucional. Quando referem aos objetivos de intervenção utilizam conceitos como vulnerabilidades (econômica, social, ambiental), inclusão social, proteção, garantia de direitos, orientação social, melhor qualidade de vida e fortalecimento dos vínculos familiares, os quais são tomados de forma isolada e abstrata posto que não há uma fundamentação de tais conceitos e nem a sua problematização na correlação com as normativas da profissão e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, na medida em que não são situados a partir da totalidade dos processos sociais da sociedade capitalista.

Nesse mesmo tocante, nos planos não fica explícito uma dimensão política do trabalho das assistentes sociais, no que se refere a um caráter participativo da população usuária na relação com processos interventivos via políticas públicas e na sua organização para a ampliação de direitos. O plano da Assistente Social 02, é o único que traz em seu objetivo

principal contribuir para o protagonismo e autonomia dos sujeitos usuários, contudo as metas, indicadores e resultados esperados para essa ação estão relacionados somente para a ampliação de renda, não pressupõe o direcionamento do trabalho para a expansão da consciência dos usuários, para o avanço de direitos via políticas públicas, como também para o desvendamento da realidade onde estas são executadas, espaço onde aparecem outras necessidades sociais que também estão articuladas com a questão da renda.

De acordo com Baptista (2002), o planejamento no trabalho do(a) assistente social possui um recorte da realidade social que lhe é posta como demanda nos espaços ocupacionais. Possui o intuito de elaborar estratégias, instrumentos, técnicas e conhecimentos com a finalidade de desvendar a realidade e intervir nas refrações da questão social que se manifestam na vida da população usuária, que no processo de trabalho institucional aparecem de modo procedimental e atomizadas da totalidade das relações de produção no capitalismo.

Como reconhece Couto (2009), o plano de trabalho do(a) assistente social possui implicações com o espaço coletivo e democrático, “ao ser formulado, deve indicar como se coloca ante as demandas da população, como pretende atendê-las e como a população pode exercer o controle do trabalho a ser executado” (COUTO, 2009, p. 03). Por isso, a importância de conter mecanismo de avaliação em conjunto com os sujeitos que são atendidos e usufruem dos serviços públicos ofertados. Avaliar para estabelecer uma relação entre um projeto e sua finalidade, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre o que foi proposto e o que foi executado, tendo como parâmetro a relação entre o alcance de objetivos, intenção e desempenho (BOSCHETTI, 2007). A avaliação das ações que compõem a área social é uma possibilidade para aferição de acertos e imprecisões das políticas públicas.

Ademais, os planos de trabalho dos(as) assistentes sociais constituem uma racionalização para organizar o trabalho e definir os objetivos, meios e recursos necessários para sua efetivação, estabelecem uma direção e por isso, não devem se sobrepor a realidade, mas sim emergir dela sob o viés dialético para construir subsídios para a transformação da realidade social. Tampouco, os planos de trabalho devem ser elaborados de forma burocratizada e engessada, sendo executados na lógica tecnicista. Sua elaboração não condiz a um processo linear e conclusivo, mas sim para um espaço de reflexões, de decisões fundamentadas e de (re) construção coletiva.

É preciso reafirmar os planos de trabalho como parte do instrumental qualitativo<sup>55</sup> da profissão, que endossam seus compromissos profissionais, em razão de possibilitarem no agir profissional a produção de conhecimentos acerca das particularidades das relações sociais da população usuária, além de alicerçar análises críticas em relação a instituição empregadora no bojo dos seus limites e possibilidades. Com a finalidade de romper com um exercício profissional totalmente institucionalizado e para elaborar estratégias de trabalho planejadas e pautadas em uma reflexão teórica que sirvam como ponto de partida para a desvendamento da imediatividade e subsidiem alternativas viáveis para serem praticadas (COUTO, 2009).

O Serviço Social oferece subsídios teóricos e éticos para intervir nas mais variadas demandas presentes na sociedade, para isso se faz necessário uma apreensão e entendimento das expressões da questão social por meio da opção teórica dialético-crítica, “materializando o seu uso com o propósito de garantir a execução de seu trabalho na direção da construção de relações democráticas e emancipadoras, pressupostos básicos do projeto ético-político do Serviço Social” (COUTO, 2009, p 06).

Desse modo, o planejamento do trabalho não pode ser estritamente baseado em pressupostos estabelecidos pelas legislações da política social específica em que atuam. Uma vez que, nessa perspectiva é suficiente para intervenção cotidiana atender e seguir o que está posto nas instruções, indicações e marcos legais específicos de determinadas políticas sociais. Contudo, apesar da necessidade do conhecimento dessas normativas, elas não podem ser a única, muito menos, a principal referência teórico-metodológica e técnico-operativa no cotidiano profissional, pois, imprimem ao trabalho uma racionalidade que refuta os princípios e propósitos do projeto profissional da categoria e se aproxima da praticidade de efetivar somente os objetivos e metas compatíveis com a expectativa das instituições empregadoras (RAMOS e SANTOS, 2016).

O plano de trabalho conforma as particularidades profissionais, é de suma importância para a compreensão da rotina institucional, além de revelar qual o alinhamento das respostas que estão sendo dadas através das atribuições de trabalho nas OSCs. Pois, as assistentes sociais efetivam o seu trabalho na contradição entre as requisições e determinações do capital e as necessidades da classe trabalhadora. Assim, seu trabalho pode contribuir com processos à guisa de transformações sociais, do mesmo modo que, reproduzir o *status quo*.

---

<sup>55</sup> Com base em Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 138), os instrumentais qualitativos possuem como “elementos fundantes o compromisso e a intencionalidade dos profissionais que os constroem e utilizam, direcionam-se mais concretamente para o produto final das ações, para os resultados obtidos através da prática institucional socializada. Nesse sentido, são permanentemente construção e, acima de tudo, construção coletiva”.

Embora os princípios norteadores do projeto profissional estejam fundados na perspectiva da construção de uma outra sociedade, é nos parâmetros do capitalismo que se materializa a profissão, e o assistente social é chamado a prestar serviços que podem corroborar o *status quo* ou atuar para criar outras formas de sociabilidade, que problematizem a organização da sociedade. Para que isso ocorra, é necessária uma sólida formação teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico (COUTO, 2009, p. 02).

Cabe mencionar, que as assistentes sociais entrevistadas informaram que também seguem um planejamento estratégico da instituição, conforme os seus serviços, projetos e programas para atingir os objetivos e metas previstas. Um planejamento que é coletivo, realizado pela equipe técnica das organizações, com instrumentos próprios para o registro de todas as ações desenvolvidas nas instituições, seu monitoramento e avaliação. Nesse prisma, Duarte destaca que:

[...] a conjuntura sócio-histórica exige que as OSCs, para sobreviverem financeira e administrativamente, adaptem-se a uma realidade empresarial, sistematizada, monitorada e avaliada, cuja possibilidade de aprovação de projetos e, conseqüentemente, recebimento de recursos, seja ampliada. Desta maneira, pode-se observar que os aspectos técnico-operativos, como o planejamento, o registro e a avaliação das ações, nas OSCs, seguem as orientações e determinações dos financiadores dos projetos, ganhando materialidade nas habilidades e competências dos profissionais, dentre eles as assistentes sociais (DUARTE, 2007, p. 158).

Como ressalta Armani (2013), o ambiente das OSCs, em sua maioria, está impregnado com princípios de agilidade, funcionalidade e recurso a curto prazo. Que contribuem de certa forma, para um apagamento da relevância social desses ambientes de subsidiar uma sociabilidade cidadã no campo democrático e na defesa e promoção de direitos. Nesse cenário, ocorre a expansão do pragmatismo e a negação da expressão da cultura profissional, os quais reafirmam uma tendência conservadora no trabalho dos(as) assistentes sociais. Visto que, a direção política da profissão, muitas vezes, ocorre na contramão das demandas postas ao trabalho na trama capitalista.

Nessa acepção, é oportuno demarcar que a análise do trabalho das assistentes sociais não se dá na perspectiva de se fazer uma análise culpabilizadora e fragmentada da realidade onde o trabalho é materializado, uma vez que, se compreende os diferentes fatores que perpassam o trabalho assalariado na sociedade capitalista. Como também, a responsabilidade estatal de financiar adequadamente, capacitar e monitorar as OSCs.

Desse modo, reconhecem-se as condicionantes estruturais que o perpassam, no tempo presente, principalmente, em razão do modelo de gestão neoliberal nas políticas públicas, o qual submete toda a classe trabalhadora a processos socioprofissionais de precarização, de redução

de gastos na área social e de reafirmação do conservadorismo no trato com as expressões da questão social. Nesse cenário, acentuam-se requisições profissionais pragmáticas centradas na racionalidade burguesa e as OSCs enfrentam tempestividades para seguir executando os seus serviços e conseqüentemente, a manutenção do quadro de trabalhadores. A Assistente Social 03 frisou bastante a questão da captação de recursos como um elemento transversal ao seu trabalho, tanto para a manutenção do seu vínculo empregatício, como uma requisição institucional bastante solicitada,

*A captação de recursos, a instituição tem que estar sempre “atrás da máquina” que nem a gente diz, então tem que estar sempre atrás dessa manutenção até para instituição continuar atendendo o público que a gente atende, continuar atuando, é a captação de recursos. Então digamos, que é uma coisa que movimenta todos os setores, não só o Serviço Social na instituição, mas desde os funcionários da manutenção, educadores, enfim todos. Acredito eu que é uma das questões que com certeza rebatem também no meu trabalho, porque a gente tem um calendário de eventos que a gente precisa dar conta para conseguir os recursos e conseguir a manutenção da instituição, então acaba que trabalhando 30h isso limita também, porque tu sabes que tens as tuas demandas para dar conta, mas também tem que dar conta daquele horário para conseguir captar recursos. Enfim, isso com certeza reflete no meu trabalho porque quando a instituição não tem recursos, tem o meu vínculo empregatício que é contrato que também pode ser afetado. Isso é um dos fatores principais, essa questão de a captação de recursos da instituição estar sempre envolvida nessa questão e a gente tendo que cumprir com calendário e tudo mais, porque a gente sabe que isso pode afetar diretamente a instituição e todos os funcionários que ali trabalham (Extrato de fala Assistente Social 03).*

As outras assistentes sociais afirmam que existe um setor específico na organização com profissionais qualificados para a elaboração de projetos sociais e captação de recursos. Nesse sentido, a elaboração de projetos sociais não se constitui como uma atribuição privativa do trabalho do Serviço Social na instituição e pode ser realizada de acordo com as demandas que visualizam no seu cotidiano de trabalho, inclusive, referem que por isso tem que ser uma profissional que tenha como característica a proatividade para visualizar e propor tais ações,

*[...] temos um núcleo de projeto que a gente denomina, então nesse núcleo são tem uma equipe de RH de 04 pessoas que fazem essa parte da captação de recursos. Então, inclusive, tem um gerente adjunto na gerência que eu estou, que ele é um gerente específico para a captação de recursos (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Com relação a buscar recursos fazer projetos, isso aí eu tenho liberdade para oferecer, ofertar, tentar criar, não sei se vai ser aceito ou não, mas eles dão essa liberdade para a gente (Extrato de fala Assistente Social 01).*

Assim, as condições de trabalho conferem mais ou menos liberdade para realizar as intervenções profissionais. Diante das dificuldades conferidas ao trabalho dos(as) assistentes sociais, torna-se importante levantar insumos para o seu enfrentamento, já que “há espaço para

a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir” (COUTO, 2009. p. 01). Para isso, destaca-se a relativa autonomia da assistente social em dispor de prerrogativas para sua atuação que decorrem dos estatutos éticos e legais, como o Código de Ética do/da Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, os quais dispõem sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas, prescrevendo uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução da prática, além das entidades organizativas como o Conjunto CFESS/CRESS<sup>56</sup>.

A partir de tais compromissos coletivamente construídos pela categoria que o Serviço Social estabeleceu legitimidade, funções sociais e direção ética coadunadas com o Projeto Ético-Político da profissão. Conforme Netto (1999), os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, ou seja, a forma como ela se insere e é vista socialmente, estabelece bases para o seu trabalho e igualmente, para sua relação com a população usuária de seus serviços. Também, se configura como direção política, jurídica e normativa de determinada categoria profissional. Em outras palavras, compreende-se os projetos profissionais como um delineamento da imagem idealizada da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, “envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” (NETTO, 1999, p. 8).

Nesse sentido, as dimensões ética e política se consolidam como as balizas do projeto profissional do Serviço Social, perpassando por todas as relações profissionais. Com isso, em termos da categoria houve o reconhecimento da liberdade e do trabalho como valores centrais, a compreensão do ser humano enquanto ser social e o amadurecimento da aproximação a teoria marxiana (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Os princípios e valores éticos orientadores do Serviço Social em síntese são: o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a igualdade; a democracia; o pluralismo; a recusa a sociedade do capital; as lutas políticas contra os efeitos nefastos do capitalismo, entre outros (CFESS, 1993). Esses princípios expressam o comprometimento e a concepção de intervenção profissional do Serviço Social nas manifestações da questão social, vinculando o seu trabalho com uma práxis transformadora.

O Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho é requisitado em diferentes espaços ocupacionais, em razão de produzir por meio do seu trabalho um produto que é socialmente necessário e por isso, do interesse das instituições

---

<sup>56</sup> Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

empregadoras. De acordo com Marx (2011), o produto é o objeto incorporado de valor de uso<sup>57</sup> para servir a algum fim. Assim, o resultado do trabalho perpassa o âmbito da produção e reprodução material e imaterial na sociedade capitalista. Nesse sentido, o seu produto possui uma dupla dimensão de finalidades: 1) material – ligada aos processos de reprodução material da força de trabalho e 2) simbólico – relacionado a reprodução ideológica. Sob a ótica dessas duas dimensões o trabalho da assistente social pode fortalecer os ideários da classe dominante, nessa conformidade apartado das relações de classe, do mesmo modo que reforçar a capacidade reivindicatória da classe trabalhadora, nessa forma alinhado com a direção social da profissão (IAMAMOTO, 2007; PRATES, 2014).

Nessa perspectiva, justifica-se, a intenção em separar para fins analíticos nessa pesquisa, o produto do trabalho dos(as) assistentes sociais nas OSCs do processo de trabalho de modo geral. Considerando, essa contradição do trabalho profissional circunscrito pela correlação de forças entre a classe trabalhadora e a classe dominante, onde ambas possuem interesse no seu produto, podendo assim reverberar em resultados profissionais e sociais com sentidos bastante distintos. Que carecem, portanto, de apreensões e aproximações, já que o produto do trabalho é “uma categoria fundamental para a análise do trabalho desta profissão, pois é através do mesmo que se materializa a direção social do Serviço Social” (ZACARIAS, 2018, p. 107). Ainda nessa perspectiva, Guerra (2017, p. 51), reitera que a legitimidade de uma profissão se encontra “nas respostas que ela dá às necessidades histórico-sociais num determinado tempo e espaço”.

No que se refere ao produto do seu trabalho nas OSCs, as assistentes sociais relataram:

*O processo ele é muito demorado, muito moroso e é pouco perceptível. Porque vai ser a longo prazo, um jovem que tu conseguiste inserir e manter no mundo do trabalho, conseguir um trabalho para ele. Ter um resultado desse trabalho é demorado, porque vai passar por todo o processo e depois ele vai conseguir, depois que ele passou por esses dois anos de processo de aprendizagem ele vai conseguir se inserir em alguma outra vaga depois que sair daqui, vai dar continuidade nos estudos dele. Então é até mais difícil de conseguir acompanhar devido ao volume de jovens que a gente atende, então o nosso controle qualitativo e quantitativo é mais no sentido enquanto o jovem está aqui. Mas eu vejo como algo muito maior do que isso, a gente não consegue mensurar o que esse programa, o que essa oportunidade causou na vida do usuário de fato, depois que ele já está distante da instituição (Extrato de fala Assistente Social 01).*

---

<sup>57</sup> O valor de uso por sua vez, “se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2011, p. 158). Na sociedade capitalista o valor de uso é subordinado ao valor de troca, pois para o capital o valor de uso se comprova na medida em que produz um valor de troca, qualquer que seja o seu conteúdo. Nesse sentido, as necessidades de uso são definidas pelo modo de produção e não mais pelos sujeitos de forma individual e menos ainda, de forma coletiva (HARVEY, 2016).

*Tu podes ver direitinho na questão da alimentação, da qualidade de vida, menos doenças, as crianças indo para escola, melhores condições de vida. Então, isso a gente consegue ver, isso é visível. Eu penso quanta diferença que a gente fez para essas famílias, das próprias associações que foram criadas com 04 ou 05 pessoas que foram envolvidas em feiras do produtor ou na própria feira específica de mulheres que vendem o artesanato e aí tu enxergas que o grupo está ampliando, aí tu enxergas que na verdade tem retorno sim, a gente que as vezes é meio exigente e não consegue visualizar tudo.*

*Por exemplo, tem um trabalho que se faz em termos da segurança alimentar [...] essas famílias que estão em condição pobreza extrema de não ter basicamente alimentação para a família e aí, daqui a pouco com a hortinha, com algum pé de mandioca que planta ali, uns pés de cana, uma vaquinha, um porquinho, 04 ou 05 meia dúzia de galinhas que aí já tem ovos, já tem carne, tu vê que a realidade muda, isso não tem preço, isso me emociona e é algo assim, mega gratificante (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Diário, eu vejo desde a superação daquela situação inicial de quando a família entrou na instituição, eu vejo desde aí, que aquela família está trabalhando está conseguindo garantir os mínimos sociais para viver. Que a criança está em um espaço acolhedor, um espaço que garante certos direitos, que tenham acesso à cultura, lazer, esporte, enfim, e que a gente consegue fazer aquele trabalho de proteção e prevenção ao tirar essa criança de diversos espaços e situações que ela poderia estar exposta, que ela está ali tendo essa garantia de direitos nesse espaço e a sua família está podendo ir em busca de um trabalho, seja a mãe, seja o pai, seja a mãe e o companheiro, enfim, isso é onde a gente vê um resultado, que é muito aparente. [...]E também, a gente conseguir fazer com que essas crianças que são atendidas se reconheçam como sujeitos de direitos, se emancipem e consigam também visualizar uma realidade diferente, sabe. E a gente vê nessa parte a partir daquela criança que tu vê o acompanhamento desde os grupos iniciais e que sai daqui inserida em algum projeto, algum programa, que segue a caminhada eu vejo nisso e nessa questão do acompanhamento as famílias. Aquelas famílias que mensalmente a gente faz doações de aportes nutricionais, quanto outras demandas, depois já não está precisando mais dessas doações. Também, eu vejo na questão institucional, mesmo que seja em passos de formiguinhas, a gente conseguir reforçar o que é o profissional, o porque a gente está aqui, qual o nosso objeto de trabalho, o que a gente está atuando e a gente conseguir romper com as visões que antes eram realizadas, a gente conseguir fazer reuniões com as equipes de reflexão, fazer com que desenvolvam uma criticidade, que tenham essa visão do todo, discutir casos, então isso também é uma questão que eu vejo como um avanço, como um produto digamos, do trabalho do Serviço Social na instituição. A questão mesmo dos estágios, da supervisão de estágio, também produz resultado porque aproxima da realidade de uma instituição, conhece o trabalho que é realizado, conhece a política, tem essa aproximação e depois, quem sabe, vem a ser colega de profissão também (Extrato de fala Assistente Social 03).*

As profissionais possuem uma visão ampliada sobre suas demandas de trabalho e intervenções que vão para além das demandas institucionais e imediatas<sup>58</sup>, conforme já foi visto no decorrer desse capítulo. Contudo, através dos trechos expostos, é possível identificar que as assistentes sociais remetem com mais facilidade o produto de seu trabalho para o âmbito de um resultado material, como a inserção dos sujeitos usuários no mundo do trabalho ou a produção de insumos para a subsistência familiar.

<sup>58</sup> “A demanda institucional imediata, via de regra, se refere ao nível mais baixo das necessidades e do planejamento da ação sobre as mesmas” (BAPTISTA, 2002, p. 35).

Observa-se que a assistente social 03, identifica, de forma tímida, a construção de um trabalho com cunho emancipador, ainda que atrelado ao campo dos direitos, no qual os usuários se reconhecem como sujeitos, “*conseguir fazer com que essas crianças que são atendidas se reconheçam como sujeitos de direitos, se emancipem e consigam também visualizar uma realidade diferente*” (Extrato de fala Assistente Social 03). A mesma profissional também sinalizou para uma outra dimensão do trabalho para além da relação profissional/usuário, mas junto com os demais colegas que integram o processo de trabalho institucional e como supervisora de estágio em Serviço Social, expressas no seguinte trecho:

*[...] a gente conseguir reforçar o que é o profissional, o porquê a gente está aqui, qual o nosso objeto de trabalho, o que a gente está atuando e a gente conseguir romper com as visões que antes eram realizadas, a gente conseguir fazer reuniões com as equipes de reflexão, fazer com que desenvolvam uma criticidade, que tenham essa visão do todo, discutir casos, então isso também é uma questão que eu vejo como um avanço, como um produto digamos, do trabalho do Serviço Social na instituição. A questão mesmo dos estágios, da supervisão de estágio, também produz resultado porque aproxima da realidade de uma instituição, conhece o trabalho que é realizado, conhece a política, tem essa aproximação [...] (Extrato de fala Assistente Social 03).*

A partir dos relatos das assistentes sociais podemos inferir, primeiramente, no que se refere à vinculação do trabalho com o campo dos direitos, esta deve ser compreendido dentro dos limites de sua garantia em uma sociedade capitalista, evidente que sem deixar de lado as lutas sociais e conquistas históricas que envolvem esse processo. Mas a questão que aqui pesa, é não recair para um trabalho direcionado somente para o campo jurídico de viabilização de direitos, mas sim de ultrapassar essa linha legalista para que os sujeitos alcancem igualdade substantiva na vida real (RAMOS; SANTOS, 2016).

Dado que, os direitos se situam na esfera da emancipação política estatal permeada pelas contradições da sociabilidade capitalista, onde o direito pode ser utilizado pela classe burguesa como “instrumento de racionalização ideológica da desigualdade e da dominação capitalista a partir de um conjunto de princípios, valores e situações concretas que apreendem esta ordem social” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 227).

Ou seja, o Estado sob a égide do capital pode possuir uma ação de violação de direitos e um papel ideológico na medida em que dissemina a ilusão jurídica de que a existência de direitos por si só se configura enquanto igualdade da realização dos interesses de toda a população. Por isso, o trabalho do(a) assistente social encerrado somente no acesso a direitos dão corpo a uma fratura entre a legalidade e a vida cotidiana, uma vez que a legislação não acompanha as condições concretas das vivências dos segmentos da classe trabalhadora. Ressalta-se que os produtos do trabalho citados nos extratos das falas das assistentes sociais

entrevistas, apontam sim, para um importante resultado do trabalho de melhoria das condições de vida e apreensão da população usuária em relação a sua condição de sujeitos de direitos, ainda que com todas as contradições inerentes a essa lógica legalista do campo dos direitos inserida no modelo capitalista de sociedade.

Do mesmo modo, é necessário tomar certo cuidado para não reduzir o trabalho somente a provisão material e essa, como única forma de transformação da realidade,

[...] a simples distribuição do recurso não caracteriza uma intervenção profissional; no entanto, existem situações em que é necessária a utilização de um recurso desta ordem, o que não dispensa o profissional de estabelecer vínculos, provocar reflexões, realizar mediações ou o apoio social (PRATES, 2003, p. 03).

É de suma importância reconhecer nesse liame, a construção de processos reflexivos junto aos usuários, até mesmo, para não recair em um trabalho estranhado aos objetivos da profissão e, conseqüentemente, de seu cunho político e emancipatório. E, para reproduções que atribuem estritamente ao sujeito usuário a responsabilidade de suas carências materiais, sem as articulá-las com os determinantes de classe do modo de produção vigente, que separa uma classe que possui condições de aquisição do capital econômico, de toda uma outra cuja venda da força de trabalho é a sua única forma de inserção assimilada pelas necessidades do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, uma possibilidade que desponta na perspectiva de uma intervenção social crítica nas OSCs por meio do Serviço Social, é realização de um trabalho de cunho educativo com a população usuária. Que pode ser efetivado no intuito de produzir processos educativos comprometidos com a liberdade e a autonomia (FREIRE, 1987), no alicerce da construção de uma sociedade justa e no combate as formas de opressão e exploração dos sujeitos usuários.

Para Abreu (2002), existe uma indissociabilidade entre o trabalho profissional em Serviço Social e a sua função pedagógica, de modo que está se caracteriza por meio da “incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta que são elementos moleculares de uma cultura” (ABREU, 2002, p. 17). Nesse aspecto, a autora leva em consideração a premissa gramsciana na qual toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica.

Logo, o trabalho dos(as) assistentes sociais articula-se a função pedagógica e aos interesses econômicos, políticos e ideológicos, na conformação de um modo de vida, o qual por

sua vez está alinhado aos projetos societários permeados pela contradição de classes. Nisso, é importante considerar que uma perspectiva educativa emancipatória perpassa pela tomada de consciência dos sujeitos usuários de sua condição na luta de classes, ou ainda, pode-se inferir que passa por suas realidades concretas e paulatinamente ir rompendo com a condição de alienação a qual estão submetidos. Rompe com um trabalho nos moldes assistencialista caracterizado pelos contornos de ajuda, para uma atuação nos processos de construção de uma sociedade democrática e participativa.

Contudo, a prática educativa/reflexiva no trabalho dos(as) assistentes sociais, será direcionada a partir da compreensão totalizante a nível da organização da dinâmica social e desmistificação do senso comum que o(a) profissional possui, considerando que:

1) qualquer indivíduo que se disponha a contribuir com o desenvolvimento de uma visão social crítica junto a outros sujeitos precisa ter **uma leitura de mundo sensivelmente ampliada**, e, 2) tanto os usuários dos serviços sociais que são atendidos pelos assistentes sociais quanto estes próprios profissionais pertencem a mesma classe social e, portanto, estão subjugados, de uma maneira geral, aos mesmos imperativos impostos pelas elites dominantes e dirigentes. Em suma: se apropriar com clareza da complexa lógica organizacional capitalista é, de todos os ângulos, imprescindível, uma vez que **não é possível protestar ou lutar a fundo contra algo que pouco se conhece e se entente** (MOREIRA, 2013, p. 17, grifo nosso).

Tal prática profissional deve ser sustentada por um rigor teórico formulado a partir das competências constitutivas da profissão. Conforme salienta Iamamoto (1992), ao dizer que:

[...] o criticismo libertador faz parte de uma prática profissional científica, ou seja, aquela que foge do senso comum e do espontaneísmo, vai em busca das relações que existem entre os fatos, ultrapassando a superfície destes e indo de encontro com a essência dos fenômenos sociais, selecionando e adequando para tal, técnicas, conhecimentos e métodos que auxiliem no esclarecimento de respostas e na mudança da realidade (IAMAMOTO, 1992, p. 115-116).

A dimensão política na profissão oferece subsídios de sustentação ao projeto ético-político profissional e representa um processo histórico permeado por contradições, desafios e possibilidades que se atualizam no curso da sociedade. Advém do amadurecimento do seu referencial teórico, metodológico e ético, construído na histórica superação do Serviço Social tradicional e a vinculação dos compromissos da profissão aos da classe trabalhadora (RAMOS; SANTOS, 2016). Desse modo, a dimensão política do Serviço Social é parte constitutiva da sua direção social e inerente ao seu trabalho, adotando uma concepção marxista da política como construção humana e histórica, considerando a totalidade social ao articular as esferas econômicas, políticas e culturais em evidência em cada momento histórico de formação, consciência e lutas de classes delimitados pela contrariedade do conflito entre capital e trabalho (RAMOS; SANTOS, 2016).

Como refere Iamamoto (1991), o ponto central da compreensão da dimensão política do Serviço Social encontra-se na relação da profissão com o poder de classes. A qual dá os contornos para o trabalho dos(as) assistentes sociais em prol do fortalecimento da classe trabalhadora, por meio de seus serviços, e no horizonte de uma sociedade mais justa e igualitária.

Acerca da direção política e social da profissão mediada na realidade de trabalho, por meio das relações que estabelecem entre o projeto profissional e o institucional, as assistentes sociais referem que:

*Essa parte é bem valorizada e se dá a importância devida, se participa de todos os conselhos de direito, comitês, fóruns tudo que a gente tem disponível para participar a gente participa. Eu participo somente do CORAS (Comissão Regional de Assistência Social). Tem outros profissionais da instituição que não são assistentes sociais que também participam. Foi uma mentalidade que foi se criando, até por pessoas que saíram, porque mostraram a importância dessas participações para nos mantermos ativos dentro da rede sócioassistencial, aumentar as parcerias e o conhecimento, eu vou muito em busca de conhecimento como ouvinte e para as instituições ajuda bastante estar dentro desses espaços (Extrato de fala Assistente Social 01).*

*Para pensar políticas públicas, porque de certa forma é o que a gente faz. A primeira política pública que chega no agricultor é a extensão rural e aí a gente abre portas para as demais, então para pensar e formular políticas públicas tem tipo um diretriz institucional para participarmos dos conselhos de direitos. Porque, nós estamos falando de conselhos que formulam políticas públicas para a população, como é que não vamos ter participação [...] E assim, participamos praticamente de todos os conselhos que tem nos municípios defesa civil, por exemplo, os mais diversos, justamente para poder também fazer com que os nossos usuários participem, dar essa oportunidade de estar puxando eles. Naqueles conselhos onde a vaga é para nós como entidade, a gente participa como tal, por exemplo, no conselho estadual a gente faz todo um movimento agora para ter indígenas, quilombolas, para ter essas representações dentro do conselho estadual de assistência social também. Então, em todas as instâncias a gente sempre trabalha nessa forma articulada (Extrato de fala Assistente Social 02).*

*Eu vejo como uma questão necessária (direção política da profissão), porque eu acredito que é importante estarmos inseridos nesses espaços, a gente estar à frente de conselhos de políticas, frente de algumas decisões, claro que isso respinga na instituição em que eu atuo, mas não somente, é na sociedade também, é na comunidade, é em toda a cidade, em todos os serviços, nos programas, nos projetos, tudo que é realizado no município é através dos conselhos. Um espaço onde se dialoga com muitas ações, onde se delibera várias questões desde valores o que vai ser investido em cada área, claro que uma das questões mais forte é isso, essa questão do investimento do município, porque é uma pauta muito presente nas reuniões dos conselhos essa questão. Mas, eu acho de extrema importância, até mesmo quando eu comecei na instituição, que automaticamente eu comecei a participar dos conselhos de assistência, eu não tinha esse entendimento da importância e dessa proporção que é, somente quando tu estas dentro do conselho tu tens esse entendimento desse espaço de diálogo, de decisão de deliberação [...]. Então, eu entrei no conselho pela instituição, porque é uma obrigatoriedade, mas hoje em dia eu vejo a importância de estar nesse espaço (Extrato de fala Assistente Social 03).*

Partindo dessas falas, analisa-se que as profissionais remetem a direção social da profissão em seu cotidiano de trabalho ao âmbito da participação política em conselhos de direitos, em especial, os vinculados a política de assistência social e a área de atuação de suas instituições. Verifica-se do mesmo modo, que a inserção nesses espaços decorre de uma demanda institucional ao seu trabalho, inclusive porque as entidades beneficentes necessitam do comprovante de inscrição ativa no Conselho de Assistência Social Municipal da localidade onde realizam suas atividades, como prerrogativa para requerer o CEBAS<sup>59</sup>. Conforme reiterou a assistente social 03: *“A participação em conselhos de direitos municipais é algo que é exigido pela instituição, temos que ter esse assento tanto no conselho da assistência social como no da criança e adolescente, até mesmo pela questão do certificado que emitem anualmente”* (Extrato de fala Assistente Social 03).

Reconhece-se, a importância da participação nas instâncias públicas de controle democrático, sobretudo, para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas, espaço este no qual as OSCs possuem participação ativa muitas vezes, mas implicadas que os outros órgãos estatais e demais representações da sociedade civil, conforme a seguinte fala:

*Atualmente eu estou como secretária do conselho de assistência social e umas das questões que eu não tinha nem conhecimento mesmo, é a questão da participação. O quão é difícil essa participação, as pessoas terem o entendimento dessa participação e da sua importância, porque a participação é legítima no modo a cabresto, sabe. Porque a pessoa nem sabe do que é o conselho, aí o secretário (municipal de assistência social) chega lá e diz: é você que vai participar. E isso reflete nas nossas reuniões, até mesmo a questão do quórum, porque estamos ali para debatermos questões importantes e não tem quórum e tem que estar sempre andando atrás de pessoas* (Extrato de fala Assistente Social 03).

Os conselhos de direitos, são espaços paritários criados na década de 1990 a nível nacional, estadual e municipal,

[...] em que a sociedade civil (50%) e os prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos discutem, elaboram e fiscalizam as políticas sociais das diversas áreas: saúde, educação, assistência social, criança e adolescência, idoso, entre outras. São baseados na concepção de participação social, que tem sua base na universalização dos direitos, pautada por uma nova compreensão do caráter e papel do Estado (BRAVO, 2009, p. 4).

---

<sup>59</sup> Em consonância com o art. 6º-B da LOAS, as organizações devem estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

São constituídos pela lógica do controle exercido através da sociedade pela presença e ação organizada de diversos segmentos, “conselhos devem ser visualizados como lócus do fazer político, como espaços contraditórios, orientados pela democracia participativa, tendo no horizonte a construção da democracia de massas” (BRAVO, 2009, p. 4). Isto é, espaços de controle social estabelecem a gestão pública estatal em parceria com a sociedade civil organizada para a formulação e controle de políticas sociais

[...] representam a possibilidade da institucionalização da participação via uma de sua forma de expressão, a cogestão; a possibilidade de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal; e, finalmente, a possibilidade da sociedade civil intervir na gestão pública via parcerias com o Estado (GOHN, 2013, p. 242).

Nesse escopo, uma assistente social destacou a questão do controle social para a fiscalização e execução da política, conforme o trecho a seguir:

*A participação, capacitação de conselheiros a gente trabalha muito e trazendo o usuário para dentro do controle social de todas as políticas públicas, lá no conselho de desenvolvimento rural, no conselho de assistência social, para que eles possam dizer o que eles precisam, na formulação das políticas públicas eles tem que estarem juntos. Então a gente tem feito muito isso, por exemplo, fizemos uma capacitação para os conselheiros e aí surgiram as demandas do município que o pessoal (população usuária) queria só focar, também, como o que é o papel do conselho, o que é o controle social e o que eu enquanto conselheiro preciso. Aí da articulação com outros municípios já surgiu que gostariam de criar um fórum municipal dos usuários do SUAS. Então, vai trabalhando essa perspectiva de eles poderem usar os espaços e eles serem protagonistas daqueles processos que eles desejam (Extrato de fala Assistente Social 02).*

Entende-se igualmente, que a participação política em conselhos de direitos não é sinônimo da dimensão política da profissão, conforme salienta Ramos e Santos (2016, p. 217) é uma prática “construída em ambiente coletivo, que demanda de vontade individual, tempo e condições forjadas no cotidiano” e também, a aproximação do trabalho com a vida cotidiana dos sujeitos usuários por si só não caracteriza “processos de politização no tratamento das necessidades humanas e das demandas profissionais” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 217). Sendo assim, no interior das OSCs assistentes sociais devem gerir a sua condição de trabalhador(a) assalariado(a) para o acesso, integral e de qualidade, aos serviços oferecidos nestes espaços e simultaneamente, contribuir no alcance dos objetivos, metas e diretrizes instituídos pelo planejamento estratégico institucional (COSTA, 2005).

Mas também, sem deixar de lado a produção de processos de resistência com a população usuária que demandam dos serviços, na perspectiva de contribuir para que os

mesmos questionem a ausência estatal na prestação de serviços sociais. São elementos essenciais para viabilização do desenvolvimento do trabalho em uma perspectiva crítica nesse espaço sócio-ocupacional. Já que, no campo da formulação de políticas públicas as OSCs são organismos fundamentais. Evidentemente, que sem retirar o papel central do Estado de responsabilidade sobre o desenvolvimento de políticas sociais, pois ele é o único capaz de implementar tais ações de forma universal.

Novamente, compreende-se a contradição da realidade social na qual ocorre o trabalho, especialmente, as particularidades de cada organização. Além do que, os locais de trabalho em que assistentes sociais se inserem “são atravessados por processos conformadores de subalternidade e dependência que dificultam a realização de um trabalho totalmente comprometido com os seus valores e princípios” (ZACARIAS, 2018, p. 64). Todavia, nessa conjuntura também são possíveis ações que caminham na superação desses limites, uma vez que o Serviço Social também é resultado do protagonismo e da organização, individual e coletiva, dos seus agentes. Nas palavras de Ramos e Santos (2016, p. 278),

[...] a atividade profissional e os seus efeitos não derivam, exclusivamente da ação profissional, uma vez que as profissões são um produto histórico, mas derivam também dela, envolvendo, obrigatoriamente, as dimensões teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

É oportuno evidenciar, a existência de uma cultura profissional de negacionismo em relação às possibilidades de um trabalho que favoreça a produção da transformação social nos espaços sócio-ocupacionais dado pelas OSCs (MAIA, 2005). Esse negacionismo está relacionado à dificuldade em delimitar as diferenças dos objetivos da profissão em relação aos objetivos contidos nos regimentos dos espaços ocupacionais nos quais assistentes sociais trabalham. Reconhecer as determinações sócio-histórias que permeiam a inserção profissional em distintas, senão em todas, instituições é imprescindível.

Em essência o Estado também tem como função a manutenção da reprodução capitalista (LESSA; TONET, 2011), nesse sentido, no âmbito estatal os(as) profissionais precisam trabalhar na perspectiva de fomentar protagonismo político nos sujeitos usuários para que esses estabeleçam táticas e estratégias para aumentar o gasto social com políticas públicas. Já no âmbito das OSCs, os(as) assistentes sociais estão na esfera pública não-estatal e podem produzir processos que levem os usuários destes serviços a questionar o afastamento do Estado no financiamento e na operacionalização das políticas públicas, desencadeando um trabalho por

meio de mecanismo democráticos que são expressões de denúncias, de pressão direta e indireta que endossam a potencialização social e política da sociedade.

Destaca-se novamente, a necessidade de intervenções que vão além do provimento das necessidades imediatas dos usuários, mas que apreendam as mediações que funcionam como condutos por onde fluem várias esferas do real, possibilitando conceber a realidade enquanto totalidade e deste modo desvendar como estas expressões são produzidas e reproduzidas na vida cotidiana da população usuária, para viabilizar processos reflexivos e emancipatórios.

Findando esse capítulo, podemos inferir que o trabalho dos(as) assistentes sociais no espaço das OSCs pesquisadas esbarra em limitações, como a dificuldade de articulação e apropriação do objeto de trabalho, do método dialético-crítico e do instrumental. Como também, de acentuada precarização do trabalho. Contudo, há a possibilidade de contribuir a partir do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional para o fortalecimento dos sujeitos usuários por meio de acesso a direitos e mecanismos de participação popular, impulsionando o processo de construção de uma sociedade menos desigual, mais democrática e participativa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho retoma-se os objetivos elencados na fase do seu planejamento, no intuito de fazer algumas considerações em relação aos resultados alcançados e a trajetória do processo de construção do conhecimento consolidado através da sua elaboração.

Essa pesquisa teve o compromisso de dar visibilidade aos dados coletados, principalmente, por meio da pesquisa de campo. Reitera-se que, as problematizações realizadas a partir das falas dos sujeitos da pesquisa não possuem sentido depreciativo ou de emissão de juízo de valor, pois o que está em pauta é a análise do trabalho profissional e não ações de cunho pessoal. De tal modo, a análise e os resultados aqui apresentados não possuem caráter definitivo, são passíveis de superação, visto que essa é uma das finalidades da produção de conhecimento sob o viés dialético, construir subsídios para a transformação da realidade social. Outrossim, o trabalho dos(as) assistentes sociais, assim como, os espaços ocupacionais das OSCs não são estáticos, resinificam-se no curso da dinâmica contraditória das relações sociais que movimentam o curso da história e da sociedade no modo de produção capitalista. Que inclusive, condicionam a necessidade social da profissão e a existência de tais espaços ocupacionais.

Importante mencionar as dificuldades e possibilidades que se abriram no desenvolvimento da pesquisa. A realização da pesquisa em um período pandêmico exigiu da autora a reelaboração do objeto de estudo e um longo debruçamento para a coleta e tratamento dos seus dados, que envolveu tratativas por meio de telefonemas, envio de e-mail, mensagens de texto via WhatsApp e diálogos com interfaces de aplicativos de conversação assíncrona. Qualquer tipo de contato presencial direto com os sujeitos da pesquisa, com as OSCs e com a instituição de ensino foi impossibilitado. Totalmente compreensível diante da complexidade do tempo presente, mas que colaborou para um processo de escrita muito mais solo do que o habitual, permeado ainda por angústias e inseguranças com relação a saúde de familiares, amigos e com as perspectivas para o futuro.

O processo de investigação realizado representou um montante significativo de dados categorizados e analisados, dos quais emergiram diferentes categorias que exigiram um grande aprofundamento e estudo, dada as suas densidades teóricas. Por isso, destaca-se, que não foi possível abarcar todas as abordagens necessárias, inclusive, estas merecem investigação mais aprofundadas e produções em oportunidades futuras. Entretanto, avalia-se como positiva a construção de conhecimento proporcionada pela pesquisa em questão, no qual o tema se

apresentou bastante articulado e permitiu dessa forma uma organicidade na elaboração do trabalho e na ampliação de saberes.

Nesse estudo, buscou-se desvendar, a partir de sucessivos movimentos e aproximações teóricas, documentais e empíricas, como está conformado o trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em processos de trabalho de Organizações da Sociedade Civil?

Com a finalidade de responder ao problema foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: Como são as condições para o desenvolvimento do trabalho dos(as) assistentes sociais nas Organizações da Sociedade Civil? Como está constituído os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem em Organizações da Sociedade Civil? Qual o produto do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em Organizações da Sociedade Civil?

A partir da investigação junto a assistentes sociais que trabalham em OSCs foi demonstrado que o processo de trabalho em suas OSCs é fortemente impactado pela mobilização de recursos para a manutenção institucional. As organizações estudadas são financiadas por recursos alcançados de modo variado e expressa a necessidade de diversas fontes. Substancialmente, advém do setor público de diferentes âmbitos municipal, estadual e federal e do setor privado de origem empresarial ou via captação própria, voltados para operacionalização de serviços.

Compreende-se aqui, a importância do financiamento das OSCs para a manutenção de vínculos empregatícios, entre eles dos(as) assistentes sociais, e para a oferta de serviços que possuem relevante finalidade de atendimento as demandas da população. A questão maior é que a centralização do processo de trabalho em formas de captação de recursos conforma uma organização institucional na qual os esforços coletivos dos profissionais das OSCs sejam centrados na superação de aspectos técnicos e burocráticos ancorados, principalmente, em dados quantitativos para manter os recursos financeiros e manter os serviços prestados a comunidade para os quais são destinados.

Nesse escopo, o processo de trabalho contempla o cumprimento de metas estabelecidas em parcerias firmadas, principalmente, com o poder público. O cumprimento dessas metas garante a manutenção do financiamento dos serviços públicos operacionalizados pelas organizações, mas também recai para uma atuação na perspectiva de executoras terminais de serviços mediados por políticas públicas. Esse delineamento causa um distanciamento do processo de trabalho das OSCs organizado com base em uma direção política e na concepção de políticas públicas como uma construção dialética entre Estado e sociedade, relacionada a uma esfera pública de soberania popular pautada e construída por demandas e vontades

coletivas para além do âmbito estatal. Nesse processo, há uma tendência das OSCs se tornarem meramente parceiras técnicas do Estado na execução de políticas públicas e se distanciam das atividades de fomento ao protagonismo político da população das comunidades nas quais se inserem.

As falas dos sujeitos participantes da pesquisa proporcionaram uma compreensão sobre o gerenciamento institucional das OSCs, que se constitui de forma engessada e com princípios de gerenciamento empresarial que contribuem para as OSCs se distanciarem das atividades de mobilização política nas comunidades. Sendo um contraponto a uma gestão organizacional democrática que deveria imperar nesses espaços por serem coletivos e em prol de demandas populares.

As entrevistadas relatam que a contratação dos(as) assistentes sociais pelas OSCs é planejada com o intuito de atender demandas formais, visto que ter assistente social, contribui para serem reconhecidas como Entidade Beneficente de Assistência Social. Tal processo evidencia o modo como se organiza o processo de trabalho nesses espaços sócio-ocupacionais nos quais predominam os esforços para manutenção dos vínculos com o poder público que garante o financiamento dos serviços prestados.

Essa conformação do processo de trabalho das OSCs demonstra os limites postos pelas condições de trabalho a intervenção das assistentes sociais, visto que os principais objetivos demandados as profissionais requerem dedicação da maior parte do tempo de trabalho para intervenções centradas nos objetos institucionais que são geração de emprego e renda através da agricultura familiar, oferta de cursos profissionalizantes e empregos e execução de serviços de convivência familiar e comunitária. Além de intervir nessas demandas, as profissionais executam atividades de cunho burocrático para mensurar quantitativamente a produção desses serviços que traduzem a efetividade das ações das organizações. Portanto, no trabalho nas OSCs as assistentes sociais necessitam dar conta de trabalhos de gestão (alimentação de dados) e de atendimentos direto com a população usuária, isso se desdobra em certa precarização do trabalho das assistentes sociais, conseqüentemente também afeta os seus serviços.

Foi identificado que os colegas de outras áreas inseridos no processo de trabalho das OSCs compreendem que somente as profissionais assistentes sociais necessitam ter conhecimentos da política de assistência social, pois eles não se reconhecem como trabalhadores dessa política pública. Portanto, há uma inadequação dos recursos humanos com o objetivo do trabalho das OSCs que se impõe como um obstáculo ao trabalho dos assistentes sociais que se constituem como um dos profissionais que conhecem a política pública na qual estão trabalhando.

As assistentes sociais pesquisadas referem que detém todos os meios objetivos materiais necessários para efetivação do seu trabalho como telefones, salas, computadores, carros, motoristas, etc. Contudo, as profissionais ainda referem que imposição das finalidades institucionais obstaculizam o uso desses meios a partir das finalidades profissionais, além da escassez dos recursos financeiros. Também foi mencionada a fragilização do vínculo empregatício como um elemento que dificulta a luta por direitos, pois ressaltam que no processo de garantia de direitos é preciso ir contra discursos e posturas de outros profissionais e chefias e que sentem insegurança para atuar nessa perspectiva pela relação laboral ser regulada via contratos com vínculos frágeis de trabalho.

Destaca-se, que a pandemia causada pelo COVID-19 precarizou o trabalho social nas OSCs e contribuiu para a violação de direitos da população usuária de seus serviços, na medida em que provocou a demissão de funcionários e o distanciamento imposto pelas medidas sanitárias de segurança inviabilizou, em partes, o desenvolvimento de estratégias de intervenção ao modificar formas de atendimento e impor uma atuação voltada para (necessárias) ações emergenciais. A partir disso, é possível constatar que a ausência de políticas públicas que garantissem o atendimento das grosseiras necessidades (MARX, 2004) da população na conjuntura pré pandemia, influenciou no aumento das demandas relacionadas a sobrevivência no contexto pandêmico.

Ao analisar o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais das OSCs, ficou evidente a apreensão ampliada das demandas de trabalho, desvendadas a partir de expressões da questão social que estão para além do planejamento institucional, mas que são fundamentais para atingir os objetivos das organizações. Por isso, constata-se que a intervenção em demandas mediatas como, por exemplo, no caso das OSC 03, o atendimento a partir de expressões da questão social desvendadas, como o uso abusivo de drogas, contribuiu para o atendimento da demanda institucional que é a frequência no curso de capacitação. Entretanto, por mais que a intervenção das assistentes sociais se sobressai nesse sentido de abranger outras demandas dos usuários, ela não é reconhecida como fundamental, pois para a gestão o que se destaca são que as intervenções proporcionam resolutividade as demandas institucionais.

O produto do trabalho das assistentes sociais das OSCs é identificado com mais facilidade atrelado a provisão material, do que na perspectiva da construção de processos reflexivos e emancipatórios associado a classe trabalhadora, a problematização da contradição fundamental do capitalismo, o conflito entre capital e trabalho, e processos de emancipação humana, os quais compõem a direção social estabelecida pelo Serviço Social. Por outro lado, o

trabalho está vinculado a perspectiva do fortalecimento da cidadania dos usuários via o acesso a direitos, como a participação em conselhos de direitos, que direciona para uma participação popular por meio de mecanismos institucionalizados de participação.

A apreensão ampla da realidade em que vivem os sujeitos usuários, não subsidia o planejamento centrado na intervenção nas demandas desvendadas que emergem a partir da aproximação com a realidade dos usuários, o que se desdobra na utilização dos instrumentos deslocados dos fundamentos do Serviço Social. Que pode ser identificado na análise dos planos de trabalho das profissionais, os quais possuem embasamento para organização do trabalho que considera as normativas como subsídios teóricos, não há a articulação dos fundamentos da profissão, mas sim dos princípios das organizações e da política que ela executa. Em alguns relatos e documentos de análise foi possível observar no instrumental, pouca articulação entre teoria, instrumentos e técnicas.

Importante ressaltar, que as OSCs enfrentam a todo instante ajustes e alterações fruto de mudanças nas legislações das políticas públicas, do setor, também das trocas de governo, elementos que influenciam diretamente nas demandas atendidas e no papel das organizações. Assim, as perspectivas analíticas não podem ser abordadas a partir apenas das responsabilização das profissionais, as condições de trabalho nas OSCs perpassam também o âmbito societário maior, como a gestão pública de ações sociais, que na atualidade é atravessada pelo modelo de gestão neoliberal, que reduz investimento público na área social, flexibiliza relações de trabalho coadunadas com avanço da pobreza e desigualdade social no país, bem como na reprodução de valores individualistas e na redução de mobilização popular da Sociedade Civil.

Considerando também a contradição no trabalho junto as políticas públicas que de modo histórico atravessa contextos de restrição e avanço de direitos civis e políticos, sendo permeada pela luta de classes e a correlação das forças dominantes. Sendo por um lado o espírito reformista do movimento dos trabalhadores organizados e por outro, instrumento de reprodução das relações sociais de produção do modelo capitalista.

Como prospecções desse estudo, salienta-se a necessidade de ampliação de pesquisas e produção de conhecimento na área diante da escassez de produções teóricas acerca do trabalho dos(as) assistentes sociais no âmbito das OSCs, evidenciado no mapeamento do estado da arte desta pesquisa; além de investigar o quanto a formação em nível de graduação está habilitando para a atuação nesse espaço sócio-ocupacional.

Indica-se também, a qualificação de recursos humanos via processos de educação permanente com a equipe e gestores, em sintonia com os objetivos das OSCs, a partir do entendimento de democratizar as responsabilidades da gestão considerando a natureza coletiva

dessas organizações, em que a centralização se mostra contraditória a força autônoma e plural desses espaços. Reitera-se assim, a importância da inserção de processos institucionais democráticos que envolvam também os sujeitos usuários dos serviços. Nesse sentido, igualmente, encontra-se uma necessária mediação do trabalho dos(as) assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional para processos de construção de uma sociedade mais democrática e participativa, que coaduna com os fundamentos da profissão e o seu projeto ético-político.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>>. Acesso em: 03 abr. de 2021.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2 ed. Bauru: Edusc, 2005.

AMARAL, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

AMARAL, Roberto Galassi. **Terceiro setor: a gestão do pensar, sentir, agir** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: UFP, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106132/amaral\\_rg\\_dr\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106132/amaral_rg_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 08 out. de 2021.

ARMANI, Domingos. **Organizações da Sociedade Civil: protagonismo e sustentabilidade**. Barueri/SP: Instituto C&A, 2013. Disponível em: [https://domingosarmani.files.wordpress.com/2009/02/041220133957\\_osc\\_protagonismo\\_sustentabilidade.pdf](https://domingosarmani.files.wordpress.com/2009/02/041220133957_osc_protagonismo_sustentabilidade.pdf). Acesso em: 15 abr. de 2021.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, p. 703 – 728. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582004000400003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582004000400003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 abr. de 2021.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: 2002.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. 2005. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>. Acesso em: 06 mar. de 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil em contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de Direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BERWIG, Solange Emilene. **Os Trabalhadores do SUAS: Regulação e resistência em tempos de reforma do Estado brasileiro.** 216f. 2018. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8400/2/Tese%20final%20-%20Solange%20Emilene%20Berwig.pdf>. Acesso em: 25 set. de 2021.

BORDIN, Erica Monteiro do Bomfim. **A posição das organizações da sociedade civil nas políticas públicas em Porto Alegre: movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7675>. Acesso em: 13 dez de 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília--DF: CFESS/ABEPSS. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Novo/Downloads/BOSCHETTI-%20I.\\_Avaliacao\\_de\\_politicas\\_programas\\_e\\_projetos\\_sociais.pdf](file:///C:/Users/Novo/Downloads/BOSCHETTI-%20I._Avaliacao_de_politicas_programas_e_projetos_sociais.pdf). Acesso em: 25 dez. de 2021.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011.** Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rnKxetrZzoYJ:mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucao/resolucao-cnas-no-27-de-19-de-setembro-de-2011+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução CNAS nº 34, de 28 novembro de 2011.** Define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ORkYGJWDQ2cJ:mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucao/resolucao-cnas-no-34-de-28-de-novembro-de-2011+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução CNAS nº 33, de 28 novembro de 2011.** Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0DPHlqHhwhQJ:mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucao/resolucao-cnas-no-33-de-28-de-novembro-de-2011+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 set. de 2021.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm). Acesso em: 15 nov. de 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.019 de 31 de Julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm). Acesso em: 21 jun. de 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm). Acesso em: 20 ago. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112317.htm). Acesso em: 20 ago. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 15 set. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Rede Privada no SUAS**. Boletim nº 1, jul. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/boletins>. Acesso em: 01 dez. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 abr. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>. Acesso em 08 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Brasília (DF), 2011. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf). Acesso em: 01 out. de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC**. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-2013-mrosc>. Acesso em: 15 nov. de 2021.

BRASIL. **Portaria n. 188 de 3 de Fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 14 abr. de 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: ABEPSS; CFESS (orgs). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/9IN2mnNP98m5WmPos413.pdf>. Acesso em: 08 out. de 2021.

BRETTAS, Gabriela Horesh. **O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil: dilemas e tensões na provisão de serviços**. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-27072016-103637/pt-br.php>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. In. Crítica y emancipación, Revista latino-americana de Ciências Sociais. Ano 1, nº 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf&gt>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área**. 253f. 2015. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6271#preview-link0>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

CLOSS, Thaísa Teixeira; SCHERER, Giovani Antônio. Visita Domiciliar no Trabalho do Assistente Social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n.2, p. 41-60, ago/dez, 2017. disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18528/9684>. acesso em: 05 dez. de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 25 mar. de 2021.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 7, n. 2, jan./jun. 2005. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v7n2\\_selma.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm). Acesso em: 22 abr. de 2021.

COUTO, Berenice Roja. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília--DF: CFESS/ABEPSS. 2009.

COUTO, Berenice Roja. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A Participação da Sociedade Civil no Governo Lula. **Journal of Politics in Latin America**, 2014; v., p. 39-66. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X1400600303>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. In: **Observatório Social de América Latina – OSAL**, ano VI, n. 19. CLACSO, Buenos Aires (Argentina): jul. 2006. p. 329-340. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas Organizações Não-governamentais: tendências e particularidades**. 196f. 2007. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRN, Natal. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7440>. Acesso em: 05 dez. de 2021.

FALCONER, Andres Pablo. **Estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Artigo Científico. USP, 1999.

FARIA, Cláudia Feres. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2010, v. 18, n. 36. pp. 187-204. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200012>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e Desenvolvimento: A transformação da periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERREIRA, José Wesley. **Questão social: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/396/1/399932.pdf>. Acesso em: 20 abr. de 2021.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>. Acesso em: 24 out. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. Ciclos De Protestos No Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana De Políticas Y Acción Pública** 6 (1), 93 - 119. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3925>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

GOHN, Maria da Gloria. Sociedade Civil no Brasil: Movimentos sociais e ONGs. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, mai./ago. 2013. p. 238-253. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v5i14.145>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, C. M. et al.(org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do Serviço Social. *In: Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2007. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/guerra-yolonda-a-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social/view>. Acesso em: 18 abr. de 2021.

GUERRA, Yolanda. A propósito da instrumentalidade do Serviço Social. **Debates Sociais**. Rio de Janeiro: n. 63 e 64, CBCISS & ICSW, 2004.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução: Rogério Bettoni. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOCKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional**. *In: Serviço Social: as respostas da categoria aos*

desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico de 2010 do município de São Borja/RS**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431800>. Acesso em: 05 mai de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores de Desemprego no Contexto da Pandemia de COVID-19**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 24 nov. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. In: **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**. n.40. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 02 jan. de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Mapas das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 05 mai. de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O Governo Federal e as OSCs: recursos públicos e parcerias**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/post/1/governo-federal-e-as-oscs-recursos-publicos-e-parcerias>. Acesso em: 01 dez. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos – Fasfil**, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em: 05 mai de 2021.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. In: **Revista MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 25, n. 2, mai-ago. 2020, p. 277-286. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39870/pdf>. Acesso em: 02 jan. de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOPES, Laís de Figueiredo; SANTOS, Bianca; BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: marco regulatório das organizações da sociedade civil: Lei 13.019/2014**. Brasília:

Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/entenda-o-mrosco-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil>. Acesso em: 08 nov. de 2021.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Érica Bonfim; COSTA, Justina da. Gestão Social Contemporânea: a dialética do público e do privado. In. MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Érica Bonfim (Orgs.) **A face privada na gestão das políticas públicas**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1010/790>. Acesso em: 03 mai. de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em Serviço Social. MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos-operativos em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 15, nº 45, p. 137-141, ago. 1994.

MARTINELLI, Maria. Lúcia. O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 1–17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634843>. Acesso em: 8 out. de 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política**. Livro 1, v. 1. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014, p. 640-661. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.002>. Acesso em: 24 jul. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias. In. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril, 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod\\_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf). Acesso em: 10 mar. de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MOBILIZA; REOSPARTNERS. **Estudo – Impacto da COVID-19 nas OSCS Brasileiras: da resposta imediata a resiliência**. 2020. Disponível em: [https://mcusercontent.com/d468d6493b34f50f5ac335f91/files/a032f760-19e7-4010-ab69-b8201ac78ef2/resultados\\_estudo\\_ocs\\_v3\\_reduzido.pdf](https://mcusercontent.com/d468d6493b34f50f5ac335f91/files/a032f760-19e7-4010-ab69-b8201ac78ef2/resultados_estudo_ocs_v3_reduzido.pdf). Acesso em: 29 de set. de 2021.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social** – crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOROSINI, Marília. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Santa Maria: Revista Educação, 2015.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In. Serviço Social e Saúde: Formação de Trabalho Profissional, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMAO-DIAS, Daniela; DI LUCCIO, Flávia. Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 36-43, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 mai. de 2021.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2001, n. 112. p. 61-83. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100003>. Acesso em: 06 dez. de 2021.

Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. **Folha Informativa – COVID-19: OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 09 mai. de 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PLATAFORMA MROSC. **Marco Legal**. Disponível em: <http://plataformaosc.org.br/>. Acesso em: 25 nov. de 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2ª ed. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idilia e PRATES, Jane C. (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração Marxiana. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**. n. 2, dez. 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>. Acesso em: 05 dez. de 2021.

PRATES, Jane Cruz. **O trabalho profissional do Assistente Social: processos de trabalho, instrumental e os produtos**. Material didático, Capacitação NUCRESS, Cachoeira do Sul, 2014 – slides 25-26.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n 104, p. 750-772. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 03 out. de 2021.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003escript=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003escript=sci_arttext). Acesso em: 23 nov. de 2021.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez: 2016, p. 209-233.

REIS, Kaiane. **Gestão e Monitoramento das Entidades Socioassistenciais**. In: Blog GESUAS, 2019. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/gestao-e-monitoramento-das-entidades/>. Acesso em: 08 out. de 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Gerais**. n 3, ano 2. Jun. Dez., 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Organizações da sociedade civil: entre a solidariedade libertária e a liberal**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/3829>. Acesso em: 13 abr. de 2021.

SOUSA, Charles Taniolo de. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa: Emancipação, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117>. Acesso em: 20 abr. de 2021.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Claudia Fernandes Silva. **A Importância da gestão de pessoas no terceiro setor: estudo sobre as instituições na cidade de Passos - MG** / Claudia Fernandes Silva Souza. – Franca: [s.n.], 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138013/souza\\_cfs\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138013/souza_cfs_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 08 out. de 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em: 11 abr. de 2021.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. O terceiro setor e a cidade: impasses, desafios e perspectivas de ação de ongs no poder local. **Organizações & Sociedade**. 2004, v. 11, p. 155-169. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9110011>. Acesso em: 08 out. de 2021.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. **Pensar pelo avesso o terceiro setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação organizada no Brasil**. [S.l.], 2001. Disponível em: <http://www.ivoluntarios.org.br/press/uploadArquivos/112189701239.pdf>. Acesso em: 22 abr. de 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VILLARES, Luise; FERRER, Igor. **Sociedade civil: a luta e a lei que Bolsonaro não queria. Outras Palavras - Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo** (online). 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sobre/>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção Social e crise no Brasil Contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ZACARIAS, Inez Rocha. **Marxismo e Serviço Social: o trabalho do assistente social em questão**. Porto Alegre: Movimento, 2018.

## APÊNDICE A – roteiro de entrevista com assistente social

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1 Data da entrevista:
- 1.2 Local de trabalho:
- 1.3 Função que ocupa na organização:
- 1.4 Tempo de trabalho na organização:

**2. PARTE INTRODUTÓRIA:** vamos começar dialogando sobre a sua trajetória profissional. Por exemplo: Como fostes trabalhar nesse espaço sócio-ocupacional; se anteriormente trabalhou em outras instituições, se em algum momento se imaginava trabalhando nesta área, entre outros elementos que quiseres contar.

### 3. QUESTÕES:

#### QUESTÃO NORTEADORA 1 – Processos de Trabalho

- 1 – Como considera o trabalho nas Organizações da Sociedade Civil para a profissão? No sentido de quais as principais dificuldades e avanços encontrados neste campo de atuação profissional, com base na sua experiência.
- 2 – Quais as demandas institucionais? E quais as demandas de atendimento dos(as) usuários(as)?
- 3 – Explique como desenvolve o seu trabalho (técnicas e instrumentos)?
- 4 – Como você planeja suas intervenções?

#### QUESTÃO NORTEADORA 2 – Condições de Trabalho

- 5 – A organização em que trabalha possui alguma relação com o Estado, empresas ou outras instituições? Se sim, qual e de que tipo.
- 6 – Qual seu vínculo empregatício?
- 7 – Como são as condições (materiais ou até mesmo emocionais) para o desenvolvimento do seu trabalho?
- 8 – Da sua entrada como profissional na instituição, até os dias atuais, você identifica novas exigências para o trabalho do(a) assistente social?
- 9 – Acredita que exista um perfil profissional exigido para trabalhar como assistente social neste espaço sócio-ocupacional?

#### QUESTÃO NORTEADORA 3 – Produto do Trabalho

- 10 - Qual é a sua compreensão sobre a atuação desse espaço sócio-ocupacional para o enfrentamento das expressões da questão social? Na relação com o Estado e a garantia de direitos sociais?
- 11 – No seu entendimento, como a questão social se expressa nas demandas que você atende?
- 12 - Você acha que consegue pelo seu trabalho, avançar em seus atendimentos e ir além das demandas apresentadas? Se sim, como? Caso contrário, por quê?
- 13 – Como você estabelece as relações entre o projeto profissional e o institucional?
- 14 – Qual o produto do seu trabalho? E como esse produto contribui para o enfrentamento da questão social?

## APÊNDICE B – roteiro análise documental

**1ª etapa:** Efetuar a identificação e o fichamento dos Planos de Trabalho dos(as) assistentes sociais. O fichamento obedecerá ao modelo de ficha de conteúdo observando os seguintes elementos:

**1) Local e data:**

**2) Descrição do Documento:**

Tipo de Documento	Título do Documento	Ano de Publicação	Autoria

**3) Aspectos a serem analisados:**

- a) Qual o objeto de intervenção que consta no documento;
- b) Quais são os objetivos de trabalho propostos no documento;
- c) Consta no documento a definição de metas, indicadores e avaliação das ações interventivas;
- d) O documento aponta para os recursos necessários para a execução do trabalho;
- e) O documento indica mecanismos de controle social no processo de trabalho institucional;
- f) Que teorias constam no documento para fundamentar a intervenção profissional;

**2ª etapa:** Analisar e interpretar o conteúdo do documento.

## APÊNDICE C – roteiro para o processo de consentimento livre e esclarecido

### **Título da Pesquisa:** O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO TERCEIRO SETOR

Nós, Ana Carolina Vaz dos Santos e a professora Ana Lúcia Suárez Maciel responsáveis pela pesquisa denominada “O Trabalho do(a) Assistente Social em espaços sócio-ocupacionais do Terceiro Setor” do programa de pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, estamos fazendo convite para você participar como voluntário (a) nesse estudo. Que tem por objetivo, desvendar a conformação do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos em processos de trabalho de organizações do Terceiro Setor, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com o debate e aprimoramento das competências profissionais na perspectiva do atendimento as demandas sociais nestes espaços sócio-ocupacionais. Acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar os debates e as produções teóricas acerca do tema, visando contribuir ao processo de qualificação no âmbito da formação e do exercício profissional de assistente sociais.

Para sua participação será feito o seguinte: aplicação de uma entrevista online, com duração prevista de no máximo de 01 hora, para evitar desgastes físicos e cansaço mental, a qual contará com perguntas abertas e fechadas direcionadas ao profissional assistente social. A entrevista on-line será, preferencialmente, realizada através da plataforma virtual Zoom – aplicativo que permite a realização de reuniões virtuais tanto pelo celular como pelo computador – ou outro ambiente virtual que você possua familiaridade. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita, com o objetivo de transformar as narrativas orais em texto para análise dos dados. Você, se aceitar participar, nesta entrevista irá contribuir com a sua narrativa sobre sua experiência como trabalhador(a) assistente social no âmbito do Terceiro Setor, os tópicos que serão abordados dizem respeito ao seu processo de trabalho, as suas condições de trabalho e ao produto do seu trabalho no referido setor. Por isso, lhe encaminhei, antecipadamente, por e-mail o teor do conteúdo do instrumento antes de responder as perguntas, para que tenha uma tomada de decisão informada. A entrevista será registrada através de gravação de áudio, para manter a fidelidade dos dados coletados, tal gravação da entrevista é para fins desta pesquisa e seu download será realizado no meu computador pessoal, tendo em vista a segurança dos dados e o sigilo da nossa conversa.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: constrangimento ao ser entrevistado e observado pela pesquisadora, alteração da organização e dinâmica da sua rotina de vida e trabalho, cansaço ou desconforto físico devido ao tempo da reunião online. Importante informar, as limitações das pesquisadoras para assegurar total confidencialidade pelo uso de aparelhos eletrônicos e por isso, a existência de potencial risco de violação. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo. Além dos desconfortos que você possa sentir em virtude das respostas a esta entrevista, é possível que, infelizmente, por se tratar de um procedimento virtual mediado pelo uso de tecnologia, aconteça de sua conexão falhar ou apresentar certa lentidão ou que você tenha dúvidas sobre como interagir virtualmente. Nestes casos, não hesite em me contatar através do e-mail: [anacarolina.vaz13@gmail.com](mailto:anacarolina.vaz13@gmail.com) ou pelo telefone: (51) 3320-3539 – Secretaria do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUC/RS.

Os benefícios que esperamos com o estudo são indiretos, sendo relacionados aos resultados dessa pesquisa que poderão subsidiar ações potentes no sentido de aprimorar a formação e o trabalho dos(as) assistentes sociais. Assim sendo, o estudo é importante para a sociedade porque poderá contribuir com a melhoria da intervenção dos(as) assistentes sociais nas expressões da questão social, desse modo beneficiará profissionais da área, estudantes, universidades e a categoria profissional.

Durante todo o período da pesquisa ou depois de sua participação, você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informações adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato enviando um e-mail para [anacarolina.vaz13@gmail.com](mailto:anacarolina.vaz13@gmail.com) – Ana Carolina Vaz dos Santos, minha orientadora, na qualidade de pesquisadora principal, também está à disposição para esclarecimentos sobre a pesquisa através do e-mail: [ana.suarez@puhrs.br](mailto:ana.suarez@puhrs.br) - Profa. Dra. Ana Lúcia Suárez Maciel e para a secretaria do curso de mestrado em Serviço Social do programa de Pós-graduação em Serviço da PUC/RS, pelo telefone: (51) 3320-3539.

Esta pesquisa é voluntária e você tem garantido o seu direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, igualmente pode não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento por qualquer razão. Você não receberá nenhuma recompensa por isso. As pesquisadoras garantem que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins dessa pesquisa podendo você ter acesso as suas informações e realizar qualquer modificação no seu conteúdo, se julgar necessário. Seu nome e material que indique sua participação não serão divulgados e você não será identificado em qualquer publicação que possa resultar desse estudo. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não haverá nenhuma informação de identificação dos participantes, assegurando o sigilo sobre sua participação, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A coleta de informações para este projeto estará concluída em outubro de 2021 e todas as informações obtidas serão armazenadas de forma segura por um período de 05 anos após esta data.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS), Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações. Não se preocupe em anotar tais informações, irei repassá-las também de forma escrita via e-mail para você, assim como, quaisquer termos e outros documentos que serão apresentados aos participantes da pesquisa.

Caso você já tenha esclarecido todas suas dúvidas basta que você permaneça na sala de bate-papo (Zoom, WhatsApp ou outros meios on-line) ou manifestar sua concordância em participar à pesquisadora e daremos início a entrevista, após deixar gravada sua concordância em participar. Não iremos iniciar a entrevista a menos que você tenha tido a oportunidade de fazer todas suas perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas e manifeste a concordância. Caso você não concorde em participar do estudo, basta você expressar sua discordância e se retirar da sala de bate papo (Zoom, WhatsApp ou outros meios on-line).

Ao dar continuidade a esta pesquisa você concorda que qualquer dúvida que você tinha foi adequadamente esclarecida, concorda em participar deste estudo e que a sessão seja gravada autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica. Ressaltamos que ao concordar com este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. É importante que você guarde esta cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atenciosamente,

Ana Carolina Vaz dos Santos e Ana Lúcia Suárez Maciel

## ANEXO A – parecer de aprovação CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Trabalho do(a) Assistente Social em Espaços Sócio-ocupacionais do Terceiro Setor

**Pesquisador:** ANA LUCIA SUAREZ MACIEL

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 50584721.8.0000.5336

**Instituição Proponente:** UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.939.820

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1794453.pdf, de 21/08/2021) e/ou do Projeto Detalhado (arquivo.pdf, de 21/08/2021). O presente projeto de pesquisa tem como objetivo de estudo o trabalho de assistentes sociais inseridos (as) nos espaços sócio-ocupacionais do Terceiro Setor. O seu objetivo consiste em desvendar de que modo se particulariza o trabalho desses profissionais inseridos nos processos de trabalho das organizações do referido setor, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com o debate e aprimoramento de referenciais teóricos e das intervenções profissionais vinculadas a estes espaços ocupacionais na perspectiva do atendimento as demandas sociais. O método escolhido para orientar o estudo foi o dialético, materialista e histórico com base nas categorias epistemológicas: totalidade, contradição, mediação e historicidade. Já as categorias explicativas são: Trabalho Profissional do(a) Assistente Social e Terceiro Setor. A pesquisa irá se caracterizar como de caráter qualitativo com enfoque misto, ao contemplar dados quantitativos e qualitativos, com ênfase nos últimos. A coleta de dados acontecerá

por meio de fontes empíricas – entrevistas com assistentes sociais inseridos (as) em organizações do Terceiro Setor; documentais – análise dos planos de trabalho dos profissionais que compõem a amostra do estudo e, bibliográficos – a partir do mapeamento do estado da arte sobre o trabalho

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

**Bairro:** Partenon

**CEP:** 90.619-900

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3320-3345

**Fax:** (51)3320-3345

**E-mail:** cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.939.820

profissional do Serviço Social no Terceiro Setor. Analisadas a partir da técnica de análise do conteúdo. Os resultados da pesquisa serão apresentados na dissertação final de mestrado e divulgados em congressos científicos, seminários, publicações em anais de eventos e em revistas.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Desvendar a conformação do trabalho de assistentes sociais inseridos em processos de trabalho de organizações do Terceiro Setor, com a finalidade de oferecer subsídios que contribuam com o debate e aprimoramento de referenciais teóricos e das intervenções profissionais vinculadas a estes espaços sócio-ocupacionais na perspectiva do atendimento as demandas sociais.

Objetivo Secundário:

- Analisar os processos de trabalho nos quais os(as) assistentes sociais se inserem em organizações do Terceiro Setor;- Apreender as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais no Terceiro Setor;- Desvendar o produto do trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos(as) em organizações do Terceiro Setor

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Quanto aos riscos, a realização da pesquisa pode acarretar em constrangimento por parte dos sujeitos pesquisados ao ser entrevistado e observado pela pesquisadora, assim como ter a organização da dinâmica da sua rotina de vida e trabalho alteradas.

Benefícios:

No que diz respeito aos benefícios, os resultados dessa pesquisa poderão subsidiar ações potentes no sentido de aprimorar a formação e o trabalho profissional da categoria. Assim sendo, o estudo é importante para a sociedade porque poderá contribuir com a melhoria da intervenção de assistentes sociais. De tal modo, a pesquisa beneficiará os profissionais da área, os estudantes, a universidade e a categoria profissional.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de pesquisa de mestrado na área de Serviço Social que será realizada através de entrevistas online com profissionais da área. As entrevistas serão realizadas com profissionais vinculados ao Terceiro Setor na cidade de São Borja/RS. A amostra utilizada será do tipo intencional e não probabilística, com base na adesão dos profissionais à pesquisa. A amostragem corresponderá as 05 organizações do Terceiro Setor que integram o Conselho Municipal de

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puhrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.939.820

Assistência Social da cidade de São

Borja/RS e que contam com trabalhadores (as) assistentes sociais. No que se refere aos sujeitos dessa pesquisa e considerando que em cada organização se identificou a presença de um (a) único (a) assistente social, teremos a previsão amostral de 05 profissionais como sujeitos desse estudo. Estes serão convidados para participar do estudo mediante contato telefônico indicado pela organização onde atuam, sendo observados os critérios de adesão livre e esclarecida.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e a Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa O Trabalho do(a) Assistente Social em Espaços Sócio-ocupacionais do Terceiro Setor proposto pela pesquisadora ANA LUCIA SUAREZ MACIEL com número de CAAE 50584721.8.0000.5336.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1794453.pdf	21/08/2021 11:44:25		Aceito
Outros	TCUD.pdf	21/08/2021 11:44:01	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	carta_resposta_pendencias.pdf	21/08/2021 11:43:40	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	Documento_Unificado_Projeto_de_Pesquisa.pdf	21/08/2021 11:42:32	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	Carta_anuencia.pdf	21/08/2021 11:41:13	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alteracoes.pdf	21/08/2021 11:40:32	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/08/2021 11:40:02	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900

**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.939.820

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa.pdf	21/08/2021 11:39:41	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	carta_aprovacao_comissao_cientifica.pdf	05/08/2021 23:46:01	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	Solicitacao_dispensa_carta_chefe_servico.pdf	02/08/2021 19:08:26	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	02/08/2021 19:05:24	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	carta_lattes.doc	02/08/2021 19:04:39	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Outros	carta_encaminhamento_apresentacao.pdf	02/08/2021 19:03:14	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	02/08/2021 19:01:49	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	23/07/2021 17:41:09	ANA LUCIA SUAREZ MACIEL	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 30 de Agosto de 2021

Assinado por:  
Paulo Vinicius Sporleder de Souza  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puccrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)